

LUCIANA GOMES JÚLIO BALBO

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas, Área de Saúde Mental FCM/UNICAMP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Médicas, Área de Saúde Mental da aluna Luciana Gomes Júlio Balbo.

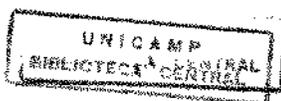
Campinas, 27 de julho de 1999.

Prof. Dr. Mario Eduardo Costa Pereira
Orientador

O chiste e sua relação com o ato analítico

Campinas

1999



LUCIANA GOMES JÚLIO BALBO

O chiste e sua relação com o ato analítico

*Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Medicina,
área de Saúde Mental da Faculdade de
Ciências Médicas da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de
Mestre em Medicina, na área de Saúde Mental.*

Orientador: Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira

Campinas

1999

UNIDADE	BC
1ª CHAMADA:	
V. 103 2	
V. Ex.	
TOMBO BC/	38781
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
	30/09/99

CM-00126207-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP**

B187c Balbo, Luciana Gomes Júlio
 O chiste e sua relação com o ato analítico / Luciana Gomes Júlio
 Balbo. Campinas, SP : [s.n.], 1999.

 Orientador : Mário Eduardo Costa Pereira
 Tese (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
 de Ciências Médicas.

 1. Psicanálise. 2. Transferência. I. Mário Eduardo Costa Pereira.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências
 Médicas. III. Título.

Banca examinadora da Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira

Membros:

1. Prof. Dra. Miriam Chaiderman - Miriam Chaiderman

2. Prof. Dr. Nelson da Silva Junior - Nelson da Silva Junior

3. Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa - Edson Luiz André de Sousa

4. Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira - Mário Eduardo Costa Pereira

Curso de pós-graduação em Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas da
Universidade Estadual de Campinas.

Data: 23.07.99

AGRADECIMENTOS

Tantas são as pessoas importantes para o autor que escreve uma dissertação, tão significativos são os pequenos comentários, a leitura atenta e interessada, tão afortunada fui, pois pude experimentar muitas pessoas caminhando junto comigo. Tenho gratidão por todas e é difícil mencioná-las sem correr o risco de esquecer-me de alguém. Mas quem escreve sem correr riscos?

Agradeço a meu pai, sempre curioso a respeito dos meus prazos e datas limites, agradeço por seu exemplo de seriedade e trabalho árduo, agradeço por ter podido observar seu respeito e cuidado com seus pacientes. Agradeço por sua curiosidade científica e inquietação intelectual. Devo ter herdado dele tais características.

Agradeço a minha mãe, pessoa não menos inquieta intelectualmente, mas que me serviu nessa dissertação de uma forma diferente. Sua relação comigo, seus ensinamentos em minha infância, seu humor esdrúxulo e enigmático, certamente contribuíram para a escolha de meu tema.

Agradeço a Maria, minha babá, e, hoje, muito mais do que isso, pelo amor dedicado a mim, devoção e fidelidade que encontro sempre.

Agradeço ao Renato, leitor assíduo, que com paciência corrigiu cada linha, cada acento e pontuação dessa dissertação. Agradeço mais do que tudo por seu amor e incentivos.

Agradeço ao Mário, inteligência ímpar e grande instigador desse trabalho. Seus comentários precisos e preciosos muito engrandeceram esse manuscrito.

À Ana Maria, pela generosidade e acolhimento que experimentamos juntas e, mais recentemente, pelo companheirismo e vitalidade que encontro em sua presença.

À minha comadre, por hora ausente, Dica, sempre presente em meu coração, pelo seu exemplo de coragem, desprendimento, capacidade amorosa e irmandade psicanalítica.

Às minhas amigas e irmãs Helô, Ana Cristina e Emília, pelos incentivos, encontros, “pizzas” e risadas.

À Meiri, colega e vizinha de sala, pela cumplicidade e pelos sonhos que sonhamos juntas.

Agradeço também ao Rogério, pelo carinho com que ouviu minhas queixas, dúvidas e temores. Por sua leitura crítica e minuciosa. Será sempre um exemplo a ser admirado e seguido por mim.

Ao Luís Carlos, leitor delicado e profícuo, que muito contribuiu para a confecção de meus capítulos.

Aos meus supervisores, passados e presentes, Dr. Roberto Pinto de Moura, Richard Chemtob Carasso e Sônia Resende, que participam comigo desse meu caminhar psicanalítico.

À professora Nina Virgínia Leite, pelo apoio, pela clareza intelectual e disposição para com meu trabalho.

Agradeço a meus pacientes, por me acompanharem e muito contribuírem para minha formação profissional e pessoal.

Agradeço a muitas outras pessoas, sem mencionar seus nomes, uma vez que escreveria infinitamente, por terem estado ao meu lado nesses tempos de pesquisa e leitura, escrita e re-escrita, meditação e dúvidas. Agradeço por terem suportado minhas ausências, falta de atenção e, provavelmente, mau humor.

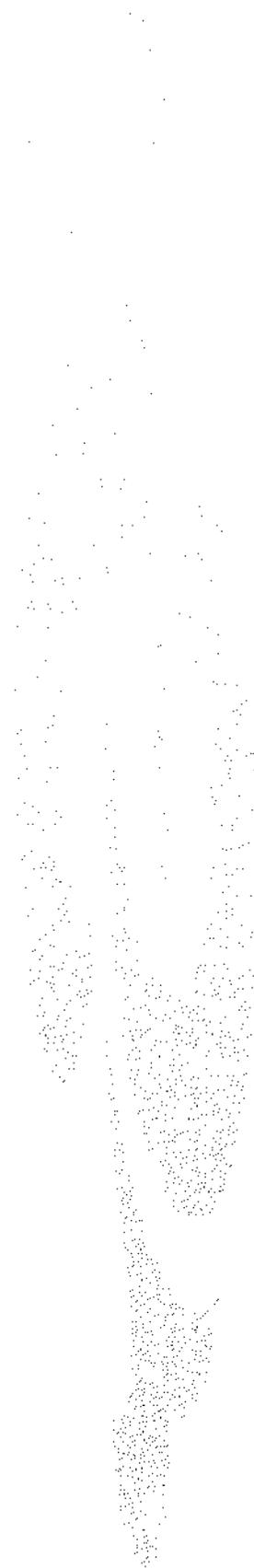
Devo mencionar também meus sinceros agradecimentos à Fapesp, instituição de fomento à pesquisa, que investiu em minha pesquisa, e sem a qual essa dissertação não poderia ter sido realizada.

*É preciso ter um caos dentro de si
para dar à luz uma estrela cintilante.*

(Nietzsche, Assim falava Zaratrusta, Préâmbulo V)

SUMÁRIO

Resumo.....	<i>i</i>
Introdução	1
Capítulo I - O chiste.....	8
Capítulo II - O ato analítico.....	27
Capítulo III - A situação analítica.....	39
Capítulo IV - Ampliação da situação analítica	65
Capítulo V - Retomando o caso clínico.....	79
Referências bibliográficas	95
Bibliografias consultadas	101



RESUMO

O presente trabalho trata de uma reflexão sobre o uso do chiste na compreensão da estrutura do ato analítico. Isto não significa dizer que a estrutura de chiste do ato analítico se refere a um tipo especial de manejo clínico. O chiste serve, em minha hipótese, como instrumento heurístico para iluminar um pensar teórico sobre o ato analítico. Escolhi o chiste, dos elementos de formação do inconsciente, para relacioná-lo com o ato analítico, justamente por essa sua capacidade de criar um desconcerto que traz um esclarecimento.

A partir de FREUD, até chegar onde LACAN desenvolveu seus questionamentos sobre os chistes como um ato de sentido, retomarei sua reflexão sobre os mesmos, no seminário 5 sobre as *"Formações do inconsciente"*, de modo a aproximá-las de suas teorizações posteriores sobre o ato psicanalítico. Neste seminário, LACAN não retoma a questão dos chistes e é por isso que farei uma reflexão no sentido de pensar a aproximação entre a estrutura do chiste e sua relação com o ato analítico.

Pensar a estrutura do chiste em conexão com o ato analítico dentro da situação analítica, também, remete a pensar a estrutura da linguagem a partir da transferência, que traz em si uma dissimetria. O chiste ajuda a pensar a metapsicologia da escuta analítica. Se a idéia de diálogo se transforma, a idéia de sujeito se transforma. O chiste é um modo de discurso eficaz, de tal forma que a estrutura do chiste é mais importante do que o chiste em si. Entender a situação analítica trata-se de uma disposição de lugares dentro do discurso.

PREFÁCIO

EXEMPLO CLÍNICO COMO PREFÁCIO-PROVOCAÇÃO

*“Não podes consolar uma alma dilacerada
Arrancar da memória a aflição enraizada
Riscar do cérebro as perturbações gravadas nele?”*
(Shakespeare, *Macbeth*, Ato V, cena III)

Antecedentes:

O paciente, que estarei chamando de Carlos, veio para tratamento psicanalítico quando contava 19 anos. Sua irmã mais velha é quem procura um encaminhamento para o atendimento do irmão; já é formada na universidade e trabalha. Uma conhecida sua, psiquiatra, é que faz a indicação de meu nome.

É o pai do paciente quem marca a entrevista inicial e comparece, acompanhado de sua esposa, mãe de Carlos, aos primeiros contatos, para a análise. Nessas entrevistas com os pais, recebo algumas informações interessantes a respeito de Carlos. Notei, antes de mais nada, que toda sua família havia entrado em contato comigo, direta ou indiretamente (sua irmã, à parte a busca por uma indicação, nunca procurou pela analista), antes que o próprio paciente pudesse manifestar algum interesse por uma análise. Aspecto que só mais tarde pôde fazer sentido para mim, ao longo do trabalho com Carlos.

Iniciamos os atendimentos e Carlos vinha sempre acompanhado pelo pai. Embora Carlos viesse dirigindo na estrada, seu pai achava que ele ainda não possuía habilidade para dirigir no movimento da cidade. Realizava duas sessões por semana, sentado.

Durante os primeiros três meses do tratamento, Carlos não olhava para a analista e não fechava a porta da sala de espera quando chegava, assim como não fechava as portas da sala de atendimento. Embora bastante surpreendida com o fato, nos primeiros encontros, eu me levantava e fechava as portas. Comecei a notar que isso me causava um certo desconforto. Carlos me encarregava de zelar por sua intimidade e privacidade. Ficava

como que aturdida e impossibilitada de colocar em palavras o que se passava em nossa relação, uma vez que se assim o fizesse, sem fechar as portas da sala de atendimento, estaria incorrendo numa indiscrição, pois seu pai ouviria da sala de espera boa parte de nossa conversa. Além disso, Carlos mantinha-se, na maior parte do tempo, calado ou monossilábico, como se aquilo não lhe dissesse respeito. Percebia que estávamos num impasse. Durante muitos desses atendimentos, logo depois que me via impelida a fechar as portas, eu passava, pelo menos os 10 primeiros minutos do contato com Carlos, tendo que digerir uma sensação muito forte de confusão e desconforto, não me sentindo completamente livre para estar com ele.

Cena 1:

Num desses dias, Carlos deixa a porta da sala de atendimento tão aberta que era possível para a analista ver o pai do paciente sentado na sala de espera, lendo. Logo após a entrada do paciente na sala, a analista diz: "*Já entraram todos?*" O paciente olha bem dentro dos olhos da analista, ri e imediatamente fecha as portas duplas da sala de atendimento. Encostando na porta, diz: "*Melhor deixar meu pai esperando lá fora*". Pela primeira vez, em meses, é capaz de fazer associações livres, falando durante a maior parte do atendimento. Tanto a porta da sala de espera bem como as da sala de atendimento sempre foram hermeticamente fechadas a partir de então.

Acredito que a descrição desta vinheta clínica ajude a visualizar melhor onde desejo chegar, permitindo abarcar não só o campo analítico em questão, como, também, delimita a área de discussão para esta dissertação. A vinheta clínica não deve ser entendida de outra forma que não seja a de uma primeira ilustração para que o leitor possa perceber mais claramente o que chamo de ato analítico. Em momento algum se pensa em dissecar o caso clínico, nem mesmo fazer uma análise profunda da transferência, tão necessária para o entendimento do caso, mas desnecessária para a discussão teórica que se pretende com a ilustração. O caso clínico será debatido mais longamente no quinto capítulo deste trabalho.



INTRODUÇÃO

*“É o soluço da forma ainda imprecisa
Da luz que não chegou a ser lampejo.”
(Lamento das Coisas - Augusto dos Anjos.
In: Eu e Outros Poemas).*

Segundo Pierre FÉDIDA (1988), o estabelecimento do “setting” analítico e o enquadre adequado do analisando na situação analítica permitem ao psicanalista criar um espaço razoavelmente estável, onde lhe seja possível pensar as questões de seu paciente sem ser diretamente confrontado com a irrupção violenta dos afetos do sujeito e dos seus próprios. No entanto, quando a instauração do “setting” analítico é perturbada ou momentaneamente destruída, o analista se vê confrontado com uma situação de angústia vivida por ele e, também, por seu analisando, que dificulta a tradução em palavras de tudo o que pode ser experimentado no tratamento analítico. A função analítica fica automaticamente interrompida.

Naturalmente que eu me via envolvida com as questões do “setting” analítico na relação com Carlos, percebia claramente que precisava desse enquadre para me proteger de um contato mais próximo com ele e para preservar minha própria criatividade analítica. Eu me aferroava à idéia de um “setting” ideal em que nada saíria fora de lugar, qualquer movimento me deixava, talvez, tão “emburrecida” como Carlos, nas aulas.

Aprendi que o “setting” funciona muito mais na mente do analista, na sua capacidade de sustentar a associação-livre, a transferência e a atenção livremente flutuante, do que em aspectos concretos como sala, horários, divã, etc. Como diria Jean LAPLANCHE (1993), é a situação analítica que deve ser preservada na relação com o paciente.

Trabalho com a idéia de que o ato analítico reinstaura uma dimensão simbólica que o mero agir da analista, ao levantar-se e fechar a porta da sala de atendimento, não tornava possível. A transferência entre analista e analisando não podia ser apreendida, e muito menos trabalhada, nas circunstâncias descritas no prefácio-provocação. Esta dimensão simbólica introduz a marcação de sentidos inusitados, também de natureza simbólica, na relação analítica. Tento, com a discussão do caso clínico, mostrar o ato

analítico operando na relação analítica e, assim, utilizar o chiste para ampliar a dimensão de ato analítico.

Naturalmente, não proponho que o chiste deva fazer parte de toda estrutura do ato analítico, como se ele desse conta de esgotar integralmente a idéia do ato. O chiste é um modelo para situar o ato psicanalítico metapsicologicamente além de ser umas das vias para poder elucidar o caráter operatório do ato analítico.

A reflexão do uso do chiste na compreensão da estrutura do ato analítico não quer dizer que uma pontuação ou interpretação deva ser chistosa ou engraçada. A estrutura de chiste do ato analítico não se refere a um tipo especial de manejo clínico. O chiste serve, em minha hipótese, como instrumento heurístico para iluminar um pensar teórico sobre o ato analítico. Essa dimensão de chiste permitiria, ainda, observar que, na relação analítica, tanto o analisando quanto seu analista são surpreendidos pela descoberta do inconsciente do sujeito. O analista não estaria à frente de seu analisando podendo antever o que viria dos movimentos inconscientes deste; estariam juntos, sendo tomados, invadidos pelo aparecimento do inconsciente. Aquilo que aparecia na relação analítica como algo cristalizado e rígido fica então aberto para novas possibilidades de significação, revigorando a dimensão significativa do dito.

O fragmento de um encontro analítico citado no prefácio-provocação não possui o estatuto de um exemplo ou ilustração de um analista fazendo um chiste com seu analisando. Uso a teoria freudiana do chiste para entender o que, na intervenção do analista, pode funcionar como um ato analítico reorganizando a situação analítica e permitindo uma modificação de posição subjetiva no analisando.

Tal hipótese de trabalho nos permitiria, também, questionar a clínica psicanalítica como possuidora de respostas definitivas para as questões de seu analisando. Como se pensar a clínica a partir desse resto que sempre sobra e do qual o chiste magistralmente nos dá notícias?

É a partir da clínica analítica que eu posso pensar o ato analítico dentro de diretrizes propriamente metapsicológicas, talvez levando em conta a idéia de FERENCZI (1990) sobre uma metapsicologia da clínica psicanalítica. O chiste dá uma referência fecunda, sobre a qual se pode pensar o ato analítico metapsicológicamente.

Desse corpo a corpo, meu e de Carlos, nasce o meu pensar teórico sobre o que se passava conosco. O chiste nos remete a plurissignificação da palavra. É imediato, espontâneo, surpreendente e não premeditado, é uma espécie de precipitação. Introduce uma destruição, uma vez que quebra a estrutura cristalizada da conflitiva psíquica do paciente ao mesmo tempo que é, também, uma abertura. Traz justamente a idéia do que resta do inconsciente, do que não pode ser lembrado, mas, nem por isso deixa de ser eficaz. O chiste nos remete ao que sobra, ao que não pôde ser simbolizado pelo psiquismo, ao resto do enigma que jamais poderá ser resolvido. O chiste, de um certo modo, reedita este enigma, tendo uma relação muito próxima com a situação analítica em que também a transferência reedita este enigma na figura do analista.

A palavra parece ser sempre “desajeitada”, insuficiente, ou, até mesmo, inadequada para descrever o sentido, a experiência emocional, a sintaxe proveniente do inconsciente. A interpretação, nesse sentido, funciona como se algo sempre lhe faltasse, como se ela não pudesse dar conta de explicitar tudo o que se passa com o sujeito. A interpretação nem pode mesmo dar conta de tudo, desse indizível do sujeito, uma vez que faz uso da palavra, e a palavra não consegue esgotar o ato analítico. Sempre sobra algo que não foi incluído na interpretação, algo do inconsciente que não encontra uma expressão em forma de palavras. O problema não é o fato da interpretação não esgotar o inconsciente, mas, ser proferida com o projeto de esgotá-lo. Ainda assim, isto não quer dizer que o chiste possa iluminar todos os aspectos de uma interpretação, ao contrário, ele nos dá notícias da incompletude, de uma forma que amplia a noção que o sujeito pode ter sobre si mesmo e seu inconsciente. O chiste como que ilumina, num “flash” o caminho do inconsciente do analisando e cria uma possibilidade para que se possa entrar em contato com esse inconsciente e apreender parte de sua profundidade.

De um certo modo, o próprio FREUD (1937 b) coloca, em seu texto “*Construções em análise*” que toda construção é incompleta, pois abrange apenas um fragmento dos eventos esquecidos, “tal como nossa construção só é eficaz porque recupera um fragmento da experiência perdida, assim também o delírio deve seu poder convincente ao elemento de verdade histórica que ele insere no lugar da realidade rejeitada” (p. 286), no entanto, não queremos dizer que o chiste somente nos mostra que a interpretação é incompleta, o chiste traz à tona algo novo do inconsciente, além de iluminar a incompletude da interpretação.

Pensar no que resta do inconsciente abre algumas discussões interessantes que valem ser mencionadas, embora, de modo algum, ampliadas e discutidas nesta dissertação. O que restaria, ainda, de não dito do inconsciente? As críticas a essa afirmação poderiam ser dirigidas à pergunta sobre qual inconsciente se refere tal assertiva. Com a problemática do recalque primário, FREUD já havia discutido que existe algo do inconsciente que jamais virá à tona. Com a noção de recalque secundário pode-se, pelo menos teoricamente, dizer que, uma vez retirado o recalque, o sujeito será capaz de se lembrar dos fatos que antes estavam dissociados de sua mente. No entanto, a que resto do inconsciente o chiste faria referência? Penso que àquela parte que jamais pode ser simbolizada pelo psiquismo. Para LAPLANCHE (1992), no inconsciente estariam significantes que perderam a capacidade de significar, um significante apenas com a cota de afeto. Esse significante não estaria ligado, todavia, isso não significa dizer que não poderia se (re)ligar. O próprio retorno do recalcado nos mostra uma via de ligação. Seguindo ainda LAPLANCHE, esse significante que perdeu a ligação ou o seu significado, perdeu-o porque essa ligação veio do inconsciente do outro. Esses primeiros significantes, que ficaram para trás, não poderão ser recuperados jamais, nem traduzidos ou simbolizados, e darão origem ao “Trieb” (pulsão).

Escolhi o chiste, dos elementos de formação do inconsciente, para relacioná-lo com o ato analítico, justamente por essa sua capacidade de criar um desconcerto que traz um esclarecimento. O chiste ilumina uma região escura do inconsciente, permitindo ao analisando e ao analista enxergar que existe muito mais por se caminhar e apreender de cada inconsciente.

A partir de onde LACAN parou, em seus questionamentos sobre os chistes como um ato de sentido, retomaremos sua reflexão sobre os mesmos, no seminário 5 sobre as "*Formações do inconsciente*", de modo a aproximá-las de suas teorizações sobre o ato psicanalítico. Neste seminário, LACAN não retoma a questão dos chistes e é por isso que dirigimos nossa reflexão para pensar uma aproximação entre a estrutura do chiste e sua relação com o ato analítico.

Pensar a estrutura do chiste em conexão com o ato analítico dentro da situação analítica, também, nos remete a pensar a estrutura da linguagem a partir da transferência, que traz em si uma dissimetria. O chiste me ajuda a pensar a metapsicologia da escuta analítica. Se a idéia de diálogo se transforma, a idéia de sujeito se transforma. A análise nos permite pensar a experiência humana como um todo. O chiste é um modo de discurso eficaz, de tal forma que a estrutura do chiste é mais importante do que o chiste em si. Entender a situação analítica trata-se de uma disposição de lugares dentro do discurso. E não se pode negar que o inconsciente do analista também está em movimento, ao se utilizar o chiste, para ampliarmos as noções de ato analítico. Foi por uma mudança no estado psíquico da analista que uma interpretação com tal tipo de estrutura pôde lhe ocorrer e permitir uma aproximação do inconsciente do paciente. Foi através de uma aproximação que a analista fez de seu próprio inconsciente que tal interpretação se tornou possível.¹

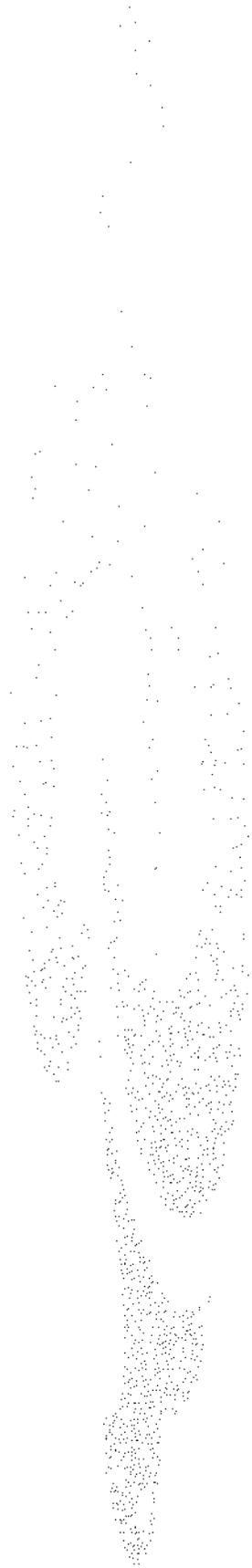
Nas próximas páginas pode-se observar a seguinte disposição para os capítulos: o primeiro capítulo discorre sobre o chiste e seus significados no trabalho de FREUD de 1905 e 1927. O chiste, bem como suas características, serão descritos e diferenciados do cômico, do gracejo e do humor. Os aspectos de relevância da estrutura do chiste serão apontados para sua ligação com o ato analítico.

Numa linha de descrição histórica, vêm as proposições de LACAN para o ato analítico e suas noções sobre os chiste encontradas no seminário 5 sobre as *Formações do inconsciente*. Tal discussão pode ampliar a concepção de ato analítico. Tal percurso teórico forma o segundo capítulo do manuscrito.

¹ Vale notar que a agressividade do chiste será mencionada no capítulo I desta dissertação, sem, no entanto, nos aprofundarmos numa compreensão dessa agressividade e sua relação com a agressividade do analista em direção ao analisando. Sem dúvida que a agressividade do chiste mereceria um estudo mais aprofundado e detalhado. Neste trabalho não incluiremos essa discussão.

A noção de situação analítica e de como se estabelece o campo de trabalho entre analisando e analista vem na seqüência. Para tal interlocução, utilizaremos os conceitos de FREUD e LACAN, para discutirmos a noção de onde ocorre o encontro analítico. No terceiro capítulo nos ocuparemos, ainda, do cenário prático, do “setting” propriamente dito, do que está em jogo quando são realizadas as entrevistas para o início de uma análise, o estabelecimento da transferência e qual o tipo de demanda analítica que é proposta pelo analisando, o tempo de análise e o valor estabelecido, em dinheiro, referente a estas sessões. Temos de realizar tal percurso descritivo para que nos seja possível, no quarto capítulo, ampliar a noção de comunicação entre o sujeito e o analista e tratar da linguagem além de sua concepção informativa, de modo a nos ocuparmos de apontar os momentos em que se pode ter um contato com elementos provenientes do inconsciente e estabelecermos uma noção mais ampla de situação analítica. Os autores discutidos são FÉDIDA e LAPLANCHE.

O quinto e último capítulo fica destinado a retomarmos o caso clínico e aprofundarmos a discussão sobre o chiste e sua relação com o ato analítico, de modo a ampliar as dimensões da situação analítica, trazendo as conclusões que tal hipótese de trabalho nos proporcionou, ao longo do percurso teórico dos textos.



CAPÍTULO I

"Therefore, since brevity is the soul of wit

And tediousness the limbs and outward flourisher

I will be brief" (Shakespeare, *Hamlet*.)²

Inicialmente eu tinha dúvidas a respeito da utilização do conceito de humor, em FREUD, ou da utilização do conceito de chiste para conseguir o efeito de desconcerto e esclarecimento na interpretação; mas, em minhas pesquisas, acabei concluindo que o humor é um jogo em que nossos prazeres da infância são sutilmente perpetuados. Nem todos os autores reconhecem com tanta precisão quanto FREUD a diferença entre o cômico, o chiste e o humor, embora todos admitam que há uma satisfação desviada das pulsões. Trataremos dessas diferenciações ao longo do capítulo.

Está muito claro em FREUD que se no chiste é com as pulsões que o Ego lida, no humor, ele lida com o narcisismo. O fato de que, no trabalho analítico, certas interpretações possam ter um efeito humorístico, podendo até mesmo proceder de um jogo de palavras e, por outro lado, de que o excesso de humor possa constituir-se, no analisando, numa temível resistência à qual o analista deve, é claro, abster-se cuidadosamente de ceder, isto já é o bastante para nos mostrar que a trama do trabalho do Ego, no humor, é um terreno mais movediço do que a trama dos sonhos, os quais FREUD usa para ampliar o entendimento dos chistes.

Em seu texto a *"Interpretação dos sonhos"* (1900) FREUD tentava lançar luz sobre o que havia de enigmático nos sonhos, estabelecendo-os como derivativos de nosso funcionamento mental normal. Nessa obra, FREUD encontra ocasião de contrastar o *manifesto*, e freqüentemente estranho, *conteúdo do sonho* com os *pensamentos oníricos latentes*, que são perfeitamente lógicos e dos quais o sonho é derivado. FREUD se preocupou com os processos que fazem surgir os sonhos a partir dos pensamentos oníricos latentes, tanto quanto das forças envolvidas nessa transformação. Deu o nome de

² "Já que a brevidade é a alma do engenho
E o tédio seu corpo e externo ornato
Serei breve."

Shakespeare, W. *Hamlet*, Porto, Lello & Irmãos Editores, Ato II, cena II, fala de Polonius, p. 94.

elaboração onírica à totalidade desses processos transformadores e descreveu, como integrante dessa elaboração onírica, um processo de condensação e deslocamento que mostra a maior similaridade com aquele constatado na técnica dos chistes – que, da mesma forma, leva à abreviação e cria formações de substitutos de mesma natureza. Em algumas ocasiões, o trabalho de condensação nos sonhos produz, não estruturas compostas, mas quadros que nos recordam com exatidão uma coisa ou uma pessoa, exceto por um acréscimo ou uma alteração derivada de alguma outra fonte: modificação precisamente do mesmo tipo encontrada em alguns chistes (FREUD, 1905:- 318). “Não resta dúvida que, em ambos os casos somos confrontados pelo mesmo processo psíquico” (id.: p. 37), o que nos leva à dedução de os chistes estarem ligados às pulsões.

No prefácio do livro dos chistes, James STRACHEY (p.12) nos faz uma interessante preleção da razão subjetiva de FREUD para dedicar-se ao problema dos chistes. Era, esta, o fato de que seu amigo FLIESS, com quem, nessa época, FREUD ainda mantinha uma intensa correspondência, havia se queixado de que os sonhos estavam por demais cheios de chistes. Comentou isto, ao ler as primeiras provas da “*Interpretação dos sonhos*” em 1899.

Este episódio funcionou como uma espécie de detonador do interesse de FREUD pelo assunto, embora ele já houvesse se referido na própria “*Interpretação dos sonhos*” a um mecanismo de efeitos cômicos. Na história clínica de Fräulein Elizabeth von R., encontrada nos “*Estudos sobre a Histeria*” (1895), FREUD menciona, em uma nota de rodapé, um trocadilho existente no sonho de outra de suas pacientes, Fräulein Cäcilie M. Seu interesse, portanto, remontava a uma época muito anterior a que o livro dos chistes fora escrito.

Outras evidências de seu interesse pelos chistes, em época muito anterior, podem ser encontradas nas cartas a FLIESS, de 22 de junho de 1897, em que FREUD faz uma singela menção a “uma coleção de histórias judaicas profundas”(MASSON, 1986: 254) que estava juntando e, também, na carta de 11 de Setembro de 1899 quando FREUD, em referência aos sonhos fala: “A evidente argúcia de todos os processos está intimamente relacionada com a teoria do chiste e do cômico”. (id.: 371)

Curiosamente, o livro dos chistes não teve tanta atenção de FREUD quanto os outros publicados nessa mesma época. Tanto *“A interpretação dos sonhos”* quanto *“A psicopatologia da vida cotidiana”* e também os *“Três ensaios da sexualidade”* foram revistos, expandidos e modificados. O que não se deu com o livro dos chistes, em que alguns pequenos acréscimos foram realizados para a segunda edição e, depois, não foi mais tocado.

Além de ser um dos livros de FREUD menos citado no meio psicanalítico, *“Os chistes e sua relação com o inconsciente”* parece ter se mantido à parte de todos seus outros escritos. Vinte e dois anos depois, FREUD retoma o fio da meada e nos brinda com *“O humor”*, de 1927, na tentativa de lançar luz sobre um assunto que ainda lhe parecia obscuro. Este texto se apresenta como um breve artigo, já discorrendo sobre o humor numa perspectiva da, então, recente proposta de concepção de mente introduzida no texto *“O Ego e o Id”*, de 1923.

Naturalmente que o livro dos chistes, mais do que todos os outros livros de FREUD, apresenta-se como um grande problema para os tradutores, uma vez que muitos dos chistes citados no livro só fazem sentido em alemão, ou perdem sua sutileza e espirituosidade porque envolvem algum jogo de palavras intraduzível. Ainda assim, com este trabalho espera-se poder recuperar, se não completamente, pelo menos parte, da engenhosidade e astúcia do trabalho dos chistes, para que se possam fazer ligações de sua estrutura com o ato analítico.

Em 1905, mesmo já tendo descoberto há psicanálise a algum tempo, FREUD ainda estava longe de suas formulações mais sofisticadas das décadas posteriores. Por esta época, vigorava ainda a primeira tópica – consciente, pré-consciente, inconsciente – e o princípio da descarga ainda era um importante corte nas motivações humanas. É o “jovem” Freud, pois, que analisa os chistes.

Os chistes podem ser definidos como “habilidade de encontrar similaridades em coisas dessemelhantes”, “descobrir similaridades escondidas”, “habilidade de fundir, várias idéias, diversas umas das outras”, “um contraste de idéias”, “sentido no nonsense”, “desconcerto e esclarecimento”, “conexão de duas idéias que de algum modo contrastam

entre si”. Estas são as definições, citadas por FREUD (1905: 18-19) dos vários autores que ele já havia lido na época e que discorriam sobre os chistes.

Lipps, Fischer e Heymans estavam muito mais preocupados em descobrir os efeitos cômicos dos chistes. FREUD não se ocupou disso. No entanto, ele próprio propõe uma definição, no mínimo curiosa, de que chistes seriam aquilo que determinamos que sejam chistes.

FREUD estava mais ocupado em se perguntar o que fazia de um dito algo espirituoso. Possuía duas respostas para esta questão: - ou era algo da ordem do pensamento (conteúdo); - ou era algo da ordem da expressão (forma). FREUD acabou por se dar conta de que o específico de um chiste está muito mais ligado à sua forma e expressão do que ao pensamento. E, talvez, seja por este caminho que se pode ligar o chiste ao ato analítico.

O chiste acaba sendo magistral para falar de algo que não pode ser dito, que não pode aparecer enquanto tal. O elemento fundamental do chiste é a questão do jogo, embora o jogo de palavras seja suportado por uma intencionalidade subjetiva que não é da ordem da consciência. Os chistes possuem um elemento que se transmite: tanto quem faz o chiste, quanto quem o ouve, é surpreendido pelo que é transmitido pelo chiste.

Vale a pena mencionar algumas passagens de Henri BERGSON (1993) que nos chamaram a atenção. Por mais espontâneo que o suponhamos, o riso pressupõe entendimento prévio, cumplicidade com os outros que riem, reais ou imaginários. Muitos dos efeitos cômicos são intraduzíveis de uma língua para outra e às idéias de uma sociedade particular. Uma personagem cômica é cômica geralmente na exata medida em que se ignora a si própria. O cômico é inconsciente. “Há, pois, uma lógica da imaginação que não é a lógica da razão e que até a ela às vezes se opõe e com a qual é preciso que a filosofia conte, não somente para o estudo do cômico mas ainda para outras reflexões da mesma ordem. É qualquer coisa como a lógica do sonho”(p.40). FREUD também encontra algumas características comuns do chiste com o sonho.

Em FREUD, as características comuns do chiste são: a brevidade, a condensação, o deslocamento. E como já foi dito anteriormente, ao estudar estas questões subjetivas dos chistes, ele acaba por relacioná-los com os sonhos. Nota que a brevidade do chiste não é uma brevidade qualquer. A particular brevidade dos chistes está ligada à formação de um substituto – condensação. Assim como os sonhos, os chistes fazem parte de um processo psíquico de funcionamento normal .

Ainda na “*Interpretação dos sonhos*”, texto de 1900, temos: o conteúdo manifesto do sonho; o conteúdo latente do sonho; o trabalho de elaboração onírica (formação do sonho); a análise interpretativa do sonho. Nesse sentido, FREUD faz uma analogia do trabalho dos sonhos com o dos chistes. Estabelece estas mesmas etapas para a formação de um chiste a partir do trabalho da condensação e do deslocamento, que implica numa deformação do conteúdo manifesto do chiste.

O chiste, assim como o sonho, pressupõe um outro para quem se conta o assunto. O chiste é feito do material lingüístico, enquanto que o sonho é mais trabalhado em forma de imagens (figurabilidade), embora o sonho possa também ser sonhado em forma de palavras. Aqui pode-se fazer uma ligação com o inconsciente estruturado como uma linguagem de LACAN e pode-se, ainda, pensar o chiste como uma formação do inconsciente. O chiste estaria, dessa forma, assentado na língua. Será que, com isso, pode-se dizer que a estrutura de chiste do ato analítico é um ato de sentido, um sentido proveniente do inconsciente? Talvez se possa responder a esta pergunta mais à frente, no capítulo sobre o ato psicanalítico.

Seguindo mais, passo a passo, as colocações de FREUD sobre os chistes, encontramos a idéia de que a atividade chistosa tem o propósito inequívoco de suscitar prazer em seus ouvintes. Também o chiste é uma atividade que visa derivar prazer dos processos mentais, sejam intelectuais ou de outra espécie. É preciso recordar que o sonho põe em jogo a realização de desejo, enquanto que o chiste nasce do jogo e se põe a serviço de desejos ou impulsos, de modo que, do ponto de vista econômico, o sonho visa poupar um desprazer, enquanto que uma das características essenciais do chiste é o incremento de prazer no psiquismo.

FREUD diferencia os chistes em: inocentes e tendenciosos. Os tendenciosos são capazes de liberar prazer mesmo de fontes que já sofreram recalque. Dessa forma, os chistes tendenciosos conseguem obter uma magnitude maior de prazer, uma vez que, além do prazer originário do chiste, conseguem um acréscimo, pela remoção do mecanismo da supressão e do recalque.

Embora FREUD comece o capítulo III dos chistes descrevendo esta diferenciação entre os chistes tendenciosos e os inocentes ele próprio vai admitir, no final do capítulo, que já não sabe mais se os chistes inocentes são tão inocentes assim. Ele mantém essa dicotomia no texto para, talvez, oferecer ao leitor a possibilidade de acompanhar o percurso de seu raciocínio.

O agradável efeito dos chistes inocentes é, em regra, um efeito moderado, um nítido sentido de satisfação, é um leve sorriso, é tudo que, em geral, se pode obter de seus ouvintes. Um chiste não tendencioso dificilmente merece a súbita explosão de riso que torna os chistes tendenciosos assim irresistíveis. Os chistes tendenciosos, em virtude de sua tendência, devem ter fontes de prazer disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso. E têm mesmo, uma vez que os chistes tendenciosos estão ligados a impulsos inconscientes.

Falando de modo geral, um chiste tendencioso requer três pessoas: além da que faz o chiste, deve haver uma segunda que é tomada como objeto da agressividade hostil ou sexual, e uma terceira, na qual se cumpre o objetivo do chiste de produzir prazer.

Vamos ater-nos ao fato de que isso comprova, a saber, que não é a pessoa que faz o chiste que ri dele, desfrutando portanto de seu efeito deleitoso, mas o ouvinte inativo. Isto se torna um aspecto de suma importância para a clínica psicanalítica, uma vez que o analista pode utilizar o chiste na estrutura do ato analítico para atingir seu paciente e conseguir liberar aspectos conflitivos, ludibriando a censura, de modo a tornar possível a motilidade desses impulsos que estariam relegados, na melhor das hipóteses, a vir à tona em forma de atos falhos, sintomas, esquecimentos, lapsos, etc.

O chiste recupera um gozo que ficou impedido pelo recalque. Todo o tempo FREUD nos relembra da dificuldade do sujeito em abrir mão de uma via de descarga prazerosa, o chiste parece conseguir recuperar parte dessa satisfação ligada ao recalque. FREUD é, na verdade, muito cauteloso com esta questão do prazer recuperado pelo chiste. Ele nos coloca que o efeito do chiste no sujeito é enganoso. No chiste inocente, o prazer advém somente da técnica, no entanto, já o prazer do chiste tendencioso está ligado tanto à técnica quanto à tendência do chiste. O chiste recupera o prazer com o jogo de palavras para recuperar um jogo de significantes.

Mas este modo de jogar com as palavras é característico do pensamento infantil, a criança experimenta um imenso prazer em brincar com os termos de seu idioma materno, sem levar em conta os sentidos preciso dos vocábulos. O chiste preserva, portanto, a possibilidade de retornarmos à experiência agradável da infância, que foi sendo progressivamente restringida pela evolução da racionalidade em detrimento das técnicas do contra-senso, à medida que a razão crítica vai se sedimentando como o único critério válido para se pensar.

A assimilação dessas regras vai se efetivando pelas imposições da realidade e triunfa, na maior parte dos casos. No entanto, quanto maior é essa assimilação tanto maior é o prazer liberado, quando essa forma de funcionar fica abalada pelos ditos espirituosos. FREUD tenta explicar as fontes do prazer por meio de dois elementos: - a técnica e os propósitos dos mesmos. No caso do chiste tendencioso, o prazer procede da satisfação de uma tendência cuja satisfação, de outra forma, não seria levada a efeito. O chiste pode contornar algum obstáculo externo que se opõe à satisfação. Pode contornar também o fator interno que se opõe à satisfação da tendência. (Um impulso interno se contrapõe à tendência). Com o auxílio do chiste, a resistência interna é vencida e a inibição, suspensa.

A remoção de um obstáculo interno pode trazer uma contribuição incomparavelmente mais alta ao prazer. FREUD conclui que o prazer obtido com a utilização dos chistes em ambos os casos, tendenciosos ou inocentes, ocorre pela economia na despesa psíquica. Nas palavras de Hamlet: "*Thrift, thrift, Horatio!*" (Economia, economia, Horácio!).

Aqui ainda percebemos um eco das concepções do *Projeto*, em que o prazer e a repressão dependem de relações quantitativas, embora o caráter psicológico destes fenômenos esteja inteiramente estabelecido desde a *“Interpretação dos sonhos”*. O que há de novo e realmente importante nessa análise de FREUD, do texto dos chistes, é a descoberta do caráter social da repressão, que bloqueia o prazer infantil a partir do desenvolvimento das faculdades de pensamento e intelectuais.

Além disso, o prazer experimentado nos chistes tendenciosos está relacionado com a satisfação de pulsões sexuais e também hostis. Já o prazer dos chistes inocentes não deriva de pulsões recalçadas de origem sexual e, sim, deriva da técnica. Mas, então, devemos também analisar o papel desempenhado pelo chiste a serviço de um propósito hostil.

Desde nossa infância, os impulsos hostis contra o próximo sofrem restrições, o mesmo progressivo recalque que as tendências sexuais. FREUD, a propósito dessa discussão dos chistes hostis, coloca que a linguagem nos permitiu renunciar à hostilidade pela ação e substituí-la pela invectiva verbal. Um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda uma vez, “o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis”. (FREUD, 1905: 103)

O chiste pode garantir uma recepção, pelo ouvinte, nunca possível em forma não chistosa, a despeito da verdade que possa conter. Quem quer que permita à verdade escapar em um momento de distração, em realidade se alegra por livrar-se da mentira. O chiste torna o ouvinte complacente, uma vez que permite “dizer sem dizer” aquilo que deve ser dito.

O prazer em um chiste, emergente de um tal “curto circuito”, parece ser também maior quanto mais diferentes sejam os dois círculos de idéias conectados pela mesma palavra - quanto mais longe estejam, maior é a economia que o método técnico do chiste fornece ao curso do pensamento. Podemos notar também, aqui, que os chistes estão utilizando um método de conexão das coisas, rejeitado e cuidadosamente evitado pelo pensamento sério. Algo de familiar é descoberto onde poderíamos, pelo contrário, esperar

algo de novo. A redescoberta do que é familiar é gratificante e, mais uma vez, não nos é difícil reconhecer esse prazer obtido pela economia relacionando-o à economia na despesa psíquica.

Ainda podemos agregar a esses desdobramentos freudianos do prazer que é a criança que sobrevive, ainda que soterrada pelo recalque adulto que clama pelo prazer do livre deslizamento do sentido, característico do processo primário. A fruição se prende ao reencontro de algo já experimentado e que produziu intensa satisfação. Portanto, a recordação e o reconhecimento se acompanham de prazer tanto pela economia psíquica quanto pela recuperação de uma circunstância passada, muitas vezes de ordem infantil. Nesse sentido, tomando o aspecto da interpretação do ato analítico, visar sua estrutura de chiste pode permitir que o paciente recupere o aspecto afetivo de suas experiências psíquicas e o descarregue por intermédio do riso.

FREUD nos relembra que, embora a elaboração do chiste seja um excelente método de derivar prazer dos processos psíquicos, isso não é argumento suficiente para a utilização de tal método disseminadamente, uma vez que nem todas as pessoas são capazes de utilizar a elaboração dos chistes. As pessoas que são capazes dessa utilização são consideradas como tendo “espírito” (Witz). “O “espírito” aparece nessa conexão como uma capacidade especial - mais do que como uma das velhas “faculdades” mentais; parece emergir inteiramente independente das outras, tais como a inteligência, imaginação, memória, etc. Devemos, portanto, presumir, nessas pessoas “espirituosas”, a presença de disposições especiais herdadas ou de determinantes psíquicos que permitem ou favorecem a elaboração do chiste”. (FREUD, 1905: 135)

Mas é interessante, também, fazer uma investigação da determinação subjetiva dos chistes, porque é uma experiência, geralmente reconhecida, de que ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si próprio. Um impulso de contar o chiste a alguém está inexoravelmente ligado à elaboração do chiste. Se alguém acha alguma coisa cômica, pode divertir-se consigo mesmo. Um chiste, pelo contrário, *deve* ser contado para alguém mais. O processo psíquico da construção de um chiste não parece terminado quando o chiste ocorre a alguém: permanece algo que procura, pela comunicação da idéia, levar o desconhecido processo de construção do chiste a uma conclusão.

Segundo LAPLANCHE (1992), os significantes que estão no inconsciente, apesar de terem perdido a referência (relação com um significado), conservam o valor comunicativo que possuíam. É um significante que comunica apenas a vontade de comunicar de modo que o inconsciente se enderece a alguém.

Não é possível adivinhar qual é a base do impulso de comunicar um chiste, mas, pode-se constatar outra peculiaridade do chiste que o distingue do cômico. Se encontro com algo cômico, posso rir gostosamente, embora seja verdade que também me satisfaço se posso fazer alguém mais rir, contando-lhe o fato. Mas eu própria não posso rir de um chiste que me tenha ocorrido, ou que eu tenha inventado, a despeito do inequívoco prazer que o chiste me dá. É possível que a minha necessidade de comunicar o chiste esteja ligada à gargalhada que produz, gargalhada esta que me é negada, mas que se manifesta em outra pessoa.

FREUD cita alguns autores franceses, dentre eles DUGAS, que descrevem o riso como um fenômeno de relaxamento da tensão. O riso acaba sendo considerado como uma forma de liberação da restrição.

O chiste, no estágio inicial, diz FREUD, enquanto jogo com as palavras e pensamentos, prescinde de uma pessoa como objeto. Mas já no estágio preliminar de gracejo, se consegue salvar o jogo e o “nonsense” dos protestos da razão, isso requer uma outra pessoa a quem se possa comunicar o resultado. FREUD (1905: 139) acaba por parafrasear SHAKESPEARE, “A fortuna de um gracejo reside no ouvido - De quem o escuta, nunca na língua - De quem o faz...” . De modo que a comunicação de algo inconsciente, que também pode vir do analista, é traduzida pelo inconsciente do paciente, onde o sentido dado à interpretação ocorre por parte do paciente, que a traduz segundo sua conflitiva psíquica, uma vez que está imbricado na relação por conta da transferência.

Nos gracejos, o que figura em primeiro plano é a satisfação de ter tornado possível o que era proibido pela crítica. A elaboração do chiste revela-se na escolha do material verbal e das situações conceptuais que permitirão ao velho jogo com palavras e pensamentos resistir ao escrutínio da crítica.

O propósito e a função dos chistes, entretanto, a saber, a proteção em relação à crítica dessa seqüência de palavras e pensamentos, já pode ser vista nos gracejos como traço principal destes. Sua função consiste em, ensina FREUD (1905: 127) : “suspender as inibições internas e fazer fecundas as fontes de prazer tornadas inacessíveis por tais inibições”.

A questão do sentido no “nonsense”, forma com a qual FREUD se refere ao chiste na introdução de seu livro, pode ser entendida como uma marca distintiva dos chistes e como explicação de seu efeito gratificante. O “nonsense” consegue manter o jogo gratificante do chiste e é um esforço para protegê-lo da crítica da razão. Se a elaboração do chiste fracassar ele (o chiste) pode ser rejeitado como “nonsense”. Citando FREUD (id.: 127) : “a psicogênese dos chistes nos ensinou que o prazer em um chiste deriva do jogo com as palavras ou da liberação do nonsense e que o significado nos chistes pretende simplesmente proteger o prazer contra sua supressão pela crítica”.

O “nonsense” destina-se a servir aos mesmos objetivos da representação. Uma fachada sem sentido é adequada particularmente para aumentar a despesa psíquica do ouvinte, aumentando, assim, a cota liberada por meio da descarga pelo riso. Há um sentido por trás dessa chistosa falta de sentido do “nonsense”, e tal sentido é o responsável pela conversão do “nonsense” em chiste.

FREUD (1905: 158) relaciona algumas características dos chistes que indicam a origem destes no inconsciente. A primeira delas seria o fato do chiste ocorrer como que “involuntariamente”. Não acontece de sabermos, um momento antes, que chiste faremos. Necessitamos apenas “vesti-los em palavras”.

Outro indicativo da origem inconsciente dos chistes diz respeito à associação. Os chistes, com freqüência, não estão disponíveis em nossa memória quando precisamos dele. Aparecem, muitas vezes, como que involuntariamente, em pontos, no nosso curso de pensamentos, em que não parecem ter relevância alguma.

O riso, naturalmente, tem um fator de relevância na concepção do chiste; ele é, por sua vez, indicativo da aproximação realizada do inconsciente; como diz FREUD (1905: 160) “muitos de meus pacientes neuróticos, sob tratamento analítico, demonstram regularmente o hábito de confirmar algum fato pelo riso quando consigo dar-lhes um quadro fiel de seu inconsciente, ocultado à percepção consciente; riem mesmo quando o conteúdo desvelado não justifica absolutamente o riso. Tal fato sujeita-se, naturalmente, a uma aproximação do material inconsciente, íntima bastante para captá-lo, depois que o médico o detecta e o apresenta a eles”.

Como já foi dito anteriormente, os sonhos e os chistes utilizam-se dos mecanismos de condensação e deslocamento. E, por isso, devem ser breves, por condensarem várias idéias em uma só forma de apresentação. Todavia, diferentemente dos sonhos, os chistes não criam compromissos; não evitam a inibição, mas insistem em manter inalterado o jogo com as palavras ou com o “nonsense”. Uma das coisas que mais distinguem os chistes é a sua duplicidade verbal e de sentido.

Uma das características do chiste é o seu contexto e seu método técnico de representação por algo muito pequeno. Ao discutir as técnicas dos chistes, FREUD descobre que um método técnico adotado em muitos chistes é o de dar trânsito livre a modos de pensamentos, usuais no inconsciente, mas que podem ser julgados apenas como exemplos de “raciocínios falhos” no consciente. Esta poderia ser considerada também uma forma de produzir prazer cômico.

Mais especificamente, a diferença entre o chiste e o cômico seria a de que o chiste precisa de três pessoas para se realizar. A terceira pessoa é quem reconstrói a compreensão do chiste e é indispensável para se completar o processo de produção de prazer, embora a segunda pessoa possa ser dispensável. Já no cômico, são necessárias duas pessoas: a primeira constata o cômico, a segunda é em quem se constata.

No entanto, FREUD é claro ao determinar que uma das funções do chiste é tornar acessíveis fontes de prazer cômico ocultas. Dessa forma, qualquer artifício que traga à luz alguma coisa não manifestamente cômica pode, por uma frouxa analogia, ser chamada de chiste.

Um chiste que utiliza o raciocínio falho como sua técnica, parecendo, portanto, absurdo, pode desse modo produzir um efeito cômico. Se deixarmos de detectar o chiste, somos novamente deixados com a estória cômica ou engraçada.

Mais precisamente, durante suas investigações entre as relações do chiste com o cômico, FREUD percebe uma distinção básica entre esses dois elementos: localiza, no inconsciente, o prazer dos chistes, e a fonte do prazer do cômico é a comparação entre duas despesas, que ele atribui, a ambas, a localização no pré-consciente. Os chistes e o cômico distinguem-se principalmente, portanto, pela sua localização psíquica, e é quando cita uma de suas frases famosas sobre o chiste “pode-se dizer que o chiste é a contribuição feita ao cômico pelo domínio do inconsciente”. (1905: 194)

Outro aspecto interessante a ser salientado a respeito do chiste é que ele apresenta uma espécie de dupla face ao ouvinte, forçando-o a adotar dois pontos de vista diferentes em relação ao sentido do chiste. Em um chiste de “nonsense”, como diria FREUD, uma concepção, a que leva em consideração a expressão verbal, considera-o como “nonsense”; a outra, que acompanha as insinuações fornecidas, passa pelo inconsciente do ouvinte e descobre-lhe um excelente sentido. Essa versatilidade do chiste é que lhe empresta um efeito plástico muito útil na modificação de posição subjetiva do ato analítico.

É interessante notar que existe uma diversidade muito grande na técnica dos chistes. Pode-se deduzir que a riqueza do material lingüístico e suas possibilidades de jogo constituem material fértil para as técnicas dos chistes e que a insuficiência de FREUD, em tentar categorizá-los em classes únicas e separadas, remonta sempre ao fracasso. Do chiste sempre sobra algo. O chiste sempre remete a este momento em que a palavra não dá conta de referir tudo o que pode ser dito. O chiste remete a algo da ordem do indizível, mas não porque não há palavras para descrevê-lo, e sim, porque a palavra não o esgota. De tudo o que pode ser dito ainda fica sobrando algo. Fica a pergunta: como se pensar a clínica psicanalítica a partir disso?

Talvez seja o caso de resumir as idéias básicas do livro dos chistes dessa forma: a economia na despesa psíquica, decorrente da permissão dada pela censura, a um impulso para descarregar-se, ou seja, para suspender ao recalque que o mantinha inconsciente. O

impulso, no caso, pode ser de dois tipos: agressivo ou sexual. Esta é basicamente a teoria subjacente a “*Os chistes e sua relação com o inconsciente*”. Um impulso é mantido fora do alcance da consciência pela censura. Em dado momento, alguém (o chiste, diferente do que é simplesmente cômico, precisa sempre ser produzido por “alguém”. Aquele que ouve o chiste é quem se beneficia dele. O simplesmente cômico não precisa desse agente externo. A própria pessoa que percebe o fenômeno cômico ri diretamente do que percebeu ou observou.) alguém, pois, constrói uma frase que desafia as leis da convenção social e, com isso, o ouvinte recebe a permissão inesperada para rir – desvalorizar ou desrespeitar – o objeto do chiste. Isto implica, obviamente, que o impulso proibido já estava lá e que era mantido trancafiado pelas leis sociais que regem a manifestação das opiniões pessoais.

Basicamente, está aí a metapsicologia do chiste. Ri-se com o chiste porque, apesar de desejá-lo, não se pode bolinar ou agredir alguém diretamente, ri-se porque algo tornou permitido ao menos manifestar a intenção de fazer o que não se pode.

Para tornar esta discussão mais ampla, é necessário dar uma palavra ao humor. Ora, o humor é um meio de se obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com eles; atua como uma espécie de substitutivo para a geração desses afetos, coloca-se no lugar deles.

As condições para o aparecimento do humor são fornecidas se existe uma situação na qual, de acordo com nossos hábitos usuais, deveríamos ser tentados a liberar um afeto penoso. O humor opera sobre este motivo, suprimindo o afeto penoso em seu *status nascendi*.

A pessoa que é vítima de uma ofensa, ou de uma dor, como o mencionado acima, pode obter um prazer humorístico, enquanto a pessoa não envolvida ri sentindo um prazer cômico. O prazer do humor, se existe, revela-se ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre: procede de uma economia na despesa de afeto.

O humor, entre as espécies do cômico, é a mais facilmente satisfeita. Completa seu curso dentro de uma única pessoa, a participação de alguma outra pessoa nada lhe acrescenta. O humor pode ser desfrutado sem uma premência de ser comunicado, como o chiste.

As espécies de humor são extraordinariamente variadas, de acordo com a natureza da emoção economizada em favor do humor: compaixão, raiva, dor, ternura, etc.

Pode-se obter alguma informação sobre o deslocamento humorístico se o encaramos à luz de um processo defensivo. Os processos defensivos são os correlativos psíquicos de um reflexo de fuga e realizam a tarefa de impedir a geração do desprazer a partir de fontes internas.

A exaltação do ego, que o deslocamento humorístico testemunha, e cuja tradução em palavras se poderia pensar como sendo esta: “sou grande demais” ou “sou bom demais para ser atingido por estas coisas”, poderia se derivar da comparação entre o ego atual com o ego infantil.

No todo, o humor se aproxima mais do cômico que dos chistes. Partilha com o primeiro sua localização psíquica no pré-consciente, enquanto os chistes são formados como um compromisso entre o inconsciente e o pré-consciente.

Portanto, pode-se concluir que o prazer nos chistes pareceu-nos proceder de uma economia na despesa com a inibição, o prazer no cômico, de uma economia na despesa com a ideação (catexia) e o prazer no humor, de uma economia na despesa com o sentimento.

No texto “*O humor*”, de 1927, FREUD ratifica a idéia de a fonte de prazer que se obtém do humor surgir de uma economia de gasto em relação ao sentimento. A atitude humorística é possível de ser dirigida quer para o próprio eu do indivíduo quer para outras pessoas. Supõe-se que ela ocasione uma produção de prazer à pessoa que a adota, e uma produção semelhante de prazer vem a ser a quota do assistente não participante.

O humor possui algo de liberador, assim como o chiste e o cômico. Possui grandeza e elevação. A grandeza reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do Ego. O Ego se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para se obter prazer. O humor não é resignado, mas rebelde. Significa não somente o triunfo do Ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais.

Essas duas últimas características do humor : 1-) a rejeição das reivindicações da realidade e a 2-) efetivação do princípio do prazer – aproximam-no dos processos regressivos ou reativos que tão amplamente atraem nossa atenção na psicopatologia.

FREUD continua o texto dizendo que o desvio da possibilidade de sofrimento coloca o humor entre a extensa série de métodos que a mente humana construiu a fim de fugir à compulsão para sofrer.

FREUD diz que o humor é utilizado pelo psiquismo para economizar sentimento, afetos causados por uma determinada situação. O humor afastaria as possibilidades de tais expressões de emoção.

FREUD procura dar uma explicação dinâmica para a questão do humor, dizendo que o Ego não é uma entidade simples. Abriga dentro dele como um núcleo, um agente especial, que é o Superego. Muitas vezes eles se encontram fundidos, dificultando a sua distinção, e outras tantas vezes aparecem nitidamente diferenciados. O Superego é o herdeiro do agente paterno. O humorista retira a ênfase psíquica do seu Ego, transpondo-a para o Superego. Para o Superego, assim inflado, o Ego pode parecer minúsculo e triviais todos os seus interesses, e com essa nova distribuição de energia torna-se fácil, para o Superego, reprimir as possibilidades de reação do Ego.

Na realidade, percebe-se que a questão se passa entre o deslocamento de grandes quantidades de catexia de uma instância psíquica para outra. Do Superego para o Ego. Numa situação específica , o indivíduo subitamente hipercatexiza seu superego e, então, a partir disso, altera as reações do ego. Um chiste é, portanto, uma contribuição ao

cômico pelo inconsciente. Exatamente do mesmo modo, o humor seria a contribuição feita ao cômico pela intervenção do superego.

Bem, vamos por partes, são tantas as perguntas já sem resposta, que vale a pena irmos com mais vagar. A mim me parece muito curioso que desde o começo deste artigo, de 1927, FREUD esteja fazendo tantas referências ao aspecto econômico do funcionamento mental e se referindo a pensamento pré-consciente, a inconsciente, quando, afinal, com sua teoria estrutural já definida desde 1923, em “*O Ego e o Id*”, podendo trabalhar exclusivamente com a idéia de ego e superego, como até inclusive chega a fazer, volta a usar conceitos de sua 1ª. tópica. Por que essa analogia com o chiste e sua explicação econômica, se poderia trabalhar com o conceito de identificação, base da constituição, tanto do desenvolvimento do ego como do surgimento do superego?

Neste texto, FREUD revê e complementa seu pensamento sobre o que é engraçado, abordando prioritariamente o humor, não mais o chiste. Para caracterizar a diferença, basta dizer que o chiste poderia ter uma conotação agressiva, ausente no humor. A interpretação que FREUD dá ao fato de o humor provocar riso é a seguinte: rimos do que é cômico, como quando vemos algo que, por sua inadequação, natureza ou aparência estapafúrdia ou ridícula, nos compele ao riso.

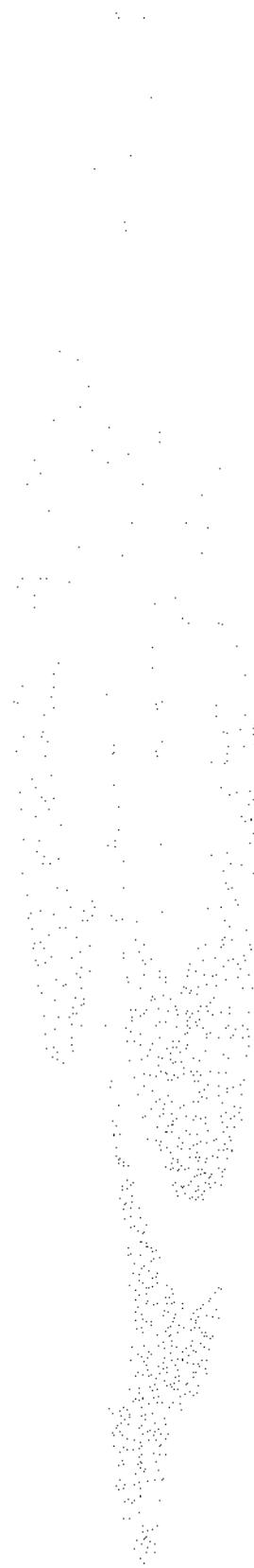
FREUD acredita que a gênese do humor está na comparação de alguma situação com aquilo que é caracteristicamente infantil. Assim como rimos de uma criança quando vemos a grande importância que ela dá ao que a nossos olhos é irrisório, assim nos rimos de algo adulto, quando nos parece perceber, nesse episódio ou situação, a mesma incongruência ou inadequação.

Em “*O humor*”, FREUD vai até o ponto em que identifica a origem do prazer humorístico na idéia de que aquele que ri em razão do humor o faz por identificar, naqueles retratados de forma humorística (e pode ser até mesmo a própria pessoa), uma criança pequena, de cujas atribulações e comportamentos é possível rir, pela enorme importância que ela dá a coisas que, para o adulto, são triviais e ridículas. Ele explica a possibilidade de alguém rir de si próprio como uma conseqüência de o superego, nesse momento, relacionar-se com o ego como se este fosse uma criança. Ou seja, FREUD não atribui ao adulto a capacidade de rir por puro prazer adulto.

O interessante de se pensar é que o superego sempre foi conhecido por ser um senhor muito severo do psiquismo, podendo-se inferir que não combinaria bem com tal caráter o fato de o ego estar sendo capacitado a obter prazer com o humor. Embora seja verdade que o prazer humorístico jamais alcança a intensidade do prazer do cômico ou dos chistes, que não consegue encontrar vazão no riso cordial, FREUD coloca que também é verdade que o superego está realmente repudiando a realidade e servindo a uma ilusão ao ocasionar o prazer humorístico. Entretanto, FREUD (1927: 166) ressalta que, ainda assim, encaramos esse prazer menos intenso como possuindo um valor muito alto, sentimos que ele é “especialmente liberador e enobrecedor”. A principal intenção que o humor transmitiria seria a colocação de que “O mundo que parece tão perigoso não passa de uma brincadeira, um jogo de crianças, digno apenas de que sobre ele se faça uma pilhéria”.(id.: 169)

É importante ressaltar que, se é realmente o superego que, no humor, fornece essa possibilidade de conforto ao ego intimidado pela realidade, então tem-se ainda muito que aprender com a natureza desse superego. Vale a pena dizer que alguns autores questionam a concepção freudiana de humor e encontram variadas formas de trabalhar estes aspectos na clínica. Um desses autores é Winnicott. Neste trabalho não se pretende entrar nesta linha de questionamento, o que implicaria uma ampliação demasiada de nossa discussão.

Passarei a tratar, no próximo capítulo, do ato psicanalítico descrito por LACAN de modo a poder incluir aí as noções sobre os chistes encontradas em seu seminário 5 sobre as “*Formações do inconsciente*”. LACAN acredita que o dito espirituoso é a forma mais brilhante sob a qual o próprio FREUD nos indica as relações do inconsciente com o significante e suas técnicas. De um certo modo, seguiremos fazendo um percurso histórico uma vez que essas noções de LACAN já são da década de 50. Desse modo, complementaremos as propostas de FREUD com as de LACAN, com o intuito de prepararmos o caminho para uma discussão sobre a situação analítica vista sob o prisma da estrutura do chiste.



CAPÍTULO II

*“Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura.”
(Fernando Pessoa – O guardador de rebanhos
In: Poemas de Alberto Caeiro)*

O seminário sobre o “*Ato psicanalítico*” é contemporâneo da chamada “Proposição de 9 de outubro” de 1967, texto em que Lacan extrai conseqüências institucionais da teoria do fim da análise, sustentando que a qualificação do psicanalista só pode ter seu suporte na tarefa terminada do analisante. O ato psicanalítico é o ato realizado a partir do advento do sujeito como objeto, quando o sujeito se destitui como analisante para instituir-se como analista, podendo suportar bancar o objeto causa de desejo para um outro analisante. É este mesmo ato que, uma vez deposto o sujeito suposto saber encarnado pelo analista, fará este analisante reinstaurá-lo já como analista para um outro sujeito, ao dar início a uma análise.

Em seu texto sobre a questão do término da análise, FREUD (1937: 268) faz a experiência psicanalítica desembocar no “rochedo da castração”: angústia de castração no homem e inveja do pênis para a mulher. Para FREUD o que se encontrava no horizonte da análise é uma falta, que desvela a impossibilidade de se possuir o “falo” para ambos os sexos.

Esse impasse da castração é, sem dúvida, inassimilável para o sujeito. LACAN, ao se perguntar se tal impasse é realmente intransponível, propõe uma teoria de seu ultrapassamento, a partir do conceito de fantasia que sustenta o desejo para o sujeito, constituindo a ficção do gozo ao qual está subordinado.

O dispositivo freudiano da associação livre é o que responde ao estatuto do inconsciente, estruturado como uma linguagem, impondo ao analisante a tarefa da decifração do saber inconsciente, sustentada, na transferência, pelo analista. Na associação livre, o analisante se experimenta como sujeito que nenhum significante é capaz de representar, a não ser para outro significante, uma vez que nenhum significante é capaz de dizer o que é o sujeito, pois, ele mesmo é um significante riscado na cadeia (§).

Nesse exercício do cumprimento da regra fundamental, o sujeito se experimenta como faltante sob dois aspectos. Por um lado, falta o significante que diria o que ele é. Os significantes identificatórios do sujeito têm na análise o destino de perderem sua função (ou de, pelo menos, terem sua função abalada), revelando-se tal como são: significantes que não definem o sujeito, mas aos quais ele está assujeitado. Levar o sujeito ao ponto de se experimentar como falta corresponde a chegar ao que FREUD designou por “rochedo da castração”, o ponto incurável do sujeito. Portanto, o sujeito não se cura de sua divisão. “Fazer da castração sujeito”³ é o dever do analista.

A vertente da análise, que implica a decifração do inconsciente e o sujeito como efeito do significante, é interminável. Jamais se poderá saber tudo devido ao recalque primário. Só a partir do ponto da estrutura fora do significante, onde se denota o ser do sujeito, é que um final de análise é possível. Chegar a esse ponto é a condição do ato analítico em que “o objeto é ativo e o sujeito subvertido”.⁴ A partir dessa definição, LACAN nos fornece o matema do ato analítico $a \rightarrow S$, em que o objeto a é o agente operador do ato analítico.

Mais do que tratarmos dos dispositivos do ato analítico para se chegar a ser analista, o que nos interessa é sua estrutura, para pensarmos a inserção do chiste nessa relação e demonstrar seus efeitos sobre a interpretação do analista e, posteriormente, utilizarmos a estrutura do chiste para ampliar a noção de situação analítica. Devemos seguir em frente com as colocações de LACAN sobre o ato psicanalítico, de modo a separar o que interessa para nossa discussão.

Numa análise só há lugar para um sujeito: o sujeito do inconsciente que fala pela boca do analisante. O analista não deve, portanto, competir com o analisante por esse lugar lançando mão, por exemplo, dos efeitos do discurso do analisante sobre sua pessoa, isto é, sua divisão, ou, em outros termos, sua contratransferência. O que permite ao analista abrir mão de sua condição de sujeito, na condução da análise, é o processo que em sua própria análise o levou ao que LACAN chama de “destituição subjetiva”, quando de seu término.

³ Lacan, J. (1967-68) “O ato psicanalítico”, Seminário XV, ainda não traduzido.

⁴ *Ibid.*

A destituição subjetiva corresponde à queda dos significantes-mestres que representavam o sujeito, significantes da identificação ideal advindos do Outro. Perdendo os significantes que o subjugam, o sujeito é reduzido à sua divisão, e o que se presentifica é o objeto que ele é e foi estruturalmente para o Outro. O sujeito se sabe, então, “pura falta”. Isto implica que, do ponto de vista do analisante, o analista é atingido em sua dimensão de Outro, aparecendo cada vez mais na posição de resto, reduzindo-se a um significante qualquer. A destituição subjetiva é também a destituição do sujeito suposto saber, pivô da transferência, o que promove a dissipação do amor transferencial, perdendo o analista a causa da transferência: *agalma*. O analista perde o valor de objeto precioso, de maravilhamento para adquirir o valor de dejetivo,⁵ segundo LACAN, rebotalho do processo analítico.

A questão do objeto *a* como o resto que sobra do que não pode ser dito é extremamente interessante para se aproximar da questão do chiste de modo que o chiste, magistralmente, ilumina aquilo que está presente na relação mas que não pode ser mencionado. Na forma de chiste, este significante pode aparecer. Pensar a estrutura de chiste do ato analítico amplia diametralmente o espectro de ação da interpretação psicanalítica. E, talvez, possa ainda iluminar o lugar de objeto *a* do analista por meio do resto que sobra do chiste (*a*).

LACAN⁶ intui algo interessante sobre a análise da transferência na sua dimensão interpretativa: a intervenção do analista funciona porque atua sobre uma cadeia significante, seu efeito não diz respeito a um elemento isolado dessa cadeia, mas, sim, a sua articulação. Ele se pergunta se é sobre uma organização do inconsciente estruturado como uma linguagem que a interpretação vem a se aplicar.

Quando buscamos compreender a estrutura do ato analítico apoiados nas hipóteses freudianas a respeito do funcionamento inconsciente e ancorados pela prática clínica, observamos que o chiste funciona como uma espécie de tropeço incerto em que o analista atinge algo do paciente sem sabê-lo, atinge algo que talvez esteja fora dessa cadeia significante. É justamente esse ponto da estrutura fora do significante que permite que o ser

⁵ Lacan, J. (1967-68) “O ato psicanalítico”, Seminário XV, ainda não traduzido.

⁶ Ibid

do sujeito apareça na análise. Isto se passa assim, talvez, pela homologia estrutural entre algumas formas do ato analítico e o chiste.

Esse tropeço no qual o analista atinge algo do paciente sem o saber e passa a sabê-lo imediatamente, com as notícias que recebe do inconsciente do paciente por meio do chiste, nos permite pensar o ato psicanalítico como uma abertura na relação transferencial. Introdução ou aparecimento do inconsciente que vai se reeditando ao longo do processo psicanalítico e que é facilitado pelo chiste, entre outros elementos. O chiste funciona como um agente catalisador, por ser justamente um elemento da formação do inconsciente. É o chiste e não outro elemento dessa formação que se adapta a esta aproximação, justamente por essa homologia estrutural com o ato analítico.

Um conceito precisa corresponder a um significante para estabelecer um sentido. É assim, pelo menos, que a análise do discurso define a noção de sentido. No entanto, o que se observa no famoso chiste de Heine, citado por FREUD (1905: 25), sobre o comentário de Hirsch-Hyacinth é de que não há correspondência entre o significante e o significado. Trata-se do significante “familiarmente”.

Verifiquemos passo a passo. “É tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante familiarmente”. Naturalmente, temos que partir do princípio de que o leitor acha engraçado o chiste, senão não valeria nem a pena dissecá-lo, uma vez que seria mais fácil desconsiderar o dito como chistoso e procurar outro que produzisse um efeito prazeroso. Mas em se tratando de FREUD, vamos em frente... Deve-se também supor que o fato de um milionário tratar alguém como a um igual, familiarmente, na medida em que isto é possível a um milionário, implica em também considerar que é de conhecimento comum que a condescendência de um homem rico sempre envolve alguma coisa pouco agradável para quem a experimenta.

O significante *familiar* não corresponde ao significado *milionário*. E, ainda assim, o chiste passa a mensagem, provoca um efeito de significação. Talvez não da ordem de uma comunicação comum, mas, sim, de uma linguagem inconsciente.

Ocorre uma preponderância do significante que produz um efeito de sentido, um sentido inconsciente. O chiste veicula um sentido inconsciente. O conteúdo é sempre efeito do material, como diria LACAN (1988) subvertendo a noção mais clássica de sentido dada por SAUSSURE. Essa nova noção de sentido, no mínimo, balança as estruturas da concepção de que a um significante corresponde um significado, como estabelecido pelas teorias da comunicação. O sentido está num lugar da mente e a linguagem serve para revestir esse sentido, para que este possa ser comunicado ao outro.

LACAN (Id.: 1988) se pergunta, ainda, se tal chiste seria um ato falho ou uma criação poética. A produção de “familiarão” - condensação que é acompanhada de uma elisão, de um resto, entre familiar e milionário - constitui um caso particular da substituição. E, para LACAN, é na substituição que reside a força criadora, a força geradora de metáfora.

FREUD se apóia todo o tempo na técnica dos chistes, que nada mais é do que a técnica do significante. LACAN analisa o chiste do “familiarão” como o mecanismo de condensação materializada no significante. O “familiarão”, aos olhos de FREUD, constitui um exemplo primordial, porque permite distinguir o fenômeno central: uma analogia entre a técnica do significante no chiste e os mecanismos inconscientes de condensação e deslocamento.

Naturalmente que este tipo de mensagem (“familiarão”) pode ser considerada como incongruente, uma vez que não figura no código. Mas essa distinção é, então, sancionada como chiste pelo terceiro (Outro), que situa o código como tal, condição indispensável, como já sublinhava FREUD (1905: 65) “é chiste somente aquilo que eu tomo enquanto tal”.

LACAN (1988) se pergunta se a expressão “familiarão” é um ato falho ou uma criação poética. No significante aparece algo novo, que escapa ao código, a tudo que já se tem acumulado no significante, em sua função de criação de significado. O chiste mostra que quando se diz alguma coisa, se diz também outra, se diz algo que não poderia ser dito pela censura da consciência. Pode-se até pensar que não existe uma linguagem consciente, a linguagem é a dos equívocos, dos lapsos, dos trocadilhos, em que aparece uma outra

dimensão daquilo que não foi conscientemente dito mas que esta presente. É esta dimensão pela qual se faz interessante aproximar o chiste da noção de ato psicanalítico e utilizá-lo para ampliar a dimensão da situação analítica.

É possível pensar que esta estrutura de chiste da interpretação traga à tona uma parte desse resto do enigma, esse pequeno “ a ” o qual LACAN relaciona com o final da análise. Para que o analista em seu ato faça com que o objeto seja ativo na experiência, ele mesmo como “ser”, no faz de conta da relação analítica, e não como sujeito, deve vir presentificar esse objeto para o sujeito do analisante. Dizemos faz de conta analítico porque o analista precisa sustentar, até certo ponto, o sujeito suposto saber na relação analítica. Como cumprir esta função sem ter ele mesmo passado pela experiência, em sua própria análise, de reconhecer-se como objeto de gozo, causa de horror e desejo?

É a partir do objeto a que se situa a vertente terminável da análise. Ao preparar o novo analista, o final de análise traz em si esse passe, cujo momento LACAN propôs apreender por meio de um dispositivo institucional particular, de mesmo nome fora da transferência. É a partir desse mesmo a que o chiste nos dá notícias de um resto do inconsciente que, neste momento, se presentifica na análise por intermédio da interpretação sancionada pela transferência.

Outra maneira de abordar essa metamorfose do sujeito é o que LACAN designou por “travessia da fantasia”. Atravessar a fantasia fundamental não significa eliminá-la ou fazê-la desaparecer, a questão é percorrê-la para que o sujeito possa experimentar-se nos dois pólos que ela encerra: o do sujeito e o do objeto ($S \rightarrow a$).

Como sujeito, foi isso que ele fez o tempo todo de sua análise: experimentar-se como faltante, como aquele a quem falta o complemento que a fantasia preenche. A travessia da fantasia corresponde à destituição subjetiva, pois significa essencialmente ir para além dela, para que o sujeito se reconheça num “sou” conectado ao objeto – objeto que subverte o sujeito.

O que está em jogo na travessia da fantasia, no final da análise, é a perda do ser de toda sua substância de objeto. O fim de análise deve permitir ao sujeito renunciar ao que lhe dava a impressão em sua fantasia de lhe oferecer esse complemento de ser.

Essa discussão toda para dizer que a destituição subjetiva e a travessia da fantasia criam a condição do ato analítico, dado que no ato não há sujeito.⁷ Paciente e analista são tomados pelo ato. Aqui é interessante fazer um paralelo novamente com o chiste, uma vez que quem faz o chiste não sabe quando irá fazê-lo, também é tomado pelo chiste e o analisando é tomado pela súbita compreensão desse mesmo chiste.

“Todo discurso que quer restituir a realidade deve se manter numa perspectiva de permanente deslizamento de sentido”.⁸ Segundo LACAN, o chiste têm duas caras: a liberdade do exercício do significante leva ao máximo sua polivalência, ao mesmo tempo que sua função criadora, com seu acento de arbitrariedade, nos conduz ao inconsciente. Define-se o chiste como o sentido do não sentido. Primeiro, nos assombra por seu não sentido e; depois, nos recompensa com a aparição de um sentido secreto, sempre difícil de definir. O não sentido teria, por um momento, a função de nos enganar e nos deixar estupefatos tempo suficiente para que um sentido despercebido se filtrasse.

Pode-se agregar a isso a questão da transmissão do chiste, que, assim como o ato analítico, precisa ser sancionado pelo Outro, o chiste só é chiste se for compreendido pelo outro como tal. Senão pode ser considerado como um “nonsense” ou algo que não faz sentido naquele momento da análise. Embora o ato psicanalítico não tenha sujeito, ele só existe se suportado pela transferência, assim como o chiste, que só efetua sua comunicação se ancorado na transferência, quando pensado na relação analítica.

Ainda seguindo os passos de LACAN, o ato psicanalítico apresenta as mesmas características que qualquer ato, desenvolvidas por ele em seu seminário sobre o tema. O ato apresenta uma dimensão de linguagem – tal qual se encontra na descrição de FREUD,

⁷ Lacan, J. (1967-68) “O ato psicanalítico”, Seminário 15, ainda não traduzido.

⁸ Lacan, J. (1957-1958) “Les formations de l’inconscient” Le Séminaire V, Paris, Éditions du Seuil, 1988. (tradução da frase feita por Alain François)

tanto do ato falho – uma fala recalçada – quanto no “agieren”, com seu aspecto de fala impossível e por isso mesmo atuada. O ato é promotor de ultrapassamento, franqueamento, provocando uma mudança radical no sujeito, pois, no que se refere a ele, nada será como antes. O ato é acéfalo, pois o sujeito não é agente de seu ato, ele é agido. Estas três características encontram-se condensadas na resenha desse seminário do ato psicanalítico e serão diferenciadas nos próximos parágrafos.

LACAN segue o seminário do ato psicanalítico dando maior ênfase ao ato do analisante se tornar psicanalista, mas, para nossa discussão, vale fazer um corte no aspecto estrutural do ato psicanalítico e suas características, para podermos continuar aproximando-o do chiste e verificar não só sua homologia estrutural, em alguns aspectos, com o mesmo, como, também, nos utilizarmos desta aproximação para pensarmos a modificação de posição subjetiva do sujeito.

Nesse sentido, vale a pena nos atermos brevemente sobre alguns conceitos como atuação (“acting-out”) e passagem ao ato, de modo a diferenciá-los do ato analítico, uma vez que possuem desdobramento significativamente diferentes. É preciso ter muito cuidado para se diferenciar uma dimensão concreta do agir que não está num registro simbólico e que corresponderia ao que LACAN chamava de “passagem ao ato” (KAUFMANN, 1996: 55). No caso da passagem ao ato, o ato em questão não seria “aquilo que quer dizer” e corresponderia a uma ruptura, a uma expulsão do sujeito na relação analítica e assim sendo, não estaria ancorado na transferência. Passagem ao ato é utilizado para designar certas formas impulsivas do agir (“agieren”, segundo a expressão de FREUD). LACAN tentou delimitá-lo melhor, identificando-o a uma saída de cena em que, como num salto no vazio, o sujeito se reduz a um objeto excluído ou rejeitado. O “acting-out” reproduz um clichê, uma espécie de roteiro inconsciente, mas possui uma dimensão transferencial. LACAN, no Seminário “*A Angústia*” fala da atuação como uma “transferência selvagem”. É, de fato, na análise que um “acting-out” pode se constituir um apelo, um desafio, uma réplica, que atestam a incapacidade do dizer.

O ato é um fazer no campo da palavra e da linguagem. Contém uma dimensão simbólica que o diferencia do fazer comum, promove a possibilidade do significante em potência vir à tona, algo proveniente do inconsciente, algo que o sujeito não sabe dele mesmo, no meio do discurso daquilo que o sujeito supostamente acredita que seja a

descrição dele mesmo. O ato psicanalítico só acontece se suportado pela transferência, assim como a transmissão do chiste, na relação analítica, funciona como uma interpretação somente se estiver suportada pela transferência de modo que o analista possa sancionar a mensagem como um chiste sustentando o lugar do suposto saber. É na perspectiva do ato que o psicanalista deve centrar sua reflexão sobre sua função analítica.

Quando o psicanalista se vê diante da situação de fazer uma interpretação a seu paciente, ele se vê tendo que fazer letra do que irá dizer. Isto o coloca em terreno arenoso, tendo que enfrentar situações em que a interpretação fica, muitas vezes, inviável, uma vez que alguns pacientes desvirtuam a essência de uma interpretação racionalizando, intelectualizando, sem se deixarem penetrar pelas palavras do analista. A interpretação deve conter a possibilidade de ampliar os espectros de significantes para o paciente, em vez de sugerir significados. E pensar o chiste para ampliar a noção de ato analítico cria esta dimensão mais aguda para a interpretação.

O chiste introduz o mal-entendido. É esta dimensão que é interessante para se ampliar a idéia de ato analítico, uma vez que é este ato que pode operar de modo a quebrar um funcionamento psíquico rígido e cristalizado. A estrutura do chiste, então, se torna um instrumento extremamente eficiente para, por meio da interpretação, ampliar a concepção de ato analítico.

O chiste, ancorado na transferência, empresta seu efeito de desconcerto e esclarecimento à vivência emocional do paciente. A lógica do senso comum tem como objetivo suprimir o equívoco da linguagem ordinária. O resultado disso é uma escrita que não pode ser falada. Falar é produzir equívocos, cadeias significantes que implicam necessariamente no mal-entendido. A escrita, pelo contrário, é fazer letra do que se diz, é uma operação que evita o mal-entendido. Poder-se-ia dizer que o significado consiste sempre em reduzir o equívoco a uma só leitura. Dizer é o que se joga em nível de significante. O chiste é o que justamente expõe a situação do sujeito e sua estrutura emprestada à dimensão de ato analítico, amplia as possibilidades significantes do que foi dito e permite, ainda, leituras inusitadas e originais da conflitiva do paciente.

O significante se escuta, o significado se lê. Dito de outro modo, o significado é a leitura do que se escuta de significante. Habitualmente se fala de pontuação na interpretação; podemos agregar que pontuar é fazer letra do significante. LACAN disse que o retorno do recalcado é letra, quando é interpretado.

O chiste, ancorado na transferência, portanto, empresta seu efeito de desconcerto e esclarecimento à vivência emocional do paciente. A lógica do senso comum tem como objetivo suprimir o equívoco da linguagem ordinária. O resultado disso é uma escrita que não pode ser falada. Falar é produzir equívocos, cadeias significantes que implicam necessariamente um mal-entendido.

É interessante notar que para LACAN⁹ o chiste é a metáfora de uma verdade que se disfarça e que recebe do Outro a sanção que a funda como tal. Se pensarmos que no decorrer do discurso intencional, consciente do sujeito se produz algo que transcende o querer do sujeito, LACAN (1988) diria, acidente, paradoxo, mas também criação, há significantes que se chocam e criam um sentido. Aí se localiza precisamente o chiste. Ele acaba por expor a situação do sujeito e o torna figura de extremo interesse para esta aproximação com as questões teóricas e clínicas do ato analítico.

Uma verdade comum à experiência lingüística e à experiência freudiana é a de que seria impossível obter uma mensagem a partir de um sujeito qualquer, se não existisse uma cadeia significante e uma rede de seus usos (CARBAJAL, 1984). É a existência desse mecanismo complexo que faz com que um discurso diga sempre mais do que aquilo que quer dizer.

É sobre a linha da mensagem ao código e do retorno à mensagem que se pode operar a criação de sentido, dimensão essencial à qual nos introduz de cara o chiste. O chiste como um ato de sentido. E é na relação transferencial com o analista que o chiste pode emprestar essa dimensão de relâmpago, de precipitação ao ato analítico ampliando sua gama de ação, criando uma abertura para o inconsciente do paciente. O chiste transmite uma idéia que circula entre seus participantes, o ouvinte a quem o chiste é transmitido, o

⁹ LACAN, J. (1967-68) "O ato psicanalítico", Seminário 15, ainda não traduzido

falante que faz o chiste; se assim a coisa não se der, se o chiste não for compreendido pelo paciente ou apontado pelo analista, ele não tem valor em si mesmo.

FREUD (1905: 138-139) já defendia a idéia de que o chiste precisava ser sancionado por um terceiro “...isso requer uma outra pessoa a quem se possa comunicar o resultado. Essa segunda pessoa no caso dos chistes não corresponde à pessoa que é o objeto, mas à terceira pessoa, à “outra” ”. FREUD é muito claro em dizer que no caso do chiste é necessário um outro para provar se o chiste alcançou seu objetivo.

É esta dimensão de um terceiro que é utilizada para ampliar a idéia de ato analítico, de modo que o chiste possa operar a fim de quebrar um funcionamento psíquico rígido e cristalizado. O estudo da estrutura do chiste torna-se, então, um instrumento extremamente eficiente para, por meio da interpretação, ampliar a concepção de ato analítico. O chiste não supõe a leitura de um sentido oculto, mas sim, a produção de sentido a partir de uma cadeia inapreensível como tal. O chiste coloca como manifesto o mal-entendido e de nenhum modo tenta domesticá-lo.

Pensar o chiste como um iluminador da estrutura de ato analítico nos leva de encontro com uma nova perspectiva de escuta psicanalítica. Nesse sentido, podemos pensar na escuta analítica a partir da ruptura do discurso. Christopher Bollas (1995) desenvolve esta idéia em seu livro *Cracking Up*.¹⁰

¹⁰ Não trataremos de aprofundar a idéia do autor mencionado acima, de todo modo, vale a menção de que o referido autor trabalha a dimensão de ruptura do discurso.



CAPÍTULO III

*“... E, inda tonto do que houvera,
À cabeça, em maresia,
Ergue a mão, e encontra hera,
E vê que ele mesmo era
A princesa que dormia.”
(Fernando Pessoa, Eros e Psique)*

Neste capítulo pretendo tecer alguns comentários a respeito do que vem a ser a situação analítica do ponto de vista freudiano e lacaniano de modo a descrever o terreno em que se estabelecem as bases para um encontro analítico.

Vale dizer que o intuito de realizar um capítulo histórico e, de um certo modo, didático tornou o mesmo um pouco longo e extenuante; ainda assim é necessário percorrê-lo, para que se possa descrever toda a situação analítica de maneira a introduzir a questão do chiste como que iluminando-a.

O ato inaugural de FREUD, ao inventar a psicanálise e introduzir o inconsciente como participante ativo do funcionamento psíquico dos indivíduos, acaba por nos colocar questões sobre a formalização de como operacionalizar o encontro com esta nova dimensão psíquica do inconsciente. O conjunto de “normas” que se convencionou chamar de “setting” analítico é encontrado no texto “*O início do tratamento*” no qual estas questões aparecem sob a designação de recomendações. “Havendo as condições do tratamento sido reguladas desta maneira, surge a questão: em que ponto e com que material deve o tratamento começar?” (FREUD, 1913: 149)

Trata-se de condições e não de regras ou normas impostas por FREUD; ele, na verdade, nunca reivindicou uma aceitação incondicional à estas recomendações. Estabeleceu uma única regra fundamental para a psicanálise: a associação livre, que é a resposta à pergunta sobre o início do tratamento. Fazendo uma alusão ao jogo de xadrez, FREUD demonstrou como cada encontro analítico tem suas peculiaridades, cada encontro analítico engendra a incumbência de reinventar a psicanálise a cada vez que, como psicanalistas, autorizamos o começo de uma análise.

FREUD criou um instrumento para o exame do psiquismo e com isso deu-se conta de uma série de obstáculos que precisariam ser solucionados. Foi com Anna O. que se superou o primeiro desses obstáculos – a amnésia característica de pacientes histéricos. Compreendeu-se que a mente manifesta dos pacientes não é a mente em sua totalidade, havendo por trás uma mente *inconsciente*. Ficou evidente para FREUD que a investigação psicanalítica referia-se aos processos mentais inconscientes e que um instrumento especial seria claramente necessário.

O instrumento óbvio para esse fim era a sugestão hipnótica. Sua utilização era para persuadir o sujeito a produzir material oriundo da região inconsciente da mente. Anna O., por sua vez, produzia torrentes de material vindo de seu “inconsciente” e BREUER só tinha de ouvi-la pacientemente. Mas isso não é tão simples como se afigura a princípio. Nem todas as pacientes eram tão dóceis como Anna, cuja hipnose profunda que atingia, aparentemente por sua própria vontade, não era tão prontamente alcançada por qualquer um.

No caso clínico da Sra. Emmy von N., FREUD teve muitas dificuldades para adaptar-se a esse novo uso da sugestão hipnótica e ouvir tudo que a paciente tinha a dizer, sem qualquer tentativa de interferir ou de levá-la a encurtar o relato. Com Emmy sob hipnose ¹¹, FREUD interrompe sua fala, para perguntar-lhe sobre a origem de certos sintomas. “Aproveitei também a oportunidade para perguntar-lhe por que sofria de dores gástricas e de onde provinham. Sua resposta, dada a contragosto, era de que não sabia. Solicitei-lhe que se lembrasse até amanhã. Disse-me, então, num claro tom de queixa, que eu não devia continuar a perguntar de onde provinha isto ou aquilo, mas que a deixasse contar o que tinha a dizer-me”¹²

¹¹ Este foi o primeiro caso em que Freud utilizou o método catártico. Numa nota de rodapé acrescentada ao livro em 1925 ele explica melhor essa afirmação dizendo que foi o primeiro caso em que utilizou o método “extensivamente”. É mais ou menos nessa época que o interesse de Freud o leva a traduzir o livro de Bercheim em 1888 e o outro em 1892.

¹² Freud, S. (1888/89*) “Casos Clínicos – (Breuer e Freud)”, O.P.C., Vol. II, p.95.

* Existem algumas contradições sobre as datas do tratamento da Sra. Emmy, ver apêndice A.O.P.C. vol. II, p.317.

Foi exatamente com Emmy que FREUD teve a oportunidade marcante de ser alertado, pela paciente, de sua necessidade de falar-lhe e, a partir daí, FREUD passou a incluir a noção do saber do paciente sobre sua própria psicopatologia. Foi o abandono do hipnotismo que possibilitou a FREUD ampliar ainda mais sua compreensão dos processos mentais e passar a confiar cada vez mais no fluxo de “associações livres” do paciente. A conseqüente aceitação da proposta de Emmy e também a sua generalização (o paciente deveria procurar suspender todo e qualquer juízo moral sobre o que fosse comunicar ao analista) possibilitou a FREUD postular a cura pela fala, o tratamento da palavra.

Fica esclarecido, então, que a condição da associação-livre é uma condição que se refere ao paciente; quanto ao analista, resta-lhe o preceito da atenção livremente flutuante mantida durante as sessões. Uma das definições para este termo encontrada no “*Vocabulário da Psicanálise*” é de que a atenção flutuante é um “modo como, segundo Freud, o analista deve escutar o analisando: não deve privilegiar *a priori* qualquer elemento do seu discurso, o que implica que deve funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção. Esta recomendação técnica constitui o correspondente da regra da associação livre proposta ao analisando”. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1983: 74)

Esta recomendação técnica, essencial ao trabalho psicanalítico, é encontrada em FREUD (1912 b: 125-126): “*Conselhos ao Médico*”. O analista deve abster-se o mais possível de seus preconceitos, objeções lógicas, inclinações pessoais e pressupostos teóricos. É esta a regra que, segundo FREUD, permite ao psicanalista descobrir as conexões inconscientes no discurso do paciente. Acabamos por compreender que a única regra fundamental da psicanálise trata-se da associação livre. Não importa por qual via, a associação-livre marca o início da psicanálise e também o início de cada análise — é o ponto em que a análise deve começar.

Como ficou demonstrado na introdução, foi na medida em que a analista pôde manter o preceito da atenção livremente flutuante e, portanto, manter sua capacidade de associar livremente junto com seu paciente ou, neste caso, em lugar de seu paciente, que a análise pôde iniciar-se. Somente quando foi possível à analista confiar na transferência estabelecida é que o chiste pôde ocorrer-lhe e imediatamente engendrou a transmissão de

um sentido captado pelo paciente. O caso clínico acima citado será detalhadamente desenvolvido no quinto capítulo, de modo que traga iluminações ao discurso teórico deste trabalho.

Naturalmente que o rigor de uma análise não se encontra nessas condições erigidas como regras, mas sim na condução da análise sobre a qual o analista deve saber responder. Além de FREUD, LACAN também pensava em algumas condições para a análise, mais precisamente cinco: as entrevistas preliminares, o divã, o tempo, o dinheiro e a análise do analista e que serão discutidas nos parágrafos abaixo. Embora o texto de Antônio QUINET (1997) tenha servido de inspiração para a estrutura descritiva de nossa discussão, seguiremos o rumo associativo que o pensar teórico nos incitar. Todavia, na medida do possível, procuraremos manter certa coesão narrativa, para que o leitor não fique à deriva em mares tempestuosos.

Ainda em seu texto "*O início do tratamento*", FREUD coloca que costumava praticar, por um período experimental de uma ou duas semanas, um tratamento que seguia as regras da psicanálise. Mas como uma forma de distingui-lo da análise propriamente dita, FREUD deixava seu paciente falar quase todo o tempo sem explicar-lhe muitas coisas, a não ser o estritamente necessário para fazê-lo prosseguir no que estava dizendo. FREUD acreditava que existiam razões diagnósticas para proceder assim. Percebia claramente que um tratamento experimental, por este período, não impediria a ocorrência de possíveis equívocos diagnósticos, mas, "tratava-se apenas de uma sábia precaução a mais". (1913: 139)

Isto serviria, segundo FREUD, para evitar a interrupção da análise após um certo tempo. Neste mesmo texto ele anuncia que a primeira meta da análise é a de ligar o paciente ao seu tratamento e à pessoa do analista, além de buscar fazer um diagnóstico diferencial entre a neurose e a psicose.

A expressão "entrevistas preliminares" corresponde, em LACAN, ao que FREUD chamava de "experimento preliminar". Essa expressão indica que existe um limiar, uma porta de entrada na análise totalmente distinta da porta de entrada do consultório do analista. Trata-se de um tempo de trabalho prévio à análise propriamente dita, cuja entrada

é concebida não como uma continuidade, e, sim – como o próprio nome tratamento experimental parece sugerir, como uma descontinuidade, um corte ao que era anterior e preliminar.

Na prática, no entanto, depreendemos que nem sempre é possível demarcar tão nitidamente essa zona limite da análise. Isto ocorre assim porque o que está em jogo tanto nas entrevistas preliminares quanto na própria análise é a associação livre. Carlos e eu, como sua analista, levamos meses até que se pudesse iniciar uma análise propriamente dita. E o uso do chiste na estrutura do ato analítico funcionou para proporcionar esta descontinuidade que permitiu o rompimento de uma rigidez de funcionamento estabelecida pelo analisando e prontamente seguida pela atitude da analista. Enquanto esta não foi capaz de, com sua liberdade interior, encontrar uma forma de sair daquela apatia, a situação se mantinha sem evoluções.

Embora as entrevistas preliminares tenham a mesma estrutura da análise, são distintas destas. A situação coloca ao analista um paradoxo. É a partir desse paradoxo que o analista deve decidir se irá ou não acatar aquela demanda de análise. Segundo LACAN, do ponto de vista do analista as entrevistas preliminares podem ser divididas em dois tempos: um tempo de compreender e um momento de concluir, no qual ele toma sua decisão. É nesse momento de concluir que se coloca o ato psicanalítico, assumido pelo analista, de transformar o tratamento de ensaio em análise propriamente dita.

Da mesma forma funcionaria o chiste para a compreensão do ato analítico: este tipo de interpretação acaba trazendo uma descontinuidade no discurso do paciente, uma ruptura que introduz um sentido novo mas que, ao mesmo tempo, sempre esteve presente de forma recalçada. Com graça, mas inequivocamente se fazendo presente, o chiste permite que este significante seja suportável para a consciência, à medida que se vai adentrando na análise.

Podemos fazer um paralelo com o texto da “*Negativa*”, de FREUD (1925: 265) em que ele afirma que o conteúdo de uma imagem ou idéia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja negada. “A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido”. A primeira afirmação dessa idéia já aparece

em seu livro sobre os chistes quando FREUD acredita que negar algo, em um julgamento, é, no fundo, dizer: “Isto é algo que eu preferia recalcar”. Um juízo negativo é, portanto, o substituto intelectual do recalque.

A demanda, em análise, não deve ser aceita *a priori* sem ser questionada, é um dos ensinamentos de LACAN. Para ele, só há uma demanda verdadeira para se dar início a uma análise – a de se desvencilhar de um sintoma. O que está em questão nas entrevistas preliminares é a transformação do sintoma do qual o sujeito se queixa em sintoma analítico. O paciente pode se apresentar ao analista para se queixar de seu sintoma e até pedir para dele se desvencilhar, mas isto só, não basta. É preciso que a queixa se transforme numa demanda endereçada àquele analista e que o sintoma passe do estatuto de resposta ao estatuto de questão para este sujeito, para que ele seja instigado a decifrá-lo.

Nesse trabalho preliminar, constitui função do analista questionar esse sintoma procurando saber a que ele está respondendo, a que gozo esse sintoma vem delimitar. Do ponto de vista freudiano, pode-se fazer a seguinte pergunta: o que fez fracassar o recalque e surgir o retorno do recalçado para que o sintoma fosse constituído?

É preciso que esse sintoma, que é significado para o paciente, readquira sua dimensão de significante, implicando o sujeito e o desejo. Pensarmos na estrutura do chiste nos ajuda a elucidar alguns aspectos do ato analítico. O chiste permite trazer o sujeito do inconsciente à tona, iluminando a dimensão de significante da fala do paciente. O sintoma, aparecendo como um significado do Outro, é endereçado pela cadeia de significantes ao analista, que está no lugar do Outro. Cabe ao analista introduzir a questão que LACAN denomina “Che vuoi?”, dimensão, esta, do desejo. Todavia, o analista deve levar em conta que, toda a vez que se inicia um contato terapêutico, está em jogo o mal-entendido, mal-entendido que não é acidente nem contingência, é estrutura. O mal-entendido é intrínseco à comunicação, leva o sentido indiretamente.

O inconsciente, no sentido de FREUD, tal como LACAN o retoma e o demonstra, é feito, é entremeado de mal-entendidos que se depositaram, se inscreveram no sujeito e singularmente determinam o que pode se chamar o seu destino, a partir da psicanálise. Pensar o mal-entendido nos introduz de cara no chiste, como aquele que tem a capacidade metafórica de iluminar o mal-entendido e, de nenhum modo, tentar resolvê-lo.

Quando o sintoma é transformado em questão, ele aparece como a própria expressão da divisão do sujeito. É nesse momento que o sintoma, encontrando o endereço certo, que é o analista, se transforma em sintoma propriamente analítico. A constituição do sintoma analítico é correlata ao estabelecimento da transferência, que faz emergir o “sujeito suposto saber”, pivô dessa transferência. Com este sintoma, o sujeito se dirige ao analista com uma pergunta: “o que isto quer dizer?” Tal posição inclui um saber, pois supõe que o analista detenha um saber sobre este enigma do paciente. O enigma é dirigido ao analista, que é suposto deter o saber: o analista é, assim, incluído nesse sintoma, completando-o.

As entrevistas preliminares possuem também uma função diagnóstica. O diagnóstico só tem sentido se servir de orientação para a condução da análise. FREUD (1913: 140) descreve a função do diagnóstico, ainda no texto “*O início do tratamento*”, discorrendo sobre a análise de psicóticos “Estou ciente de que existem psiquiatras que hesitam com menos freqüência em seu diagnóstico diferencial, mas convenci-me de que, com a mesma freqüência, cometem equívocos. Cometer um equívoco, além disso, é de muito mais gravidade para o psicanalista que para o psiquiatra clínico, como este é chamado, pois o último não está tentando fazer algo que seja de utilidade, seja qual for o tipo de caso. Ele simplesmente corre o risco de cometer um equívoco teórico e seu diagnóstico não tem mais do que um interesse acadêmico. No que concerne ao psicanalista, contudo, se o caso é desfavorável, ele cometeu um erro prático; propôs despesas desnecessárias e desacreditou o seu método de tratamento. Ele não pode cumprir sua promessa de cura se o paciente está sofrendo, não de histeria ou neurose obsessiva, mas de parafrenia, e, portanto, tem motivos particularmente fortes para evitar cometer equívocos no diagnóstico”.

Com relação à cura, como efeito terapêutico esperado numa análise, concordamos com LACAN, quando diz que um sujeito não pode ser curado do seu inconsciente. Por mais análise que se faça, o inconsciente não vai deixar de se manifestar e, como testemunhas dessa persistência, temos os lapsos, sonhos, chistes nos sujeitos já analisados.

Outra maneira de interpretar o texto freudiano acima citado é considerar que, para FREUD, há uma contra-indicação da psicanálise no atendimento de paciente psicóticos. Em LACAN (1998: 537), há algumas indicações que apontam no mínimo para uma certa cautela, embora ele deixe a cargo de qualquer analista a resolução de aceitar ou não o psicótico em análise.

Nas entrevistas preliminares, é importante, então, no que concerne à direção da análise, estabelecer um diagnóstico, ainda que com alguma dificuldade, para que o analista possa estabelecer a estratégia da direção da análise. A base dessa direção refere-se à questão da transferência, à qual o diagnóstico deve estar correlacionado. Dado que o analista será convidado a ocupar, na transferência, o lugar do Outro do sujeito, a quem são dirigidas suas demandas, é importante detectar, nesse trabalho prévio, qual é a espécie de modalidade transferencial da relação do sujeito com o Outro.

Podemos depreender pois, pela da Sra. Emmy von N., quando pede para Freud calar-se, que há um saber presente em seus próprios ditos. O sujeito que surge na análise, sob transferência, está vinculado a este saber. É o pivô da transferência. A resolução de se buscar um analista está vinculada à noção de que há um saber que está em jogo no sintoma, embora o paciente não saiba decifrar este enigma, supõe que aquele analista escolhido poderá ajudá-lo. É aí que fica estabelecida a transferência, condição para que uma análise se inicie.

A transferência não é uma função do analista, mas, do analisante; no entanto, cabe ao analista saber utilizá-la. Isto não quer dizer, em hipótese alguma, que o analista deva identificar-se com esta posição de suposto saber, pois este grande equívoco poderia colocar a análise em risco de uma ruptura, ou de se criar uma ilusão onipotente de que a análise é uma prática baseada numa teoria que não inclui a falta. A posição do analista não é a de saber, pois se há algo que o analista deve reconhecer é que a comunicação está baseada no mal-entendido. O que não se pode negar, todavia, é a idéia de que o saber é pressuposto à função do analista.

Mas vale notar que a relação transferencial, que foi estabelecida pelo analisante, é entre o analista e o sujeito suposto saber. Nesse sentido, não basta que o paciente possua uma demanda de desvencilhar-se de um sintoma, é preciso que este apareça ao sujeito como um enigma e, portanto, algo que deve ser decifrado – na dinâmica da transferência – pelo intermédio do sujeito suposto saber.

Para se tratar do problema da transferência sob uma perspectiva lacaniana, temos que fazer um percurso que inclui a discussão da paixão de modo a introduzir a dimensão da transferência. A definição desta no campo da psicanálise é muito bem conhecida: ela é uma forma de amor (FELDSTEIN, 1997: 108). Definição esta dada por LACAN e também por FREUD. Quando se transforma em questão a queixa do analisante, ele responde ao analista com amor. Cabe ao analista fazer surgir nessa dimensão a questão do desejo, que está conectada ao estabelecimento do sujeito suposto saber.

Fazer aparecer a questão do desejo é fazê-lo surgir como o desejo do Outro. O sintoma é elevado à categoria de enigma, pela ligação implícita do desejo com o saber. A transferência não se refere a um amor qualquer, mas a um amor que se dirige ao saber, com o intuito de atingir propriamente o objeto causa de desejo, o objeto *a*. O analista carrega um bem precioso que causa o desejo, causando a própria transferência.

No que concerne a FREUD, percebe-se claramente que ele não situou, de saída, a transferência em toda sua amplitude. E, após tê-la reconhecido como algo de inusitado e perturbador, foi preciso um tempo ainda maior para aceitá-la e utilizá-la.

Ele empregou o termo transferência, pela primeira vez, ao relatar suas tentativas de obter de suas pacientes associações de palavras em *“Estudos sobre a histeria”*. O objetivo do método de tratamento consistia em o paciente descobrir, basicamente por meio de suas associações e reações afetivas, o elo entre os seus sintomas e sentimentos presentes, de um lado, e, de outro, suas experiências passadas. FREUD supunha que a “dissociação” da consciência das experiências passadas (e dos sentimentos ligados a elas) era gerado por um conflito psíquico. A mente se defendia dessa experiência desprazerosa realizando essa separação e constituindo um fator primordial na gênese das neuroses. FREUD também observou que ocorriam mudanças nas atitudes dos pacientes com relação a seu médico, no

curso do tratamento, e que essas mudanças, envolvendo intensos componentes emocionais, podiam causar uma interrupção no processo de associação verbal, resultando, muitas vezes, em obstáculos para o tratamento.

Comentou, ainda, que “o paciente se amedronta ao verificar que está transferindo para a figura do médico as idéias angustiantes que se originam do conteúdo da análise. Essa é uma ocorrência freqüente e, em algumas análises, realmente uma ocorrência regular” (FREUD, 1895: 313). Esses sentimentos foram considerados como “transferência”, que sucedia em conseqüência de algo que FREUD denominou de “falsa conexão” entre uma pessoa que foi objeto de desejos anteriores (geralmente sexuais) e o médico. Sentimentos ligados a desejos passados (que foram excluídos da consciência) emergem e são vivenciados, no presente, como resultado da “falsa conexão”. Como referência a isso, FREUD comentou a respeito da propensão dos pacientes a desenvolverem ligações neuróticas com seus médicos.

FREUD, no entanto, em um trabalho de 1905, publicado alguns anos após, conhecido como “*Fragmentos de uma análise de um caso de histeria*”, se perguntava: “Que são transferências? São novas edições ou fac-símiles dos impulsos ou fantasias surgidos durante o processo da análise; possuem, porém, a peculiaridade, que é característica de sua espécie, de substituírem alguma pessoa anterior pela pessoa do médico” (p.111). Em outras palavras: toda uma série de experiências psicológicas é revivida, não como pertencente ao passado, mas aplicada à pessoa do médico, no momento atual. Algumas dessas transferências têm um conteúdo que não difere do de seu modelo em nenhum aspecto, salvo quanto à substituição. Estas, então, mantendo a mesma metáfora, são simplesmente as novas impressões ou reedições. Outras são construídas de modo mais engenhoso; seu conteúdo foi sujeito a uma influência moderadora “... astutamente tirando vantagem de alguma característica real da pessoa ou das circunstâncias do médico e ligando-se a isso. Estas, portanto, não serão mais novas impressões, e sim edições revistas”. (id., p. 111)

A transferência parece ter a estranha particularidade de, toda vez, pegar o analista (Freud) desprevenido. Talvez não fosse duvidoso pensar que um fenômeno tão insólito e permanente como a transferência pudesse ser classificado, sem danos para sua

conceituação, como uma simples repetição de hábitos. Universalmente conhecido é o caso Dora, em que FREUD se censurava por não ter impedido a interrupção do tratamento porque não havia despertado a tempo para a questão da transferência. FREUD irá sublinhar que, por não ter percebido a tempo a transferência de Dora, foi incapaz de analisá-la, e o tratamento se interrompeu.

Até aí a transferência tinha sido vista como um obstáculo e resistência ao trabalho analítico. Porém, alguns anos mais tarde, no texto *“Cinco lições de psicanálise”*, FREUD (1909) observou que nem sempre a transferência era um obstáculo à análise, mas podia também desempenhar “um decisivo fator de convicção não só para o paciente como também para o médico” (p. 62). Essa é a primeira menção da transferência como agente terapêutico. Deve-se notar que FREUD sistematicamente distinguia a análise da transferência, como procedimento técnico, da chamada “cura por transferência”, na qual o paciente parece livrar-se de todos os seus sintomas como consequência de sentimentos de amor pelo analista e de um desejo de lhe ser agradável.

Um pouco depois, nas *“Conferências introdutórias em Psicanálise”*, FREUD (1916/17: 516) assinalou que *“uma transferência está presente no paciente desde o início do tratamento e, durante algum tempo, é o mais poderoso motivo de seu progresso”*¹³. Pareceria que FREUD estava usando este termo para incluir muitos fenômenos diferentes, embora todos eles tivessem a qualidade de ser considerados repetição, no presente, de sentimentos e atitudes do passado. Em 1912, no texto *“A dinâmica da transferência”*, FREUD falava de transferências “positivas” em contraposição a transferências “negativas”, e, ademais, subdividia as transferências positivas em dois tipos: as que auxiliavam o trabalho terapêutico e as que o dificultavam. As transferências negativas eram consideradas como transferências de sentimentos hostis em relação ao terapeuta, sendo que a forma extrema se manifestava na paranóia, embora, de maneira mais mitigada, pudesse ela ser encontrada em coexistência com a transferência positiva em todos os pacientes. Essa coexistência possibilitava ao paciente utilizar-se de um aspecto dessa transferência para se proteger do perturbador surgimento da outra. Assim, um paciente podia usar a hostilidade que tinha transferido ao analista como meio de manter impotentes os sentimentos da

¹³ Freud, S. (1916/17) *“Conferências Introdutórias em Psicanálise”*, O.P.C, Vol. XVI, p.516

transferência positiva. Com isso, o paciente emprega seus sentimentos transferenciais hostis para proteger-se das transferências positivas emergentes e ameaçadoras (geralmente eróticas). Além disso, aquele aspecto da transferência positiva, que “está presente... desde o início do tratamento” (FREUD, 1916/17: 516), difere, na sua qualidade, das transferências eróticas que surgem no decurso do tratamento. Aquele poderia ser visto como um componente da aliança terapêutica.

Embora FREUD, nos textos mencionados acima, esteja demonstrando a transferência não mais como um obstáculo ao tratamento, muitas vezes, utiliza-a para defender-se de seus próprios sentimentos em relação a seus pacientes. O privilégio dado ao diálogo, à relação, esse privilégio é absolutamente pós-freudiano.

Parece ainda persistir em FREUD, na continuação de seu pensamento, essa oscilação permanente entre uma apreciação positiva e uma apreciação negativa dos efeitos da transferência. Como nos lembra LAPLANCHE, um negativo e um positivo que não coincidem com o que FREUD chama de transferência negativa e transferência positiva. Os aspectos negativos e positivos da transferência são pensados em relação à possibilidade ou não de prosseguir o tratamento.

FREUD era da opinião que as características particulares da transferência de um determinado paciente fundavam-se nos aspectos específicos da neurose desse paciente, e não são simplesmente resultado do processo analítico, nem são comum a todos os pacientes. As qualidades específicas da transferência de um paciente receberam um significado adicional quando o conceito de “neurose de transferência” foi introduzido por FREUD (1914: 169) no texto “Recordar, repetir e elaborar”. Em seus primeiros trabalhos, FREUD externou sua crença de que as neuroses de transferência podiam ser diferenciadas de outros tipos de doenças, as “neuroses narcísicas”, nas quais os fenômenos da transferência, segundo pensava, não se desenvolviam facilmente. A maioria dos psicanalistas atualmente acredita que os fenômenos da transferência ocorrem em pacientes pertencentes a ambos os grupos.

Contudo, deve-se dizer que FREUD pensava que a neurose de transferência podia ocorrer caracteristicamente no tratamento psicanalítico de pacientes que padeciam de

“neurose de transferência”, isto é, histeria de conversão, histeria de angústia e neurose obsessiva.

No entanto, não seria um equívoco supor que, o termo “neurose de transferência” não se refere a um problema de nomenclatura na obra freudiana, mas, sim, remete ao fato de que a nosografia se refere ao tratamento clínico. O fato de acontecer a transferência fala de um fator comum à histeria e a neurose obsessiva. Isso quer dizer que FREUD faz uma classificação a partir da experiência psicanalítica.

Esse conceito de “neurose de transferência” enfatizava a maneira como os relacionamentos prévios, que eram componentes da própria neurose, moldam também o padrão dominante dos sentimentos do paciente referentes ao psicanalista. O conceito de “neurose de transferência” foi ampliado por FREUD em 1920, quando comentou que o paciente em análise “é obrigado a repetir o material recalçado como uma vivência contemporânea, ao invés de, conforme o médico preferia ver, recordá-lo como algo pertencente ao passado. Essas reproduções, que emergem com tamanha e indesejável exatidão, têm como tema alguma parte da vida sexual infantil... e invariavelmente encontram expressão no âmbito da transferência, no âmbito da relação do paciente com seu médico. Quando as coisas atingem essa fase, pode-se dizer que a neurose anterior agora foi substituída por uma nova neurose, a “neurose de transferência”. (FREUD, 1920: 29)

A fim de enquadrar nesta perspectiva os desenvolvimentos posteriores, é necessário salientar que o conceito de transferência foi elaborado por FREUD durante os anos em que o funcionamento psíquico era visto por ele e seus colegas predominantemente em virtude das vicissitudes das pulsões instintuais e das energias que, segundo se pensava, as impulsionavam. FREUD imaginava os desejos sexuais, dirigidos a um personagem importante do passado, como um investimento (catexia) da energia da pulsão sexual, “libido”, na imagem da pessoa, “objeto libidinal”, em questão. A transferência era considerada um deslocamento da libido desde a lembrança do objeto original à pessoa do analista, que se tornava o novo objeto dos desejos sexuais do paciente, sendo que este não tinha consciência desse processo de deslocamento do passado.

Nesse sentido, talvez possamos nos voltar ainda a FREUD, em seus textos sobre o “Sinistro” e sobre o “Início do tratamento”, em que aparece a idéia da condição do divã, que será desenvolvida nos próximos parágrafos. Embora, em momento algum, FREUD se utilize das questões do sinistro para pensar a transferência, podemos fazer este texto “falar” o que não foi dito. Podemos pensar que o analista é um estranho para seu paciente, mantendo uma dissimetria, portanto. E o divã é um dos instrumentos que facilitam esta dissimetria.

FREUD coloca que “Unheimliche” relaciona-se com o que é assustador, com o que provoca medo e horror de maneira generalizada. Coloca também o estranho como sendo aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, velho e há muito familiar. FREUD aponta para o fato de que a palavra em alemão teria uma certa ambigüidade, oscilando entre o familiar e o desconhecido. Relaciona tal ambigüidade com a sensação de inquietude do sujeito pelo retorno do material recalçado (portanto conhecido), o qual volta sob a forma de algo desconhecido e assustador.

FREUD se ocupa detalhadamente do termo “das Unheimliche”, trazendo exemplos de dicionários, da fraseologia e conotações coloquiais. Apesar do foco do artigo ser a investigação da sensação psíquica de inquietude perante “o estranho”, a sensação de estar diante de algo “estranho” torna-se mais amedrontadora para o sujeito quando se borram as fronteiras entre o real e o imaginário, jogando-o na irrealidade “...um estranho (unheimlich) efeito se apresenta quando se extingue a distinção entre imaginação e realidade, como quando algo que até então considerávamos imaginário surge diante de nós como realidade”. (FREUD, 1919: 261) Entretanto, se a “irrealidade” pode acentuar este sentimento, esta não é essencial para provocar a sensação de inquietação.

Ao analisar o conto de Hoffman, “O homem de areia”, FREUD mostra que por meio da leitura de um conto se facilita que as fronteiras entre a realidade e a ficção fiquem esmaecidas. O mesmo acontece na prática da clínica analítica. É na clínica que se pode considerar a proposta radical de LACAN, de que “a verdade é da ordem da ficção”. (CHNAIDERMAN, 1989: 22) Na prática clínica não há uma discussão sobre o que é verdade e o que deixa de ser, o que ocorre é a tentativa sensível de se captar o inconsciente, aquilo que está no espaço entre o analista e a pessoa do paciente, no discurso de um e de

outro, no permanente movimento do inconsciente que, a cada momento, instaura uma nova verdade.

O que permite que se viva algo de aterrador diante de coisas que nos são supostamente familiares? O “Unheimliche” acontece quando justamente se enevoam os limites entre a realidade e a fantasia, quando o que havíamos considerado como fantasmático nos aparece como real. Como diz CHNAIDERMANN, “quando um símbolo assume o lugar e a importância do simbolizado”. (1989: 22)

Assim como a posição freudiana revela uma concepção da transferência, na medida em que o seu objeto é situado na fronteira entre o real e a fantasia, em LACAN esse lugar estranho é o do objeto *a*, que o analista representa. Maravilha ou dejetivo, ele é o produto do deslocamento e da condensação do gozo faltante. KAUFMANN (1996) pensa esta questão da transferência e do sinistro da seguinte forma: “estranho (Fremde) é portanto esse lugar da Outra Coisa (das Ding) que habita o sujeito e permanece fora do seu alcance. A partir disso, até o mais familiar pode voltar a obsedar este último de maneira enigmática e assustadora, suscitando o sentimento da “inquietante estranheza” (das Unheimliche).” (p. 174) Na medida em que o analista sabe que não ocupa o lugar de suposto saber e que sua função é, ao longo do tempo e da análise, deixar o analisante poder entrever esse lugar da falta, permitindo-lhe traduzir, simbolizar ou, se nos é permitido nos expressarmos dessa maneira, re-traduzir e re-simbolizar, na transferência, aquilo que não foi possível em suas relações originais.

O divã é uma das peças que podem colaborar para que a transferência seja pensada das várias maneiras descritas acima. O divã, muito mais do que uma peça de mobiliário, é considerado por muitos como um dispositivo analítico. É aquele que cria a dissimetria entre o paciente e seu analista e que facilita esse esfumaçamento do analista na relação analítica.

LACAN é reconhecidamente dito como aquele que varre a padronização do “setting” analítico. Mas, até mesmo ele, mantém o divã como uma condição da análise. O divã é considerado como uma condição para a análise, assim como as entrevistas

preliminares. Condição, esta, intimamente ligada à do divã, uma vez que a indicação do divã pontua o fim dessas entrevistas, marcando o início da análise propriamente dita.

O uso do divã tem, para FREUD, uma significação histórica: é o remanescente do método hipnótico. No entanto, ele propõe várias razões para que o uso do divã seja mantido. Algumas delas, FREUD admite, são de ordem pessoal. Revela que não suporta ser observado durante oito horas seguidas e, reconhece ainda, que esta questão pode ser compartilhada com muitos colegas seus. Mas acaba por deixar claro que a principal razão pela opção do uso do divã não é pessoal nem histórica, tem a ver com a estrutura da transferência.

A importância de impedir que a expressão do rosto do analista forneça ao analisante certas indicações, passíveis de serem interpretadas ou influenciarem a sua fala, possui também relação com a estrutura da transferência. A privação da visão do analista é acompanhada do convite à auto-observação.

A indicação do uso do divã na entrada em análise é um ato psicanalítico que reproduz, em cada início de uma sessão de análise, o início da própria psicanálise. E propõe, logo de cara, a condição de dissimetria entre o paciente e o analista, entre o sujeito e o Outro.

Esse procedimento, como diz FREUD (1913: 149), “tem como objetivo e como resultado impedir que a transferência se misture imperceptivelmente às associações do paciente, isolar a transferência e permitir-lhe que apareça, no devido tempo, nitidamente definida como resistência”. Trata-se de uma tática que permitiria ao analista identificar a transferência no momento de sua pura emergência nos dizeres do analisante.

QUINET nos lembra que, ao se tentar evocar o universal da estrutura de se entrar em uma análise, é melhor acentuar o particular da passagem para o divã como uma condição de entrada em análise. Não se deve perder de vista a particularidade de cada paciente, “... apreender o particular de cada caso é o único procedimento que temos para não fazer um padrão do uso do divã, assim como qualquer outro aspecto da experiência analítica”. (QUINET, 1997: 52)

Outro fator que vale a pena pensarmos como mais uma condição da análise é o fator tempo. Sabemos que a questão do tempo, em análise, tem sido uma questão polêmica na história do movimento psicanalítico. E isso pode ser entendido sob dois aspectos: o primeiro refere-se à duração de uma análise, em que está em jogo o final da análise, e, no que concerne a LACAN, ao tornar-se analista; o segundo aspecto refere-se ao tempo de duração de uma sessão.

LACAN introduziu esta questão do tempo em análise procurando situar a experiência analítica na função da fala e no campo da linguagem. Para tal, utilizava o que ele próprio chamava de sessões curtas, citando QUINET (1997: 58) “... e o que no Brasil é referido como trabalhar com o tempo lógico”.

A opinião de FREUD, sobre o tempo da sessão, encontra-se no texto sobre “*O início do tratamento*” onde ele é muito claro sobre sua posição. Especifica que atribui uma hora determinada para cada paciente, com a duração de também uma hora, e que o paciente poderá fazer uso dela como bem entender; quer venha ou não venha à sessão, é responsável por aquele período. FREUD afirma, ainda, que trabalha todos os dias, exceto domingos e feriados, portanto, seis vezes por semana.

LACAN pensava diferentemente sobre esta questão da padronização do tempo. Perguntava-se como seria possível cronometrar o tempo de uma sessão se o inconsciente é atemporal, como propunha FREUD (1915: 192). Como regular o tempo, então, a partir do inconsciente? LACAN resolve este problema com o seguinte axioma: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. O inconsciente está na própria fala do analisante e cabe ao analista fazer com que isto apareça.

LACAN utiliza-se da pontuação e da retroação (“*après-coup*”) para fazer com que o inconsciente apareça. É pela pontuação que o discurso comum é transformado em manifestação do inconsciente. Isto, naturalmente, se contrapõe a interpretações que visam a tomada de consciência. Em relação à retroação, LACAN considerava a frase com uma cadeia de significantes: é só quando a frase termina que se pode encontrar o seu sentido, numa retroação.

Utiliza-se a tradução do termo “après-coup” como retroação embora se saiba que o “après-coup” possui diversos tipos de tradução; no entanto, o que importa para a discussão é que este esquema de retroação é importante, em psicanálise, pois corresponde ao esquema da constituição do trauma. Para que haja o trauma são necessários dois tempos: num primeiro momento existe a ameaça real (digamos da castração), que vai gerar, no máximo, a angústia da castração. O efeito da ameaça só vai adquirir sentido quando ressignificada por uma segunda experiência de cunho sexual, que dá sentido à primeira numa retroação. Com isso podemos depreender que numa análise, como uma experiência de ressignificações, se vão permitir diversas interpretações do mesmo evento, ou seja, diversos outros significantes podem ser associados a este evento por ele possuir uma estrutura significante.

O corte na sessão já é em si uma forma de interpretação, interpretação em ato, como diria LACAN (1998), que vai decidir do sentido de uma cadeia significante. “A suspensão da sessão, não pode ser indiferente à trama do discurso e vem desempenhar na sessão o papel de uma escansão, que tem todo o valor de uma intervenção para precipitar momentos concludentes” (p. 253). Ao situar-se o analista como aquele que vai suspender a sessão num determinado momento, que dará o ponto final à frase, aponta-se que o analista acaba por dar o sentido, que é sempre o sentido do Outro.

O analista vem, assim, a ocupar o lugar do Outro, pelo próprio endereçamento da fala do analisante na constituição da transferência. É ao analista como Outro que o sujeito vai endereçar suas demandas. Nesse sentido, o corte na sessão, como escansão, vai introduzir a dimensão do desejo inconsciente que surge como um enigma: função do desejo do analista, que se apresenta como um mistério, uma incógnita a ser decifrada.

Dáí o corte da sessão ter uma função de interpretação, como enigma levando à produção de significantes. A suspensão da sessão como um corte visa suspender as conexões habituais do significante e do significado.

A prática das sessões curtas implica, portanto, dois aspectos: a análise não se reduz, em absoluto, ao tempo das sessões, mas é um processo contínuo, em que a sessão é uma descontinuidade, uma ruptura no discurso, de modo que o analista fica depositário das

elaborações e associações que o paciente faz fora das sessões. O segundo aspecto está relacionado ao ato, que está fora do significante e se relaciona ao objeto “a”. “O objeto a é aquele objeto que, estando fora da cadeia significante, a orienta. É o objeto que sustenta a metonímia do discurso, de significante em significante. É o objeto que dá a característica do desejo como sendo sempre o desejo de outra coisa, objeto que rola na cadeia e que só pode corresponder ao intervalo significante (ou seja, ao que está entre os significantes)”(QUINET, 1997: 78). O objeto “a” tem em si a estrutura de corte e está relacionado ao corte na sessão, que é da ordem da interpretação, na medida em que visa o objeto causa de desejo (objeto “a”).

A idéia de LACAN sobre a duração da sessão indicar que este corte dá o sentido da mesma e que, portanto, é dado pelo analista, alia-se a nossa experiência analítica; uma vez que a estrutura de chiste do ato analítico nos permite pensar que, embora o sentido da interpretação seja dado pelo próprio paciente, na medida em que ele capta o significante que lhe faz mais sentido, na estrutura chistosa da intervenção do analista, é por meio do inconsciente do analista que surge o chiste.

Talvez a idéia possa ficar mais clara por intermédio de uma vinheta clínica. O paciente em questão é um adolescente de 14 anos, faz análise há alguns meses. Sua mãe procurou o tratamento porque não consegue controlá-lo, ele mente, fuma, quando quer dirigir rouba o carro, etc. O paciente e a analista possuem o mesmo prenome. Ele chega na sessão mascarando chicletes e usando óculos escuros. Na entrada da sala diz à analista: “E aí, Fulana, o que você me conta de novo?!” A analista retruca: “mas, Fulano, por que te contaria de novo?!” Ele ri, um pouco atônito, tira os óculos escuros e me conta que tinha tido uma briga com a família de novo no dia anterior. Acaba por optar pelo sentido de algo que se repete em sua vida e que não há nenhuma novidade nisso. Em sessões posteriores, começa a trazer queixas de que não conseguia encontrar nada de novo, de novidade, em sua vida, nada de satisfatório. No entanto, do ponto de vista transferencial, algumas coisas passaram a ser delimitadas por intermédio dessas intervenções entre jocosas e provocativas da analista; podia existir surpresa em nossa relação, o paciente se surpreendia com o que a analista dizia e isto podia ser considerado uma novidade, visto que ele supunha que já sabia tudo sobre si mesmo. Experimentava um “novo Fulano”, sem truques ou aparatos que o mantivessem distantes da analista e de si mesmo.

A questão da interpretação trazendo uma estrutura de corte é muito diferente do que FREUD pensava, no início de seus trabalhos analíticos. Pensava a interpretação mais no sentido de seus pacientes recuperarem lembranças “esquecidas”. A essa época, ele restringia suas intervenções verbais, na situação terapêutica, às que eram requeridas para induzir a necessária livre expressão dos pensamentos do paciente. Ele procurava evitar a sugestão direta, do tipo que caracteriza os métodos hipnóticos, dos quais se derivou a técnica analítica. Seus comentários e sugestões eram feitos somente no sentido de facilitar a produção do material verbal do paciente, na crença de que o fluxo das associações finalmente levaria à recordação, mais ou menos espontânea, de lembranças, carregadas de afetos, relativas a acontecimentos importantes e significativos do passado do paciente. Por volta de 1897, FREUD abandona a teoria do trauma, passando a dedicar-se a estudos sobre os processos de representação simbólica, especialmente tal como ocorre nos sonhos.

As primeiras referências que FREUD fez a respeito da interpretação são aquelas relativas a interpretações dos sonhos. Com relação a estes, o conceito referia-se à compreensão e à reconstrução, pelo próprio analista, das origens e do significado oculto do sonho (“conteúdo latente”). A interpretação do analista, relativa aos sonhos e a associações livres do paciente, não devia ser comunicada livremente, mas devia ser guardada até que aparecessem as resistências. A “arte da interpretação”, que se exige do analista, veio a significar, antes, a arte de fazer uma intervenção verbal bem-sucedida de tipo especial, e menos a arte de compreender o significado inconsciente do material do paciente. Passou-se a acentuar **aquilo** que o analista escolhe para transmitir ao paciente, **quando** decide fazê-lo e da **forma** em que o faz.

Note-se aí que a interpretação acontece, na verdade, em dois tempos, havendo uma distinção entre a interpretação e a comunicação da interpretação. Uma espécie de pequena gestação da interpretação, até que ela pudesse ser comunicada ao paciente. Em 1926, no texto sobre “*A questão da análise leiga*”, FREUD escreveu: “Quando os senhores tiverem encontrado a interpretação correta, uma outra tarefa se lhes antepõe. Devem aguardar o momento exato em que podem comunicar sua interpretação ao paciente, com alguma perspectiva de êxito — Estão cometendo grave equívoco se — os senhores lançarem suas interpretações à cabeça do paciente tão logo as tiverem encontrado”

(FREUD, 1926: 213). Cada vez mais passou-se a acentuar, na área da técnica psicanalítica, a formulação de interpretações que fossem aceitáveis para o paciente, ou que fossem especialmente eficazes num determinado momento.

No entanto, não se pode deixar de observar que, de 1897 a 1923, as associações livres do paciente eram consideradas derivados superficiais de desejos e impulsos inconscientes “que irrompiam das profundezas até a superfície”. O problema da interpretação era visto predominantemente como um problema de compreender material inconsciente “mais profundo”, a partir da análise de produções conscientes.

O enfoque estrutural acentuava o papel da parte organizada da personalidade – o Eu – na busca de soluções conciliatórias entre as pulsões instintuais – o Isso –, os ditames da consciência moral e dos ideais – o Supereu – e a realidade externa. As interpretações eram vistas como estando endereçadas ao Eu do paciente, tendo, naturalmente, de ser levadas em conta as fraquezas e forças desse Eu.

Embora FREUD, nesse momento, estivesse ocupado com a forma com que as intervenções do analista seriam realizadas, pode-se inferir que ele acreditava que essas intervenções pudessem conter alguma explicitação dos conflitos do paciente e que o analista precisaria encontrar o “timing” correto e a forma para que estas intervenções fossem transmitidas aos pacientes. A interpretação dava a idéia de que o analista ocupava um lugar de suposto saber e que este saber seria comunicado ao paciente.

FREUD passa a considerar os movimentos do inconsciente como algo que poderia trazer uma compreensão mais ampla do funcionamento mental do paciente e é precisamente aí que se pode alocar a questão do chiste, com o intuito de subverter a noção mais clássica das intervenções do analista.

Além disso, penso que esta noção da estrutura de chiste do ato analítico traz um avanço em relação à concepção freudiana da transferência, porque é a posição do analista que faz com que o paciente consiga apreender novos significados inconscientes. O efeito da transferência é muito mais agudo, aproxima o paciente de descobertas sobre ele mesmo, não só por causa do amor de transferência, mas, pelo lugar que seu analista ocupa na situação analítica.

Como já foi dito anteriormente, o analista sabe que não ocupa o lugar do suposto saber e sabe que sua função é, ao longo do tempo e da análise, deixar o analisante entrever esse lugar da falta; a interpretação desse analista acaba por não poder ser uma reconstrução. Se assim o fosse, acabaria por permitir uma reconstrução do que faltaria a ele próprio, analista. Suas intervenções devem visar essa dimensão de corte, de desenlaçamento da ilusão de um suposto saber na relação com o paciente.

Outro ponto a ser decidido no início do tratamento é a questão do dinheiro, dos honorários do analista. FREUD (1913: 146) acreditava que “poderosos fatores sexuais” estavam associados ao valor concedido ao dinheiro. “As questões de dinheiro são tratadas pelas pessoas civilizadas da mesma maneira que as questões sexuais – com a mesma incoerência, pudor e hipocrisia”. Portanto, o próprio analista deveria cuidar pessoalmente desse aspecto da análise, com o intuito de demonstrar ao paciente que o analista rejeita uma falsa vergonha ao dizer-lhe voluntariamente o preço em que avalia seu tempo.

FREUD destaca a questão da sobrevivência do analista (auto-preservação), o poder e a questão sexual. QUINET (1997) traduz a questão da auto-preservação como algo da ordem da necessidade, assim como para respirar o objeto específico é o oxigênio, para a fome o objeto específico é a comida e assim por diante “no ser falante a significação da necessidade e sua articulação com a pulsão faz do objeto específico um objeto perdido e sempre buscado pelo desejo constante e indestrutível ” (p. 96). Isto nos faz pensar que a entrada do ser humano na cultura implica que a necessidade passe a ser representada psiquicamente, passe pela linguagem. Isto amplia a conotação da palavra dinheiro para além da dimensão de necessidade, o dinheiro já denota uma troca de bens marcados pela simbolização, o dinheiro só existe, portanto, em função da linguagem. O dinheiro incluiria aquilo que falta ao sujeito, aquilo que lhe completaria.

QUINET acredita que quando o dinheiro fica vinculado ao desejo, ele entra em circulação marcado pela falta. Podemos encontrar em FREUD uma série de equivalências simbólicas para o dinheiro: seio, pênis, fezes, criança, presente, objetos marcados pela castração. Quando FREUD fala que “ o dinheiro envolve poderosos fatores sexuais” é como dizer que o dinheiro é libidinal.

O analista, continua FREUD no texto “*O início do tratamento*”, não deve tratar das questões do dinheiro “...da mesma maneira que as questões sexuais – com a mesma incoerência, pudor e hipocrisia”, deve usar de franqueza e clareza “O analista, portanto, está determinado desde o princípio a não concordar com esta atitude, mas em seus negócios com os pacientes, a tratar de assuntos de dinheiro com a mesma franqueza natural com que deseja educá-los nas questões relativas à vida sexual” (FREUD, 1913: 146). Demonstra, assim, a seus pacientes, que o analista deve rejeitar toda falsa vergonha com a franqueza. Embora FREUD não trate da duplicidade envolvida nas questões do dinheiro, o quer – não quer, ligado ao desejo, e o sou rico – sou pobre, ligado ao dinheiro, estão sempre presentes. As questões do dinheiro e do sexo dividem o sujeito.

Quanto à hipocrisia, FREUD não se presta à figura de filantropo desinteressado, demonstrando, assim, que o analista se sentiria prejudicado e situaria o paciente no lugar do perseguidor, ou seja, no lugar daquele que o explora, permitindo que o paciente pensasse que o analista lhe presta um favor.

Em seguida, FREUD (1913: 146) faz toda uma análise dos malefícios de uma análise gratuita, termina dizendo que “nada na vida é tão caro quanto a doença e a estupidez”. De uma certa forma, FREUD estabelece que o preço de uma análise equivale ao preço da doença, QUINET (1997: 99) acrescentaria que “um pode amoedar-se pelo outro”.

A doença é uma questão da psicanálise e a FREUD interessa muito saber como a doença e o sintoma, em particular, podem ser amoedados pelo dinheiro. O neurótico possui um apreço especial por seu sintoma, isto fica naturalmente evidente na clínica, pela resistência do paciente em livrar-se de seus sintomas. Uma vez que sua libido está investida nesse sintoma, fica mais difícil abandoná-lo. É o que FREUD chama de benefício primário do sintoma e LACAN de gozo do sintoma. Portanto, existe uma satisfação pulsional no sintoma.

É no benefício primário que o sintoma tem a característica de uma satisfação libidinal substitutiva. A doença é uma maneira de se fazer economia, maneira inadequada, diga-se de passagem, mas que opera psiquicamente. Parece ser a solução mais conveniente quando existe conflito mental. Ficar doente é invariavelmente obter alguma espécie de vantagem. É a fuga para a doença.

O benefício secundário concerne à transformação da relação do sujeito com seu sintoma. O sintoma é vivido inicialmente como um corpo estranho, mas, em seguida, o sujeito encontra um jeito de tirar ainda mais vantagens dele, além da satisfação pulsional proporcionada pelo sintoma.

A metáfora empregada por FREUD para referir-se ao benefício secundário poderia ser comparada a um benefício pecuniário. Ele próprio utiliza o exemplo de um indivíduo que, ao sofrer um acidente, fica aleijado e passa a viver da mendicância. O benefício secundário está, portanto, direta e intimamente vinculado por FREUD à questão do dinheiro.

A última condição para a análise, última, mas não menos importante, é a questão da análise do analista. Para FREUD, toda análise é terapêutica, tanto para aquele que quer se curar de algo quanto para aquele que se propõe a ser analista. Se com FREUD aprendemos que a própria análise do analista é a condição para seu exercício, com LACAN descobrimos que o próprio processo analítico pode conduzir o sujeito a um ponto em que de analisante ele vire analista, deixando supor que esse momento corresponde ao final da análise, é a condição do ato de tornar-se analista. Para LACAN, portanto, o ato psicanalítico por excelência é aquele em que o analisante passa a analista.

Para nossa discussão não vale a pena nos alongarmos na questão de articular a doutrina do final de análise com a do ato analítico. No capítulo sobre o ato analítico, vale a pena pensarmos da forma como LACAN articula o “passe” e seu dispositivo, as coordenadas lógicas e clínicas do início e do final da análise, para pensarmos a dimensão interpretativa do ato. De modo que, do ato analítico, possamos nos aproveitar de duas expressões utilizadas por ele: a destituição subjetiva e a travessia da fantasia.

Ainda vale refletirmos sobre o porquê da realização de todo esse percurso mais ou menos histórico. O intuito é introduzir a noção de como o chiste ilumina a estrutura do ato analítico e nos permite impor uma descontinuidade no discurso do analisante, uma ruptura que traz à tona toda uma cadeia de significações do inconsciente do paciente que estava rigidamente organizada e que fica sacudida por aquilo que o chiste traz de subentendido.

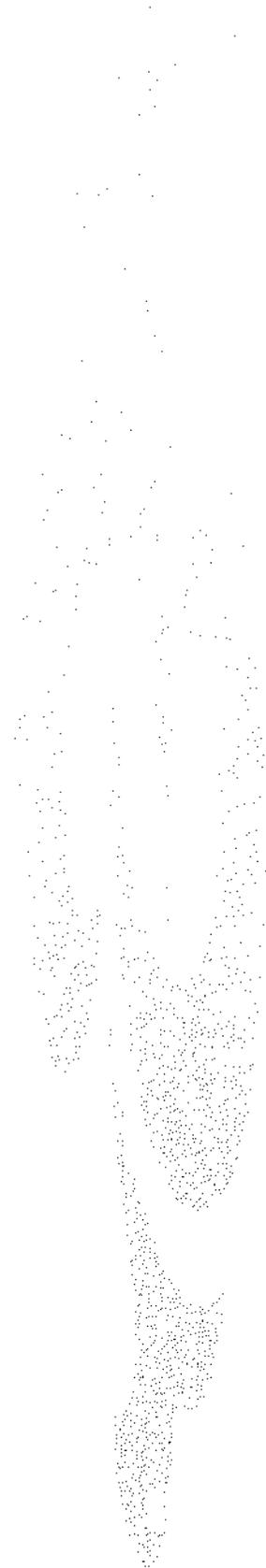
Por meio da discussão do ato analítico pode-se ampliar a noção de interpretação pensada por FREUD nos seus atendimentos clínicos, e trazer para dentro da sessão a ruptura que o corte da sessão com o tempo lógico de LACAN deixa para ser elaborado pelo paciente fora dela.

Porque a técnica psicanalítica é uma técnica predominantemente verbal e porque a formação psicanalítica se tornou tão especializada, talvez seja natural que certa mística se tenha ligado às “interpretações” do analista. No entanto, seria audacioso, até, supor que qualquer participação verbal voluntária, feita pelo analista no processo psicanalítico, constitua uma interpretação. Os analistas deveriam funcionar, muito mais, como discretos observadores, ouvintes e, ocasionalmente, como comentadores.

É interessante problematizar as intervenções do analista de modo que suas colocações possam abrir um lugar para a palavra, calcar um veio de vazão dos elementos provenientes do inconsciente para a simbolização do consciente.

A situação analítica é compreendida funcionando como uma espécie de invólucro, um envelope que delimita um espaço mental, uma arena, um palco onde ocorre a re-encenação da vida do analisante em seus aspectos conflitivos. O analisante está em busca daquela parte que lhe falta e que supõe o analista lhe devolverá. Até que possa descobrir que também o analista é um ser faltante e que se deve conviver com a falta como algo que constitui o sujeito.

Nesse sentido, o ato analítico, no quê de sua interpretação, deve visar essa dimensão de chiste que tão marcadamente traz uma capacidade metafórica de conter a figura e o fundo, o direito e seu avesso, o que quer ser dito e o que não pode ser dito. O chiste permite uma aproximação de dois inconscientes, o do analista e o do paciente, buscando a elaboração de algo que, estancado, mantido fora de uma cadeia associativa, precisa de um disfarce para ser descarregado.



CAPÍTULO IV

*“Se o caminho que aponte parece muito árduo,
todavia pode ser encontrado. E certamente deve ser
árduo aquilo que raramente se encontra. Mas tudo
o que é precioso, é tão difícil quanto raro.”*

(Spinoza, Ética V, Escólio, p.42.)

Seguindo os passos propostos no primeiro capítulo, trataremos agora das concepções de FÉDIDA e LAPLANCHE sobre situação analítica. Descreveremos, da teoria desses dois autores, aquilo de interesse para ampliar a concepção de situação analítica.

A proposta de FÉDIDA (1992), cujo eixo de gravidade comum é a concepção do autor sobre a situação analítica referida à linguagem na análise, não é, em sua maneira de ver, a partir do enquadre, da disposição relativa que ocupam espacialmente analista e analisando para falar, que se constitui o essencial da situação analítica. Esta é, sim, fundamentalmente, função da possibilidade de produção de “lugares” no interior da fala, uma vez que a palavra, como substantivo, como nome, tem o poder de suscitar figuras, isto é, de engendrar formas e imagens e de construir, assim, no momento fecundo da fala, a “memória imemorial” (p.130) da linguagem.

A linguagem não é, pois, simples instrumento de comunicação de informações em relação ao qual o sujeito da fala se manteria numa relação de exterioridade. Ao insistir no paradigma do sonho, no caráter a-social, a-comunicacional da linguagem na análise, em que a situação analítica constitui-se justamente em ruptura com a fala comunicativa, informativa, FÉDIDA contrapõe-se às concepções hoje dominantes na psicanálise, em que as falas são entendidas em termos de comunicação entre duas pessoas e a transferência, como relação interpessoal.

FÉDIDA insiste afirmando que a “psicanálise não pode, de forma alguma, constituir-se em uma teoria da comunicação” (id.: 20) . O autor acredita que a psicanálise instaura-se tecnicamente justamente de uma ruptura da comunicação e vai mais longe, ao dizer que a metapsicologia da transferência equivoca-se ao ser concebida na base de uma teoria da intersubjetividade.

Afirmar que a psicanálise se instaura de uma ruptura da comunicação não significa, evidentemente, que o analista permaneça insensível às demandas de seu paciente para comunicar-se com ele de várias maneiras. Não significa que o analista ignore a dimensão intersubjetiva que regula a sensibilidade que deve possuir no que concerne à realidade psíquica do outro. A crítica de FÉDIDA (1992: 21) incide sobre a idéia de que “não é de uma técnica que procede um tratamento, nem é uma teoria da comunicação que pode garantir a compreensão daquilo que acontece: é por não ser nem uma teoria nem uma técnica da comunicação que a psicanálise retira seu poder de fazer com que se produzam “fenômenos” de comunicação, de isolá-los como formações sintomáticas e de tornar possíveis suas transformações”.

A insistência de uma tal visão redutora da linguagem, empobrecida pela “logicização da língua” em detrimento da “coisidade sensorial das palavras”, não deixa de surpreender entre os psicanalistas, cujo trabalho se situa no interior da linguagem e cuja ciência tem por fundamento uma obra como “*A interpretação dos sonhos*”, na qual FREUD põe em evidência os processos primários nos quais as palavras, despojadas de seus elos lógicos, são retomadas numa linguagem substantivada. Mesmo quando se fala de vivências transferenciais, contratransferenciais etc., nem sempre se tem presente que, cito o autor, “o próprio vivido não se formaria em nenhuma experiência de si sem o passado da linguagem, cuja memória desconhecida a fala tem o poder de despertar” (FÉDIDA, 1992).

FÉDIDA acredita que a dificuldade de uma prática psicoterápica reside no fato de que nessa prática se vê fracassar, de formas diversas, o silêncio como capacidade da fala de se escutar naquilo que diz. Muitas vezes, a demanda de comunicação e de compreensão, por parte do analisando, é tal que se o analista tentasse instaurar, por meio do silêncio, a dissimetria necessária ao trabalho de análise, o analisando poderia identificar o silêncio do analista com uma rigidez fria e vazia. O sujeito supõe que aquilo que poderia curá-lo seria a

capacidade de compreensão afetiva do analista. Neste caso, segundo FÉDIDA, trata-se claramente de fazer do próprio analista o objeto ausente que supostamente faltou e de solicitar dele resposta às necessidades vitais nas quais se sustenta a demanda. Não restaria outra escolha ao analista que não fosse a de responder. Nestas condições, a fala do analista não poderia introduzir a *diferença*. FÉDIDA (1992: 24) se pergunta “ como instaurar uma dissimetria capaz de engendrar o ambíguo sem despossuir o paciente de seu objeto sob a espécie (efígie) do analista pessoa?”. FÉDIDA se interroga sobre a capacidade metafórica da linguagem no analista.

Na situação analítica que FÉDIDA diria clássica, o silêncio do analista é, principalmente, o tempo que lhe é necessário para deixar formar-se nele, a partir daquilo que ele escuta, uma palavra de interpretação. A interpretação tem que ser proferida num momento apropriado, para que o paciente se reconheça naquilo que é dito pelo analista. Para tal, o analista não pode estar “familiarizado” com o paciente como se o que fosse dito se referisse muito mais ao analista do que ao próprio paciente.

Seguindo a elaboração do autor sobre a noção de “sítio do estrangeiro”, ou seja, o “terceiro ausente” (além do analista e do analisando), que, como destinatário virtual das falas do analisando, não coincide com a pessoa do analista. A manutenção desta não-coincidência é essencial tanto na escuta como na interpretação do analista. A preocupação teórica de FÉDIDA em destituir a noção de terceiro ausente ou do sítio do estrangeiro, de qualquer representação espacial ou antropomórfica, como a do lugar do morto, do modelo da mãe e do bebê, da continência de uma concavidade, do espaço da transferência ou, mesmo, da representação de “alguém” ausente ou de “um estrangeiro”, é o que o leva a uma teoria dos “lugares”. Recorre à noção de “chora” (cora), com que Platão designa uma categoria necessária do ser, que não coincide nem com o sensível (da experiência), nem com o inteligível (da estrutura), e que corresponde, nas palavras de FÉDIDA (1992: 133), “ao sítio invisível do engendramento dos lugares dos nomes, onde se fazem e desfazem as figuras”. Esse “lugar” fica referido à possibilidade de construir na linguagem pontos de vista, graças à figurabilidade da palavra-nome. É também assim que se pode pensar a capacidade iluminatória do chiste na ampliação da compreensão da estrutura do ato analítico, o chiste como que criando novos pontos de vista para as significações inconscientes.

FÉDIDA propõe-se a descrever a situação analítica como esse lugar, esse sítio do estrangeiro, que, desde a primeira entrevista a “instalação” de uma análise, depende de uma ruptura da comunicação e que apenas essa ruptura pode dar lugar a esse sítio do estrangeiro. O analista deve manter-se a uma justa distância que o permita escutar uma fala íntima cujo destinatário transferencial é um ausente, pelo qual o analista não deve se tomar e cuja ausência será significada ao paciente pela interpretação.

O chiste traz também essa noção de ruptura, à qual FÉDIDA faz referência, e que pode ser aproveitada na elucidação da estrutura do ato analítico. A idéia de FÉDIDA de uma dissimetria entre analista e analisando, dissimetria, essa, que deve sempre ser mantida para que a análise possa ser continuada, é interessante para se pensar a questão do “Unheimliche”. Se o analista se coloca num lugar em que exista a completa abolição da estranheza, não haverá, então, o estabelecimento da situação analítica. O papel do analista deve criar a possibilidade para que aquilo era repetido, e repetido como algo conhecido, possa se tornar estranho ao paciente e, portanto, passível de mudança. FÉDIDA sustenta que esta é a essência do momento analítico em sua capacidade mutativa. O sentimento de estranheza é a marca do aparecimento do inconsciente.

Sabemos que um discurso sempre diz mais do que quer dizer, de modo que o duplo sentido próprio à fala ambígua é a marca de conservar juntos a intenção do enunciado consciente e aquilo que nele pode ser escutado do desejo infantil recalçado. Os próprios discursos constituem sintomas, segundo FÉDIDA, e resultam de um compromisso entre o consciente e o inconsciente.

Na verdade, FÉDIDA retoma FREUD, em uma observação relativa ao fim ideal de um tratamento analítico, e dá às suas colocações um colorido todo especial. FÉDIDA nos mostra como a solicitação de FREUD, de que o analista torne-se novamente este estrangeiro que ele já foi e – uma vez liberado esse amor (de transferência) - que ele aconselhe de forma sensata seu paciente, para que o mesmo se torne livre e clarividente em suas escolhas exteriores.

Uma tal afirmação, reflete FÉDIDA, pode parecer banal, se pensarmos que, no final das contas, o analista tem como tarefa produzir, por meio de sua técnica analítica, o alívio do sofrimento do analisando que veio um dia consultá-lo, porque sua vontade pessoal de livrar-se de seus sintomas por si só não havia conseguido sucesso. O analista porta-se com uma neutralidade bem conhecida de todos, numa ética do tratamento que irá mantê-lo numa distância do analisando que lhe permitirá escutá-lo como um estrangeiro.

A fala humana, segundo FÉDIDA, é feita de uma tal forma que ela espera ser compreendida inteira e intimamente por alguém, de maneira que, tendo por fim encontrado seu interlocutor privilegiado, este possa ser imaginado como aquele que será seu destinatário permanente e exclusivo e, assim, seu único respondente. FÉDIDA continua nos mostrando que um tal voto de amor em favor do encontro com o analista coloca evidentemente este último na posição de estrangeiro cuja fala será ambígua “graças à virtude das palavras de ressoar segundo sua ambigüidade essencial que o amor lhes confere” (FÉDIDA, 1992: 59). Tal afirmação nos faz recuperar a fantasia de cura por amor levada a cabo por Zoé-Gradiva junto a seu amigo de infância, Hanold. Este continua sendo um modelo fictício de um sucesso terapêutico ideal, com a única diferença de que, em seu término, Zoé pode aceitar as aspirações amorosas do nosso herói no que concerne à sua pessoa, não necessitando “tornar-se novamente estrangeira”, como aconselhava FREUD.

Na vida infantil é, sem dúvida, o estrangeiro que desempenha o papel do sedutor. Ele causa impressão e desaparece, levando consigo o desejo que capturou. A ambigüidade de sua aparência faz com que ele tome corpo no sonho e se esvaneça ao despertar, mas alimentando uma expectativa de volta. Pensamos que essa ambigüidade também é encontrada no chiste e que ela funciona para o ato analítico como o sonho funcionaria para a situação analítica. FÉDIDA acredita que o fato de a análise proporcionar uma reprodução imaginária de uma tal cena não deve ser motivo de surpresa, tão florescente foi a vida amorosa em seus inícios, tendo ela também perecido precocemente em uma terrível catástrofe.

FÉDIDA cita FREUD, que nos faz relembrar esse fato em “*Mais além do princípio do prazer*”: “O florescimento precoce da vida sexual infantil destina-se ao declínio, pois nela os desejos são incompatíveis com a realidade...” (FÉDIDA, 1992: 59). E ele acrescenta mais adiante: “Eis que, na transferência, os neuróticos repetem e fazem reviver com grande habilidade todas essas circunstâncias indesejáveis e todas essas situações afetivas e dolorosas. Eles querem interromper o tratamento quando este não se concluiu, conseguem provocar novamente a impressão de serem desprezados, obrigando o médico a falar-lhes asperamente e a tratá-los com frieza...” (id.: 59). Dessa forma, a repetição transferencial das expectativas de amor serve para dar forma de um rosto ao estrangeiro sedutor.

Assim, o duplo sentido, próprio à fala ambígua, FÉDIDA nos diria que é a marca de *eros*. Marca que tem o uso simbólico no tratamento de conservar juntos a intenção do enunciado consciente e aquilo que nele pode ser escutado do desejo recalcado infantil. FÉDIDA afirma, ainda, que o ambíguo ou o alusivo conotam “o poder de ressonância das palavras na transferência e obtém o efeito desejado desde que o analista faça com que sejam escutados a partir de seu próprio silêncio no qual eles foram despertados” (id.: 60).

A situação analítica é engendrada por um sítio que FÉDIDA chama de “o sítio da linguagem” (id.: 115). Ele pensa esse sítio como “lugar dos lugares” (id.: 115), como lugar das localidades psíquicas e, de certa forma, é o lugar de observação psicanalítica, de descoberta e, portanto, de mudanças de pontos de vista.

Ninguém contestará que a intervenção do terceiro e seu papel no imaginário de uma comunicação afastam-nos do enquadre conhecido do tratamento analítico. O manejo muito difícil dessa intervenção, visto que se remete à pessoa do analista, decorre do fato de que, na ausência de enquadre contratualmente convencionado e instalado, a situação analítica parece se refugiar exclusivamente, segundo FÉDIDA, na capacidade do analista de permanecer analista sendo ao mesmo tempo psicoterapeuta. De modo que, se o analista permanece na função analítica, suas intervenções e interpretações terão sempre uma conotação analítica e não de aconselhamento ou focais, por exemplo. O chiste, na perspectiva do ato analítico, procura introduzir uma metáfora inédita ao discurso das falas ordinárias. De maneira mais simples, poderíamos dizer que o analisando “espera” do

analista que sua escuta (a interpretação) abra a fala para efeitos de significação e que as palavras restituídas sejam reconhecíveis como as mesmas, embora com outras significações dos sentidos que anteriormente as sedimentavam. Pensar a escuta psicanalítica é que nos permite dizer que o uso das noções de chiste para compreender o ato analítico não se limita apenas a refletir sobre a intervenção do analista na cena analítica. Mais do que isso, é um pensar teórico sobre o que foi vivido e experimentado na clínica psicanalítica.

A interpretação vem a dar lugar, segundo as concepções de FÉDIDA, a um tempo da fala e, muitas vezes, basta uma única palavra pronunciada – uma palavra já enunciada – para que a fala receba nessa palavra um outro ponto de vista. Nesse sentido, segundo minha hipótese de trabalho, o uso do chiste, para uma mais extensa elucidação do ato analítico, também nos permite pensar que determinado sentido inconsciente recebe outros pontos de vista para o analisando, o que lhe permite uma mudança na sua posição subjetiva.

FÉDIDA (1992) nos coloca que a interpretação tem alguma chance de eficácia quando procede, no analista, de uma nova apresentação de construção pela linguagem: “uma nova visão de “perspectiva” se dá pela construção” (p. 118). A comunicação ao analisando é feita a uma “tal distância temporal” e, poderíamos agregar, com uma tal estrutura chistosa, que permite ao paciente descobrir um outro lugar para falar daquilo de que fala nas mesmas palavras. “... a memória do infantil e a interpretação que dela precede no presente apresentam em figura o que não pode, do infantil, ser nem rememorado nem imaginado” (id.: 118).

Seguindo ainda a idéia do terceiro ausente, FÉDIDA nos anuncia que a dificuldade de qualquer prática analítica está ligada às ameaças de anulação desse terceiro ausente. Se a comunicação entre o analista e seu paciente transformar-se “em diálogo de implicação recíproca e participação intercompreensiva, as palavras deixaram de possuir o recurso de espírito que a língua lhes confere” (id.: 62) . É o estrangeiro que dá direito ao terceiro ausente. E FÉDIDA vai mais longe, afirmando que o sítio do estrangeiro, tal como a situação analítica o instaura, poderia ainda ser designado entre o sonho e o dito espirituoso.

Em oposição ao sonho, embora possua formação semelhante a ele, o dito espirituoso é, segundo FREUD (1905), “a mais social das atividades que visam um ganho de prazer”. FÉDIDA segue citando FREUD: “geralmente ele requer três pessoas, e só completa seu ciclo graças à participação de um terceiro no processo psíquico que desencadeou”. E FREUD acrescentaria mais adiante: “Se, pela comunicação de meu dito espirituoso, consigo provocar o riso em uma outra pessoa, na realidade eu me sirvo desse terceiro para despertar meu próprio riso, e pode-se observar que, se no início, o narrador conserva-se sério ao contar a sua piada, ele logo mistura um riso discreto às gargalhadas do terceiro”. A situação analítica só é concebível por meio desse paradoxo de um único que é três pelo fracasso da demanda a dois.

A exemplo das histórias contadas por FREUD no livro dos chistes, FÉDIDA compara o eu a esses ricos proprietários que inspiram respeito por seu capital, mas cuja economia impede-os de desfrutá-lo. A única chance que lhes resta de não morrerem devido à acumulação de seus bens é que apareça um filante: esse estrangeiro de espírito que sabe como lidar com as palavras, produzindo uma lógica fictícia da troca, cujo único lucro é o proporcionado pela língua, sem que ninguém reclame sua propriedade.

Ao refletir sobre a teoria do lugar, FÉDIDA recorre, como já foi dito anteriormente, à noção de *chôra* de Platão encontrada em seu memorável texto, *Timeu*. Platão procurava um ser nem sensível nem inteligível e que participasse dos dois ao mesmo tempo: “o lugar não decorre do conteúdo de um representável, constitui-se em figuras (*schemata*) que são, por assim dizer, a disposição de linguagem do nome dos objetos” (FÉDIDA, 1992: 121). Por meio de Platão FÉDIDA nos mostra a necessidade de pensar um terceiro gênero. Um terceiro gênero de ser que é *chôra*, nem da ordem do sensível, nem do inteligível. *Chôra* é a denominação dada por *Timeu* ao lugar. A preocupação de FÉDIDA está na designação metapsicológica da situação analítica, na produção da situação “através e por meio da escritura metapsicológica da análise, na abertura de figuras construídas pela situação e sua leitura, é esvaziá-la de todas as representações antropomórficas” (id.: 124).

Nas “*Problemáticas V*”, LAPLANCHE pensa a situação analítica possuindo uma característica própria de fundar a teoria. A Tina é uma metáfora para pensar a situação analítica como um lugar que gera um certo fechamento para o mundo do interesse e da auto-conservação, pois propõe um lugar para se discutirem as questões da sexualidade.

Esse fechamento da situação analítica possui uma abertura para o passado. O inconsciente nos remete naturalmente ao passado. LAPLANCHE se pergunta se esse passado pode ser pensado de uma forma mítica. Fala de uma criança mítica, para poder falar do recalque, contra o qual LAPLANCHE se debate.

Se o passado não pode ser refeito de uma forma fatual, ele não deixa de ter um efeito sobre o sujeito, uma consistência. O ser humano é auto-mitificante. O Eu toma forma a partir do que o mundo adulto oferece à criança. O próprio Édipo possui uma origem mítica. Esse mítico vem, muito mais, como uma tentativa de simbolização que vai dar origem aos processos secundários, ao eu.

LAPLANCHE nos serve também para demonstrar como a transferência, para FREUD, permanece sempre, e apesar de tudo, uma intrusa, uma vez que o objetivo de tornar consciente o inconsciente não pode ser plenamente alcançado. LAPLANCHE cita FREUD: “O paciente não pode recordar-se de tudo que está recalado nele nem, talvez, precisamente do essencial, ... muito pelo contrário, é obrigado a repetir o recalado como experiência vivida no presente, em vez de rememorá-lo como um fragmento do passado, como o médico gostaria” (LAPLANCHE, 1993: 205). É interessante pensar que a transferência é, classicamente, considerada como um fenômeno neurótico e da responsabilidade do paciente. Em FREUD não se pode pensar no inconsciente do analista atuando e participando da situação analítica.

LAPLANCHE estende a idéia do inconsciente do outro no jogo das transferências, que ocorrem na relação analítica. A situação analítica é uma reedição de uma situação originária na qual os pais apresentam para a criança um enigma. Enigma, este, que remete à sexualidade inconsciente do adulto. Pode-se dizer que esta sexualidade está recalada e que o próprio adulto a desconhece. É isto que, segundo LAPLANCHE, constitui o motor da vida psíquica, fazendo a criança traduzir, decifrar, simbolizar, na intenção de resolver esse enigma. A idéia que interessa para nossa discussão é a questão do enigma.

A situação analítica vai, de uma certa maneira, propor alguns enigmas; o analista, ele próprio é um enigma para seu paciente, uma vez que se recusa a ocupar o lugar do suposto saber, não decifrando esse enigma no lugar de seu paciente. Este lugar deixado vago acaba permitindo um espaço para o inconsciente do paciente. O analista deve apontar para o “unheimlich” da relação com o paciente. O próprio sintoma do paciente é outro enigma, o qual ele deverá decifrar.

O chiste pode ser pensado como algo que reedita este enigma, pois, traz sempre um duplo sentido em seu interior, quando um sentido se torna figura da fala, não se pode negar que existe outro sentido no fundo do chiste que também gera efeitos para o paciente. Especialmente, se suportado pela relação transferencial com aquele analista que possui esta característica sinistra de deixar o lugar da transferência vazio. O chiste nos remete ao que sobra, ao que não pôde ser simbolizado pelo psiquismo, ao resto do enigma que jamais poderá ser resolvido.

Também a participação do inconsciente do Outro na relação transferencial nos permite um paralelo interessante com o chiste, uma vez que o chiste ocorre ao analista de forma involuntária, de modo que não se pode negar a participação de seu inconsciente na cena analítica.

De um ponto de vista heurístico, a situação analítica pode ser considerada como uma formação do inconsciente, segundo LAPLANCHE. Ele acredita que “formação do inconsciente” implica que há lugares privilegiados onde o inconsciente aparece melhor do que em outros. Para LAPLANCHE, o inconsciente não é o mesmo em toda parte, não está em toda parte “em paralelo”, como um revestimento de nossa existência consciente ou manifesta. Muito pelo contrário, há pontos precisos onde a tangência do funcionamento inconsciente com o funcionamento cotidiano se vê privilegiada. Há pontos em que essa tangência se manifesta, em outras ocasiões, os planos se separam. O inconsciente não é, segundo LAPLANCHE, o revestimento de sentido, tampouco o revestimento de sentido sexual, de todos os nossos atos.

Se quiséssemos conservar a idéia de um revestimento, este apresentaria pontos de condensação, lugares em que seria mais apertado e outros, em que seria mais frouxo. A situação analítica, como formação do inconsciente, é tão específica quanto o sonho, mas de uma forma totalmente distinta; ela acabou por envolver, aos olhos dos analistas e de LAPLANCHE, todas as outras formações, por adquirir prioridade sobre elas. O que pode espantar ou mesmo chocar, seguindo ainda as idéias de LAPLANCHE, é que quando se fala da sessão analítica como uma formação do inconsciente, é que se trata de uma formação artificial, que, diferentemente das outras, não provém de uma pura espontaneidade; nela o inconsciente não se manifesta da mesma forma, por exemplo, que num lapso: ele é incitado a manifestar-se.

Dessa forma, não seria equivocado dizer que o chiste permite essa tangência entre aquilo que é proveniente do inconsciente e sua manifestação na forma de funcionar do consciente. O chiste funciona como um disfarce para que aquilo que é do inconsciente possa aparecer, incitando-o a manifestar-se, mas ao mesmo tempo, deixando claro que é um disfarce. O chiste também é regido pelas leis do deslocamento e da condensação e, por isso, possui essa facilitação com aquilo que é proveniente do inconsciente e funciona, também, sob as leis desses mecanismos.

No texto sobre os "*Novos Fundamentos para a Psicanálise*" LAPLANCHE vai desconstruindo os textos freudianos de modo a questionar os fundamentos da psicanálise. Tal discussão nos interessa na medida em que possamos compreender tal texto na direção da noção de que a meta da análise é a transcendência da transferência. É a possibilidade do sujeito de estar investindo a libido em outros objetos que não mais os originários.

A criança nasce aberta para o outro, nasce aberta no plano da auto-conservação. Precisa do outro para sobreviver. Essa abertura, segundo LAPLANCHE, ainda não é marcada pela sexualidade. A sexualidade vai se estabelecer com o auto-erotismo. É a tentativa da criança de se distanciar desse outro, porque a sexualidade que vem do outro é muito intensa. A criança busca encontrar nela própria, em partes de seu corpo, a própria satisfação. O narcisismo seria um segundo passo de distanciamento do outro. É uma tentativa de centramento, uma busca de um objeto já unificado, o próprio eu. Isso é pensado, por LAPLANCHE, como um movimento defensivo de centramento, de tentar

eleger um objeto que está sempre disponível, sempre presente, que pode ser dominado e que pode estar ligado a um ideal. Para se constituir um é preciso pelo menos dois; a criança só consegue se ver como um objeto total a partir do modelo enviado pelo outro, a partir do investimento narcísico que o outro faz sobre o sujeito.

LAPLANCHE trabalha o problema da linguagem no tratamento psicanalítico. Ele afirma que tal problema remete evidentemente a discussão para o lado da concepção do inconsciente e sua relação com a linguagem. LAPLANCHE discorda de LACAN em sua fórmula do “inconsciente estruturado como uma linguagem”.

LAPLANCHE nos lembra como é presunçoso querer pronunciar-se sobre um inconsciente do qual, na melhor das hipóteses, não fazemos mais do que nos aproximar em toda a análise, um inconsciente que se apreende melhor pelo viés, em seu funcionamento, que pelos seus próprios conteúdos. Faz uma analogia com os termos de FREUD e diz que “no inconsciente haveria significantes, significantes-coisa; o que isso pode querer dizer, senão, precisamente, significantes não-verbais?” (LAPLANCHE, 1993: 99). Para FREUD, ainda seguindo os esclarecimentos de LAPLANCHE, no inconsciente encontram-se essencialmente cenas, cenas reais, fantasias, roteiros de cenas, “pessoalmente eu tenderia a falar – na medida em que o aspecto “cena” é relativamente muito organizado para o que supomos sobre a ausência de organização inconsciente – fragmentos de cenas, indícios traços, imagos, caracterizadas justamente pelo relaxamento das relações instituídas como roteiro” (id.: 99).

O que quer que esses significantes-coisa sejam, o importante é o que nos lembra LAPLANCHE, é o que eles se tornaram após esse movimento que os conduziu ao inacessível. “O que eles perderam, nesse movimento do recalque originário, são suas propriedades que, certamente, iam juntas: por um lado sua abertura referencial – doravante eles não mais se referem a outra coisa que não a eles próprios, ao passo que os significantes não inconscientes se abrem obrigatoriamente a uma referência – por outro lado, no mesmo movimento, sua abertura de comunicação.” (id.: 100).

Pois bem, já o sonho nos ensina que os significantes verbais no inconsciente, extraídos da comunicação enigmática em que foram percebidos na infância, não possuem, neles próprios, nenhum primado em relação a outros significantes, a elementos da comunicação não-verbal.

Para LAPLANCHE, o inconsciente utiliza, entre outros recursos, os da linguagem, mas continua sendo um inconsciente puramente individual, imprevisível. Utiliza a linguagem exatamente como utiliza os recursos expressivos do corpo no sintoma corporal. A própria linguagem fornece seus pontos de engate, seus planos de clivagem, suas linhas de força ou fraqueza, por meio dos quais o inconsciente irá se exprimir. O inconsciente utiliza a predisposição favorável da linguagem sempre como passagem para outra coisa.

A linguagem não é nem uma tradução do inconsciente, nem simplesmente um meio de fazê-lo voltar ou, ainda, de capturá-lo. No tratamento psicanalítico, segundo LAPLANCHE, a linguagem possui, em relação aos significantes inconscientes excluídos, uma dupla função, que vai diretamente de encontro ao que é o movimento do recalque e de constituição do inconsciente: uma função de abertura à comunicação e uma outra de simbolização.

Para finalizar este capítulo e marcar uma “deixa”, um pretexto para o próximo capítulo do ato analítico, gostaríamos de lembrar uma peça de BRECHT, “A exceção e a regra”, ato II: “Sob o familiar, descubra o insólito/ Sob o quotidiano, desvende o inexplicável”.

CAPÍTULO V

“E das peles que visto

Muitas há que não vi.”

(Carlos Drummond de Andrade –

Sonetinho do Falso Fernando Pessoa

In: Novos Poemas)

No capítulo VI da *“Interpretação dos sonhos”*, FREUD se ocupa em investigar as relações entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes. FREUD está preocupado em desvendar como os pensamentos latentes se transformam no conteúdo manifesto dos sonhos.

Cá estamos nós ocupando-nos do ponto de vista do analista, diante da interpretação. Nossa preocupação dirige-se a como traduzir em palavras material proveniente do inconsciente, que funciona sob outra égide que não a do consciente e do mundo das palavras.

FREUD nos lembra, no texto citado acima, de que modo os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes. Assim também se processa a interpretação, para o analista. Palavras são o instrumento de que o analista dispõe para se comunicar com seu paciente. Como colocar em palavras aquilo que é encontrado do inconsciente de modo que o analisando possa compreender o que se passa em sua mente? Ou, talvez melhor colocado ainda, como permitir que o analisando se aproxime de uma compreensão de algo proveniente de seu próprio inconsciente? E como fazer uma transcrição dos pensamentos inconscientes, em outro modo de expressão, cujos caracteres e leis sintáticas são tão diferentes? É nossa tarefa descobrir, comparando o original (latente) com a tradução (manifesto), responde-nos FREUD.

Sabemos que o fracasso dos fundamentos da teoria freudiana (baseados na hipótese do princípio do prazer) como comunicação de um saber ao analisante é que levou FREUD a mudar sua Clínica na década de 20, formulando a problemática da repetição e da pulsão de morte. Não fica claro, no entanto, o quanto a segunda tópica freudiana consegue alterar de seu modelo de interpretação. Em LACAN, vemos um outro modo de lidar com a questão da interpretação. A afirmação da disjunção entre saber e verdade permite perceber que a comunicação de um saber ao analisante tenderia a encobrir o surgimento da verdade. Desse modo, a interpretação analítica pende para o lado de uma intervenção que se afasta de qualquer valor explicativo, tendo peso de um ato que permite desarticular os enunciados e suas significações, abrindo efeitos de sentido e de verdade.

LACAN propõe que o discurso analítico se defina pela operação de um saber no lugar da verdade, com a condição de que tal saber seja um saber em fracasso, ou seja, um saber que não dê conta da verdade que o suporta. Por isso é que no lugar da interpretação é o ato que LACAN propõe, ou, dito de outro modo, onde ocorre o ato analítico. Ali se produzem efeitos de interpretação. Contudo, isso ainda não nos esclarece sobre o que seja um ato analítico. Parece-nos que isso somente pode esclarecer o que está em jogo tanto na interpretação quanto no ato: a questão da verdade. Desse modo, a interpretação psicanalítica não se faz sem que a verdade do sujeito esteja em jogo e produza seus efeitos.

Retornemos ao caso clínico para maior compreensão desse processo de, digamos, tradução dos efeitos de interpretação do ato analítico. Carlos é o filho mais novo de uma pequena família, possui somente uma irmã. A diferença de idade entre os dois é de 5 anos. Carlos teve um desenvolvimento normal até os 8 anos de idade, quando começou a apresentar uma disfunção hormonal que acelerou seu desenvolvimento sexual. Com 8, 9 anos possuía já características físicas de um rapaz mais velho (pêlos pelo corpo, inclusive pubianos, crescimento peniano, voz grossa, desenvolvimento precoce de caracteres sexuais secundários).

Freqüentou médicos endocrinologistas que diagnosticaram o problema e o trataram; o paciente teve, portanto, um desenvolvimento físico precoce para as questões da sexualidade. Desenvolvimento, este, que não pareceu acompanhá-lo para outras áreas de sua vida. Segundo sua família, sempre foi um aluno fraco, repetindo de ano várias

vezes (3), o que se tornou um grande constrangimento para Carlos e seu pai. O pai de Carlos disse, numa das entrevistas preliminares, estar muito preocupado com as repetências do filho, uma vez que Carlos estava repetindo pela segunda vez o 2º ano colegial. Além disso, Carlos passava muitas horas trancado em seu quarto, ouvindo músicas de Michael Jackson, Madonna e outros. Gastava toda sua mesada comprando vídeos com clipes desses cantores, não saía mais de casa, a não ser para ir à escola e dizia que não tinha mais amigos que valessem a pena.

Nas primeiras entrevistas com Carlos, ele dizia não ter o desejo de fazer uma análise, dizia que vinha para as entrevistas porque o pai estava mandando e que ele não tinha escolha. Embora as entrevistas fossem marcadas com a concordância de Carlos, respeitando os horários que lhe eram convenientes, era seu pai quem vinha trazê-lo e aguardava na sala de espera o término do atendimento. Já nas entrevistas, Carlos não conseguia manter contato visual com a analista, pouco falava, ficando muito perseguido pela presença do divã. Fazia perguntas do tipo: “Mas pra que serve essa cama aí?” “Ah... é divã, mas pra mim é cama...”, “Não vou deitar aí, não!”. Em momento algum lhe foi pedido que se deitasse no divã. A analista notava, contudo, a curiosidade de Carlos sobre “a cama” e supunha que ele fizesse fantasias a respeito do uso do divã. Conversamos sobre o que ele imaginava a respeito do divã, para que serviria o divã e Carlos disse que se viesse a iniciar a análise não gostaria de utilizar-se do divã. De fato, Carlos nunca se deitou no divã.

Com muito custo, foi possível encontrar alguma demanda de análise proveniente do próprio Carlos que, a propósito de nossa conversa sobre “a cama”, começou a queixar-se de sua dificuldade com garotas. Contou que até então não tinha conseguido ter uma namorada, nem manter relacionamentos sexuais. Segundo ele, tinha saído com uma garota umas duas vezes e achou que ela não era honesta pois queria “ir logo dando pra ele!”, mantinha intensos relacionamentos platônicos.

Sobre sua dificuldade na escola, Carlos alegava que não conseguia aprender e que ficava também muito ansioso para fazer provas e trabalhos. Sentia-se perseguido pelos professores que supostamente faziam exigências descabíveis para os trabalhos de casa. Queixava-se de que o pai não permitia que usasse o computador porque gastava horas nos jogos eletrônicos. O vídeo cassete tinha sido apreendido e ficava escondido num armário a que Carlos não tinha acesso.

Realizei quatro entrevistas com Carlos, além dos dois encontros que tive com seus pais, antes de decidirmos por iniciar uma análise. Na entrevista devolutiva, pude observar Carlos com seus pais, percebi que os três possuíam objetivos e expectativas diferentes para o início daquela análise. Apontei isso e seu pai me disse que desde que Carlos começasse a ir melhor na escola ele não se oporia a que conversássemos sobre outros assuntos que incomodassem Carlos. Expliquei-lhe claramente que não conversaria sobre o que Carlos trouxesse para análise com seus pais a não ser com a autorização de Carlos e também com sua presença. Afirmei que nossos encontros seriam esporádicos mas que estaria aberta para que eles me procurassem, se tivessem necessidade. Repeti mais uma vez que esses encontros seriam realizados na presença de Carlos. Carlos manteve-se calado durante toda a entrevista devolutiva.

Ficou acertado que Carlos viria para os atendimentos duas vezes por semana. Moravam em outra cidade e Carlos vinha sempre acompanhado pelo pai, na viagem. Foi a vez de a analista se manter calada, enquanto decidiam as questões práticas da locomoção de Carlos. Foi o único momento em que Carlos olhou-me nos olhos e parecia dizer-me “*veja só como sou tratado como se não estivesse aqui*”. Senti que esse era seu convite transferencial para mim. Não era algo claro naquele momento.

Desde o início de nossos contatos analíticos tivemos que suportar a grande dificuldade de comunicação de Carlos. Pouco falava. Eu me perguntava o que seria possível fazer se ele pouco falava. Entre nosso silêncio, eu ficava desconfortavelmente sentindo que precisaria *fazer algo* por Carlos. Como se de fato ele não estivesse ali, ou fosse um bebê e eu precisasse cuidar dele, trocar-lhe a fralda, verificar se tinha frio e coisas do gênero. Era difícil separar aquilo que poderia estar sendo suportado pela transferência daquilo que seriam alguns pontos cegos da analista. Eu não conseguia saber se aquilo que era observado fazia parte de alguma comunicação dele para mim ou se era algo que se podia observar sobre seu jeito de funcionar. Ou talvez as duas coisas juntas.

Demorou algum tempo até que eu pudesse confiar na transferência e compreender que ele me falava em outra linguagem. Sua linguagem corporal. Passei a prestar muita atenção nos sutis movimentos físicos de Carlos, nas sessões. Sua hesitação ao entrar na sala de atendimento, olhava para a analista e imediatamente desviava os olhos.

entrava de óculos escuros na sessão de modo que não se pudesse saber para onde ele estava olhando, tamborilava os dedos olhando para as próprias unhas e comentava sobre a cor do esmalte de unhas da analista. Tudo isso era vivido entremeado por longos silêncios e esparsos comentários de ambas as partes.

Passamos, então, a viver o embate relativo ao abrir e não fechar a porta da sala, no início de nossos atendimentos. No contato com Carlos, todas as minhas tentativas de interpretar o que se passava em nossa relação, após eu ter fechado as portas da sala de atendimento, em seguidas sessões, não pareciam surtir qualquer efeito sobre ele. Eu ficava sempre com a sensação de que a necessidade de fechar a porta era somente minha e não conseguia fazê-lo participar disso.

Quando a colocação “já entraram todos?” me ocorreu, o que eu pude observar foi que consegui implicar Carlos em uma relação analítica comigo, consegui que ele se desse conta de que também seu inconsciente estava em jogo naquela situação. Que se a porta aberta me colocava questões para pensar, também a ele elas eram colocadas. Se não eram as mesmas que as minhas, - e, naturalmente, não eram, - a sua subjetividade só pôde aparecer quando ele se sentiu fazendo parte do que se passava em nossa relação. Entendo com isso, também, que Carlos me mostrava que, se eu quisesse ajudá-lo, analiticamente, teria que participar num corpo a corpo com ele, ele precisava sentir que eu estava inteira ali, sem me proteger atrás de questões teóricas e/ou técnicas, para que ele pudesse estar ali também, embora, ele me contasse que só poderia vir em pedaços, naquele momento específico, através dos fragmentos de imagens de seu pai, que eu podia ver na sala de espera, ou que antes apareciam na minha preocupação de que seu pai ouvisse nossa conversa.

No momento específico em que faço a pontuação descrita na vinheta clínica do prefácio, não possuo muita noção do que poderia estar atingindo do inconsciente de Carlos com minha colocação. Ela me ocorre como ocorrem os chistes e, só posteriormente, fora da sessão, consigo apreender o que se passou comigo e com Carlos naqueles momentos. Experimentamos uma espécie de alívio na sessão, diferente para cada um de nós, que nos permitiu uma aproximação analítica. Eu, como analista, sinalizo a existência de um lugar de suposto saber sem ocupá-lo e Carlos, por sua vez, pressupõe ter encontrado alguém que deve saber dele mais do que ele próprio mas que pode falar sua língua.

Esse sujeito caracterizado pelo pensamento,¹⁴ que é o sujeito do inconsciente, e cuja associação livre o desvela como falta-a-ser, está ausente do ato psicanalítico. Segundo LACAN, o sujeito que pensa não age. O ato está do lado do ser e é correlato a um “não penso”. Não existe, portanto, subjetivação do ato a não ser a posteriori: só depois do ato o analista poderá interrogar-se sobre o que o fez agir e dar a razão desse ato em uma construção. Junto com seu paciente, vai reconstruindo-lhe a história.

Assim como em nosso caso clínico, Carlos e eu vamos compreendendo os significados do “já entraram todos”, *a posteriori*. Vamos nos dando conta dos inúmeros significados daqueles aspectos que vinham para a sessão de forma tão fragmentada. A interpretação recobria muitos sentidos, que só puderam ir aparecendo ao longo da continuidade de nosso trabalho. Muitas vezes, Carlos se lembrava “dessa nossa brincadeira”, como ele se referia àquela interpretação e me contava que o “já entraram todos” se referia ao pai na sessão; depois, em outra medida, à mãe; à irmã; a alguns amigos significativos; à analista e assim por diante.

Nos é útil desdobrar essa idéia lacaniana sobre o fato de que o que regula o ato está para o lado do ser, do “sou onde não penso”, e, portanto, do não-saber *a priori*, uma vez que o saber está do lado do “penso”, ou seja, lá onde se encontra o inconsciente. Como diz FREUD (1905: 193) na “*Psicopatologia da vida cotidiana*”: “O sujeito realiza o ato sem pensar em nada, de uma maneira puramente acidental”. Novamente outra semelhança com o chiste, uma vez que o chiste ocorre ao sujeito, estando também do lado do inconsciente. Tanto o analista como o analisando são tomados pela surpresa da amplitude com que o chiste pode iluminar, no momento da interpretação, o ato analítico e o que contém de significante para o sujeito. E, só também *a posteriori*, poderão apreender a dimensão do que foi vivido pelos dois naquela experiência.

Quando vivemos a cena descrita no prefácio-provocação fiquei muito surpresa que Carlos pudesse ter tido uma compreensão tão aguda da situação.

¹⁴ Lacan, J. (1967-68) “O ato psicanalítico”. Seminário XV, ainda não traduzido.

Percebi, imediatamente, que ele me oferecia um lugar, muitas vezes ocupado por seu pai, de acreditar que ele não possuía muitas condições intelectuais e emocionais para a vida. A forma como os contatos iniciais para a análise foram feitos tomaram um outro sentido para mim. Tive de experimentar na pele, junto com Carlos, como ele estava sempre acompanhado de todos esses entes familiares de modo que sua personalidade não parecia ter integrado essas figuras em algo ou alguém que ele pudesse chamar de ele mesmo. Carlos deixava a porta aberta para que a analista, em seu lugar, se incomodasse com todas estas pessoas invadindo sua sessão psicanalítica. Estabelecia uma transferência em que a analista, assim como aqueles objetos invasores e externos ao paciente, funcionavam como uma extensão de seu desejo narcísico. É por intermédio da analista que Carlos tentava recuperar sua capacidade de cuidar dessas invasões que sofria. Empréstava o corpo da analista para que pudesse observar como ela se recuperaria dessas invasões. Dessa forma, podia experimentar também uma nova posição subjetiva em relação a seus conflitos. Podia invadir a analista com seu ódio e aflição, confusão e angústia e não mais se ver passivamente submetido aos desejos do Outro. O ato analítico introduziu um corte na sessão que pôde promover uma mudança significativa de posição subjetiva na conflitiva neurótica de Carlos.

Em sessões posteriores, Carlos menciona o fato de se sentir sempre muito perseguido pelo pai, mas que manter a porta fechada o estava ajudando muito. Pôde também, à medida que mantinha a porta da sala de atendimento fechada, começar a sair de seu quarto e assistir a alguns programas de televisão com a família e procurar antigos amigos para escutarem músicas juntos. Conseguia notar que as figuras meio andróginas de Michael Jackson e Madonna é que lhe interessavam. Seu desenvolvimento físico precoce começava a aparecer como um inibidor de seu desenvolvimento emocional para as questões da sexualidade. Sua precocidade fisiológica da sexualidade e a dissimetria emocional que isto causou deixavam-no curioso sobre figuras que contivessem uma conotação de masculino e feminino meio nebulosas, assim como ser um adulto homem, ou mulher, era algo nebuloso para Carlos. Ele passou a notar que ficava pensando fixamente em suas paixões platônicas quando ia à escola e que provavelmente não ia bem porque não conseguia estar “inteiro” nas aulas, suas portas estavam sempre “abertas” para o superego paterno e, posteriormente, pôde aparecer na análise que o superego materno também estava

em jogo. Qualquer recusa ou frustração pessoal funcionavam como um sério inibidor para seu desenvolvimento intelectual.

Percebi, com Carlos, que o analista escuta e acolhe o inconsciente do paciente, pois desvenda esse lugar outro de onde a sobredeterminação acontece. LACAN nos coloca que a fórmula do ato “é o ato de colocar o inconsciente”¹⁵. Citando CHNAIDERMAN (1989: 55) “o chiste e os atos falhos enquanto formações do inconsciente seriam momentos privilegiados de acesso ao modo de funcionamento da cadeia significante. Haveria uma analogia de estrutura entre a técnica do significante no chiste e os mecanismos inconscientes de condensação e deslocamento”. Tal autora faz uma profícua discussão sobre o discurso poético. Trabalha a noção de hímen de DERRIDA, para acentuar o lugar do termo “entre”. Mostra-nos que a palavra “entre” não teria qualquer sentido pleno em si mesma, mas que o sentido está entre as palavras que admitem em seu jogo a contradição e a não contradição. Afirma que no “entre” fica instaurado um vazio semântico que significaria o espaçamento e tem como sentido a possibilidade da sintaxe.

O chiste ocorre justamente nesse “entre” e aquele que ouve o chiste é transportado ao processo psíquico daquele que o produz. FREUD (1905) aponta para a necessidade de se levar em conta o estado psíquico da pessoa produtora do chiste: “procurando compreendê-lo através de sua comparação com o nosso próprio (estado psíquico), comparação que leva a um alívio de gasto que descarregamos através do riso”. O interessante talvez seja acentuar a importância de se ouvir “entre” linhas, nas entrelinhas do que o paciente está tentando comunicar. “A comunicação no chiste se daria entre dois inconscientes, acontecendo através da qualidade de sensação”. (CHNAIDERMAN, 1989: 59)

É interessante observar que Carlos só pode compreender o chiste contido em minha interpretação “já entraram todos?” porque, antes disso, teve que se operar uma mudança psíquica em mim, como analista de Carlos. Enquanto eu me debatia com minha angústia sobre a falta de compreensão do que se passava com meu analisando, e comigo própria, enquanto eu me agarrava a um “setting” idealizado, não era possível que uma

¹⁵ Lacan, J. (1967-68) “O Ato Psicanalítico”, Seminário 15, ainda não traduzido.

mudança se operasse na situação analítica. A mudança de posição subjetiva ocorreu tanto comigo como também com Carlos. Mas, arrisco dizer que tal mudança psíquica precisa ocorrer no analista para que o mesmo processo continue no paciente. O chiste nos permite observar o ato de criação, até mesmo poética, de um novo sentido inconsciente para o paciente. Um sentido que revela a falta do sujeito mas lhe permite uma elaboração dessa falta.

O “já entraram todos” nos permitiu descobrir um espaço “entre” nós, espaço, esse, que podia ficar privativo, que podia ser só de Carlos, que lhe permitia criar uma dimensão nova de seu ser que não precisava seguir o padrão de relação preestabelecido anteriormente em sua vida. Sua sexualidade podia ser discutida sem que ele precisasse sofrer invasões externas que o deixavam à mercê de seu ódio, sua sensação de impotência, sua própria virulência inconsciente. Foi nesse espaço que pôde começar a aparecer o que Carlos julgava serem os aspectos invasivos de sua mãe, os aspectos invasivos do superego materno.

Carlos relata que, certa vez, começou a comprar revistas “*de mulheres peladas*”, procurava folhear as revistas sempre escondido no banheiro e era por isso que sua mãe reclamava que passava “*horas*” no banho. Escondia as revistas cuidadosa e sistematicamente numa caixa que colocava na parte de cima de um armário em seu quarto. Quando estava na escola, sua mãe entra em seu quarto e realiza uma vistoria em seu armário. Acaba descobrindo as revistas. O assunto é discutido com o pai, que resolve que as revistas devem ser queimadas. Diz encarregar-se de tal tarefa. Quando Carlos chega em casa, é duramente repreendido e informado do desaparecimento de suas revistas. Fica arrasado e reage como que resignado.

Novamente experimento ímpetos de reagir no lugar de Carlos. Tenho inúmeras idéias de chamar seus pais para uma sessão de orientação, de esclarecimento. Fico entre indignada, frustrada e impotente. Novamente o “entre”. Percebo que mais uma vez quase caí na armadilha do inconsciente de Carlos. Aquela em que ele próprio está preso. Ele acredita que seus pais o impedem de ter acesso à sua própria sexualidade. E isto pode de fato ser verdade. Mas será só isso que estaria em jogo? Carlos acredita que é invadido pelas ações repressoras dos pais. E sua sexualidade fica enredada nessas concepções. Ocorre-me

perguntar-lhe o que imaginava que o pai teria feito com suas revistas. Surpreende-me com uma ironia fina. Diz que o pai deve tê-las guardado em lugar seguro e que ficaria lendo-as tranqüilamente. Rimos de sua brincadeira. Percebo que Carlos vai podendo brincar ludicamente com seus conflitos e criando novas formas de lidar com eles. Pode até mesmo ter um “insight” da própria estruturação inconsciente da sexualidade do pai. A questão não é só entre a analista e Carlos, e, sim, entre Carlos e seus objetos internos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

No campo específico da fala, tempo, trabalho e tradução constituem o modo de produção do ato analítico, que se apóia nas leis da linguagem como estruturas fundamentais e, no discurso, como processo contemporâneo da sessão. A fala, com sua dupla possibilidade de contar (se lembrar) e de enunciar (produzir efeitos de sentido) vai marcar, para FREUD, a própria descoberta da psicanálise, na medida em que a posição do analista que escuta poderia fazer advir do sujeito um saber não sabido. Nesse sentido, o lugar que o analista ocupa ou o lugar que ele está ocupando dentro de si mesmo é de extrema relevância.

Como foi desenvolvido no terceiro capítulo, é com Emmy von N. que se abre a via da função da fala em psicanálise. Já existe um efeito próprio da fala do analisante antes que a interpretação possa ser proferida, embora não se possa, de modo algum, prescindir dela. É preciso nos lembrarmos de que o inconsciente do analista está em jogo junto com o inconsciente do paciente, como parte integrante daquilo que se constitui a situação analítica.

O falar constitui um ato singular num tempo dado, em que a fala se desdobra até o embargo, supõe uma captação do Outro e espera encontrar nele um retorno que viria completar sua falta a ser. Se o discurso pressupõe o analista como presença, a fala pressupõe sua escuta como presença. É esperada a interpretação. A posição particular da fala será, pois, a de produzir um efeito de sentido; essa função de produção articula, conseqüentemente, a fala ao desejo. A fala vai produzir o objeto “a”, causa do desejo, determinando o lugar do analista na transferência.

Se, por um lado, colocar a palavra em ato, ou seja, interpretar, pode fechar ou definir um universo do discurso, por outro, é somente pela intervenção do Outro, que sanciona aquilo que é dito, que o contato analítico se torna produtivo ou propiciador de mudanças na posição subjetiva do sujeito.

Uma vez que o analista sabe que não ocupa o lugar de suposto saber e que sua função é, ao longo do tempo e da análise, deixar o analisante poder entrever esse lugar da falta, a interpretação acaba por não poder ser uma construção ou reconstrução, na medida em que seria uma reconstrução do que faltaria ao próprio analista. Suas intervenções devem visar essa estrutura de corte que o chiste proporciona, de deslaçamento da ilusão de um suposto saber em relação ao sujeito.

O ato possui sempre um dizer, assim como o chiste, no entanto, o chiste é o ato na palavra, quando a palavra faz ato. Esse ato, então, possui a característica de desestabilização, desorganização, assim como o chiste. O sujeito pergunta ao Outro (analista - lugar deixado vago) quem é ele e o Outro responde § mas sempre sobra um resto (“a”). O chiste faz o resto vir à tona porque não fala, aponta para aquele lugar. O chiste só se constitui como tal, se apoiado na presença de um terceiro (Outro). Dessa forma, o chiste consegue uma desorganização. O ato analítico tem que visar essa estrutura do chiste. O chiste é aquele que ilumina a dimensão de incompletude do sujeito e da própria interpretação, que com sua estrutura chistosa não completa a falta-a-ser do sujeito, nem pretende completá-la. Enuncia pura e simplesmente a incompletude.

Em FREUD, o chiste traz realmente a questão do “*entre*”, pois ninguém faz um chiste para si mesmo, a elaboração do chiste está intimamente ligada à necessidade de comunicá-lo ao outro, sendo que o riso só se manifesta nas pessoas às quais o chiste é comunicado. O chiste pressupõe uma relação entre três, a primeira que produz o chiste, uma segunda a quem o chiste geralmente se refere, e uma terceira, a quem o chiste é dirigido e que ri dele. O processo psíquico ocorre da primeira para a terceira, em quem também o processo prazeroso do chiste aparece com mais clareza. O receptor ri e o emissor, não. Devem existir, portanto, na primeira e na terceira pessoas, as mesmas intenções internas, sendo que a terceira pessoa é insubstituível para a conclusão do processo do chiste. No momento da transmissão do chiste, eu e Carlos formamos uma unidade.

O esquema gráfico de LACAN (1988: 06) sobre o chiste ilustra uma verdade comum à experiência lingüística e à experiência freudiana: é impossível obter uma mensagem a partir de um sujeito qualquer, se não existir uma cadeia significante e uma rede de seus usos. É a existência desse mecanismo complexo que faz com que um discurso diga sempre mais do que o que quer dizer. Isto nos mostra também que é sobre a linha da mensagem ao código e do retorno à mensagem que pode operar-se a criação de sentido, dimensão essencial à qual nos introduz de cara o chiste. O chiste como um ato de sentido.

É interessante notar, também, que, para LACAN, o chiste é a metáfora de uma verdade que se disfarça e que recebe do Outro a sanção que a funda como tal. Se pensarmos que, no decorrer do discurso intencional, consciente do sujeito, se produz algo que transcende o querer do sujeito, LACAN diria acidente, paradoxo, mas também criação, há significantes que se chocam e criam um sentido. Aí se localiza precisamente o chiste. Ele acaba por expor a situação do sujeito.

Segundo LACAN, é efetivamente uma estrutura única e homogênea que se encontra nos sintomas, atos falhos, sonhos e chistes. Em todas as partes estão as mesmas leis estruturais da condensação e do deslocamento, “um processo “atraído” ao inconsciente é estruturado segundo suas leis”. (id.: 66)

Ainda assim pode-se pensar que, tendo havido um chiste (o que implica uma transmissão), denota-se a experiência do não-saber do inconsciente. O sujeito é surpreendido pelo seu dizer conter algo do que ele quer dizer e do que ele quer esconder. No que diz respeito ao ato analítico, o que se transmite é o desejo do analista, não o desejo de um sujeito, mas o desejo como a categoria de sustentar uma análise.

Embora exista uma homologia estrutural entre estes campos, o chiste e o ato analítico, isto não é dizer que estes elementos são iguais, possuem naturezas diferentes. Nesse sentido, dizer que o objeto “a” opera o ato psicanalítico, não é dizer que, embora seja o psicanalista quem precipita o ato, ele não é todo objeto “a”, ele opera como objeto “a”. O analista também não é todo sujeito, uma vez que é dividido (§). Por outro lado, não se pode dizer que o analista é todo objeto, no final da análise o psicanalista não se restringe somente ao dejetivo, ao objeto “a”, ele também é o §.

O que nos mostra a experiência analítica é que não há sujeito cuja totalidade não seja uma ilusão, porque ele depende do objeto pequeno “a” na condição de elidido. O chiste aponta para esse “a”, ilumina sua existência na relação analítica e na interpretação. O psicanalista se oferece para suportar, em um certo processo de saber, esse objeto de demanda, de causa de desejo, que faz com que o saber obtido não possa ser tomado senão pelo que é, ou seja, realização significativa conjugada a uma revelação da fantasia. O que é proposto com sendo o registro em que a interpretação analítica opera, em sua originalidade, é o que faz da transferência algo bem diferente de um objeto já lá, de algum modo inscrito em tudo que se irá produzir. Pura e simples repetição de algo que, desde antes, já estaria apenas esperando para se exprimir aí, em lugar de ser produzido por seu efeito retroativo.

Ir ao campo do inconsciente é estar propriamente no nível do que se pode definir como efeito de linguagem; nesse sentido, articula-se que esse efeito pode se isolar de alguma forma de sujeito; que há saber, saber enquanto é isso que constitui o efeito tipo de linguagem, que há saber encarnado, sem que o sujeito que mantém o discurso esteja consciente disso. O sujeito, por ser efeito do significante, não se institui senão como dividido e de uma forma irreduzível. Eis o que nos solicita o estudo do que constitui o sujeito como efeito de linguagem. Saber como ter acesso e que papel aí desempenha o psicanalista seguramente é algo essencial que seja fundado, diria LACAN.

Com efeito, se o que é da ordem do saber deixa sempre um resíduo, resíduo de alguma forma constituinte de seu estatuto, a questão que se coloca ao psicanalista, que está lá, segundo LACAN, como instrumento para que se opere a passagem do analisante a analista, ao término dessa tarefa de que o analisante é, então, advertido de sua divisão constituinte, a questão é justamente saber que, como sujeito, em todo ato há algo que lhe escapa e que nele virá a incidir. Na medida em que o analisante chega a esta realização, que é a da castração, LACAN diria que é uma realização que retorna ao ponto inaugural. E o sujeito pode então tornar-se analista.

No entanto, muitos de nossos pacientes não estão preocupados em tornar-se analistas, estão vivendo as agruras de encontrar-se divididos de si mesmos. Estão em busca desse pedaço faltante de si mesmos. Os poetas sabem dizer disso, melhor do que os teóricos. Cito outro Carlos, cito Carlos Drummond de Andrade e seu poema “Ausência”:

Por muito tempo

achei que a ausência é a falta.

E lastimava, ignorante, a falta.

Hoje não a lastimo.

Não há falta na ausência.

A ausência é um estar em mim.

E sinto-a, branca, tão pegada,

Aconchegada nos meus braços,

Que rio e danço e invento exclamações alegres,

Porque a ausência, essa ausência assimilada,

Ninguém a rouba mais de mim.

Como analista, eu me perguntava de que modo poderia fazer Carlos apreender que o que lhe faltava encontrava-se em si mesmo e não em seu pai, na sala de espera. Mas para tal, tive que perceber que também eu encontrava-me fora da sessão, assim como Carlos. Preocupava-me com questões que eram pertinentes a outro campo do pensar e que não proporcionavam um encontro analítico. O processo analítico também é vivido pelo analista de modo que o “já entraram todos” serviu também para meu inconsciente. Carlos está longe de compreender e integrar-se a sua “ausência assimilada”, mas, já pode relacionar-se com a analista como alguém que também está na sessão, além dele.

Em seu livro sobre “*O mal estar na civilização*” FREUD nos fala de Roma, a Cidade Eterna. Descreve meticulosamente como os historiadores nos relatam as fases de Roma. A Roma Quadrata, a Roma Septimontium, a Roma cercada pelo Muro Sêrvio, menciona a Roma que sofre as transformações ocorridas durante os períodos da república e

dos primeiros cézares, a Roma cercada com as muralhas, o Muro de Aureliano. FREUD faz uma analogia do modo como se preserva o passado, em sítios históricos como Roma, e a forma como o inconsciente pode preservar um passado longo e abundante das experiências psíquicas. Mostra-nos como estamos distantes de poder dominar as características da vida mental por sua representação em termos pictóricos. Para se falar do inconsciente, teríamos de conceber todas as dimensões dessa Roma existindo no mesmo momento. É uma sintaxe que não cabe na sintaxe consciente. É como traduzir um texto para outra língua. Sempre se perde algo. A linguagem das palavras não consegue abarcar completamente o que está em jogo no inconsciente.

A “talking cure” tem que atingir Roma, a Cidade Eterna. O instrumento que o analista tem para o trabalho com o paciente é a palavra, que não dá conta de falar desse intraduzível. O chiste rompe esse sentimento cotidiano da palavra. O chiste nos permite acesso a esse indizível que a palavra não esgota. O chiste nos permite pôr em prática a frase do pintor famoso, Picasso: “não procuro, eu encontro”. O chiste nos permite encontrar algo que não se procurou, mas que estava lá no inconsciente.

Para finalizar, nada melhor do que nos lembrarmos de uma nota de rodapé em que FREUD cita MÉLINAND: “ce qui fait rire c’est ce qui est à la fois, d’un côté, absurde et de l’autre, familier (FREUD, 1905: 288).¹⁶ Por meio do riso, de uma forma um tanto quanto peculiar e, talvez se possa dizer absurda e familiar, Carlos adentra a análise através de mim, uma estranha entre sinistra e familiar, e através dele próprio.

¹⁶ “o que faz rir é por um lado, absurdo e por outro, familiar”.

***REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS***

- BERGSON, H.- **O riso – ensaio sobre o significado do cômico**. Tradução de Guilherme Castilho, Lisboa, Guimarães Editores, 1993.
- BOLLAS, C. – **Cracking up – the work of unconscious experience**. Great Britain, Routledge, 1995.
- CARBAJAL, E. D'ANGELO, R. e MARCHILLI, A. - **Una introduccion a Lacan**. Buenos Aires, Lugar Editorial, 1984.
- CHNAIDERMAN, M. – **O hiato convexo – literatura e psicanálise**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- FÉDIDA, P. - **Clínica psicanalítica: estudos**. São Paulo, Editora Escuta, 1988.
- FÉDIDA, P. - **Nome, figura e memória. A linguagem na situação analítica**. São Paulo, Escuta, 1992.
- FELDSTEIN, R. – **Para ler o seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- FERENCZI, S. – **O diário clínico**. São Paulo, Martins Fontes, 1990. FREUD, S. - (1894) **As neuropsicoses de defesa**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. III, Edição standard brasileira, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1895) - **Estudos sobre a histeria**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. II, Rio de Janeiro, Edição standard brasileira, 2^a ed., Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1888) – **Casos clínicos – Freud e Breuer**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. II, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1900) - **A interpretação dos sonhos**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. IV e V, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1901) – **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. VI, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1905) - **Análise fragmentária de uma histeria**. In: ____ . **Obras completas**. Vol. VII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.

- FREUD, S. - (1905) - O chiste e sua relação com o inconsciente. In: ____ . **Obras completas**. Vol. VIII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1909) - Cinco lições sobre psicanálise. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XI, Edição standard brasileira, 2^a ed., Imago Editora, Rio de Janeiro, 1988.
- FREUD, S. - (1910) - O futuro da terapêutica psicanalítica. In: ____ . **Obras completas**. Vol. I, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1911) - Considerações sobre um caso de paranóia Autobiograficamente descrito. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1912) - A dinâmica da transferência. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1912) - Conselhos ao médico para o tratamento psicanalítico. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1913) - A iniciação do tratamento. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Imago Editora, Rio de Janeiro, 1988.
- FREUD, S. - (1913) - A predisposição à neurose obsessiva. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1914) - Recordar-se, repetir e elaborar. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1915) - Observações sobre o amor de transferência. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XII, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago editora, 1988.
- FREUD, S. - (1915) - O inconsciente. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XIV, Edição standard brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.

- FREUD, S. - (1916/1917) - Conferências introdutórias em psicanálise. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XV e XVI, Edição standard brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1919 a) - O “ estranho”. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XVII, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago editora, 1988.
- FREUD, S. - (1919 b) - Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XVII, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1920) – Além do princípio do prazer. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XVIII, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1925) – A negativa. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XIX, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1926) – A questão da análise leiga – Conversações com uma Pessoa Imparcial. In: ____ . **Obras Completas**. Vol. XX, Standard brasileira, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1927) - O humor. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XXI, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1929/30) – O mal estar na civilização. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XXI, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1937 a) – Análise terminável e interminável. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XXIII, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.
- FREUD, S. - (1937 b) – Construções análise. In: ____ . **Obras completas**. Vol. XXIII, Edição standard brasileira, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988.

- KAUFMANN, P. – **Dicionário enciclopédico de psicanálise – o legado de Freud e Lacan.** Tradução de Vera Ribeiro e M. Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- KLOTZ, J. P. – A dimensão apaixonada da transferência. **In: FELDSTEIN, R. orgs. Para ler o Seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 108.
- LACAN, J. – **O seminário – livro 3 – as psicoses.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. – **Les formations de l'inconscient.** Le Séminaire V, Paris, Éditions du Seuil, 1988.
- LACAN, J. – **O Seminário – livro 8 – a transferência.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. – **Escritos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B. - (1967) **Vocabulário de psicanálise.** Tradução de Pedro Tamem, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 7ª. edição, 1986.
- LAPLANCHE, J. - **O inconsciente e o id.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, Estante de psicanálise, Problemática IV, 1992 a, p. 1-9.
- LAPLANCHE, J. – **Novos fundamentos para a psicanálise.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, Estante de psicanálise, 1992 b.
- LAPLANCHE, J. – **La révolution copernicienne inachevée – Travaux 1967-1992.** Paris, Aubier, 1992 c.
- LAPLANCHE, J. – **A angústia.** São Paulo. Livraria Martins Fontes, Estante de psicanálise, Problemática I, p. 1-10, 1993 a.
- LAPLANCHE, J. – **A tina – a transcendência da transferência.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, Estante de psicanálise, Problemática V, 1993 b.

- LAPLANCHE, J. – **Le primat de l'autre em psychanalyse**, Travaux 1967-1992, Flammarion, Paris, 1997, p. 417-437.
- MASSON, J. - **Freud, S. & Fliess, W. – correspondência completa de 1887-1904**. Rio de Janeiro, Imago Editora LTDA, 1986.
- MEZAN, R. - Que significa “ pesquisa” em psicanálise. In: **SILVA, M.E.L. coord. - Investigação e psicanálise**. Campinas, Papyrus, 1993, p.49 a 89.
- MEZAN, R. – **Freud: a trama dos conceitos**. 4^ª ed., São Paulo, Editora Perspectiva, 1998.
- MILLER, J. A. – **Lacan elucidado. palestras no Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 1997, p. 17 a 34.
- NASSIF, J. - **Freud l'inconscient. sur les commencements de la psychanalyse**. Paris, Flammarion, 1992, p.427 a 453.
- QUINET, A. – **As 4 + 1 condições da análise**. Jorge Zahar Editor, 6^ª ed., Rio de Janeiro, 1997.
- RACAMIER, P. - Notes de lecture a propos l' humor de l'esprit et du comique. In: **Revue Française de Psychanalyse**. Tomo XXXVII, Juillet, 1973.
- SHAKESPEARE, W. - **Hamlet**. Tradução Dr. Domingos Ramos, Porto, Portugal, Lello & Irmãos Editores, s/ data.
- SHAKESPEARE, W. - **Macbeth**. Tradução Dr. Domingos Ramos, Porto, Portugal, Lello & Irmãos Editores, s/ data.



***BIBLIOGRAFIAS
CONSULTADAS***

- BEAUD, M. - **A arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**, tradução Glória de Carvalho Lins, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996.
- DOR, J. - **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Vol. I, Porto Alegre, Artes Médicas, 3^a. ed., 1992.
- DOR, J. - **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Vol. II, Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1995.
- FREUD, S. & FERENCZI, S. - **Correspondência**. Editado por Ernst Falzeder, Eva Brabant e Patrizia Giampieri, Vol. I e II, Rio de Janeiro, Imago Editora LTDA, 1994.
- HANNS, L.A. - **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro, Imago editora, 1996.
- HARARI, R. – **O seminário “a angústia”, de Lacan: uma introdução**. Tradução de Francisco Settineri, Porto Alegre, Artes e Ofício Editora 1997.
- LAPLANCHE, J.; COTET, P.; BOURGUIGNON, A. – **Traduzir Freud**. Estante de Psicanálise, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LUZ, M. - **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Campos, Rio de Janeiro, 1988.
- MAINGUENEAU, D. – **O contexto da obra literária –enunciação, escritor, sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- MINAYO, C. - **O desafio do conhecimento**. São Paulo - Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 4^a. ed., 1996.
- PÊCHEUX, M. – **Semântica e discurso – uma crítica a afirmação do óbvio**. 2^o ed., Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. – **O discurso – estrutura ou acontecimento**. 2^o ed., Campinas, Pontes, 1997.

REZENDE, A. M. - A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e interpretação.
In: SILVA, M.E.L. coord. **Investigação e psicanálise**. Campinas, Papirus, 1993, p.
103 a 118.

ROUDINESCO. E. – **História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos (1925
– 1985)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

SANDLER, J. DARE, C. e HOLDER, A. - **O paciente e o analista: fundamentos do
processo psicanalítico**. Tradução de José Luís Meurer, 2ª. edição, Rio de Janeiro,
Imago editora, 1986.

* As referências foram citadas conforme as normas da ABNT.